

Leonardo Wexell Severo

CURUGUATY
CARNIFICINA
PARA UM GOLPE

1ª edição

São Paulo
2016
Papiro Produções

Este livro é uma publicação da Editora Papiro
papiroproducoes@hotmail.com
(11) 3571.7978

Capa e contracapa:

Maria Dias

Fotografias:

Leonardo Wexell Severo

* Todas as demais estão identificadas

Revisão:

Monica Severo e Vanessa Paixão

Primeira edição - Maio de 2016 - 2 mil exemplares

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Severo, Leonardo Wexell
Curuguay : carnificina para um golpe /
Leonardo Wexell Severo. -- 1. ed. -- São Paulo :
Papiro Produções, 2016.

1. Assentamentos rurais - Curuguay (Paraguai)
2. Camponeses - Paraguai
3. Conflitos agrários
4. Golpes de Estado
5. Julgamentos
6. Massacres
7. Mídia e política
8. Movimentos sociais
9. Paraguai - Política e governo
- I. Título.

16-03196

CDD-070.44932

Índices para catálogo sistemático:

1. Caso Curuguay : Artigos jornalísticos :
Jornalismo político 070.44932

Leonardo Wexell Severo

2

“Não era um tosco elemento subversivo. Era um autêntico e flagrante revolucionário, como verdadeiro homem do povo que era. Por isso tinham-no atado para sempre à noite da cegueira. Falava a partir dela, sem amargura, sem ódio, mas com uma profunda convicção. Indubitavelmente, tinha consciência de um obscuro e vital labor docente. A sua cátedra era a balsa sobre o rio: umas pranchas toscas a boiar numa água incessante como a vida. Quando falava, havia qualquer coisa de religioso, mas, ao mesmo tempo, de pura e simples humanidade. Os olhos cegos pareciam ver”.

Augusto Roa Bastos, O trovão entre as folhas

.....

“Os camponeses paraguaios, herdeiros de muitas crenças guaranis, compreendem a tristeza das pedras”.

Rafael Barret, El dolor paraguayo

.....

“Para salvar a liberdade especial do privilégio, proibem a liberdade universal da natureza humana”.

Karl Marx

Lições da terra

Por esta verga rotineira em que caminhas
Como boi manso ponteando a lavração
Vira e revira no silêncio do arado
A nova terra para outra plantação.

Neste teu rosto existem rugas que são vergas
E pelas veias do teu corpo correm rios
Os grossos dedos de tuas mãos são como adagas
Cortando a terra e as tranqueiras com seus fios.

Pequeno agricultor tu és o grande
Plantador da nova roça que sonhamos
Do calo de tuas mãos há de brotar
O fruto da justiça que buscamos.

Tem muita gente que é mais árida que a terra
Quando te explora, te expulsa e te maltrata
A terra bruta, como o homem não se entrega
E vai um dia se vingar de quem a mata.

Quanto se aprende olhando claro em nossa volta
Semente frágil, se transforma em linda fruta
Neste entrevero de homens, plantas e de bichos
Brota a certeza de que a vida é sempre luta.

Humberto Gabbi Zanatta

DEDICATÓRIA

Ao meu neto Alan, primeiro entre os primeiros;
Ao Mateus e à Bia, germinadores do belo fruto;
À Rebequinha, pelo caloroso entusiasmo diário;
À Monica, por mais de duas décadas de amor e dedicação;
Aos meus pais, Alcione e Vilacia, pela generosidade;
Ao meu mano Leandro e à cunhada Mirlene, pelo carinho;
Ao meu irmão Luciano, pela solidariedade sempre presente;
Aos meus sobrinhos André, Camilo, Camila, Clarinha, Gabriela, Eduardo e Isabela, pela imensidão da graça e do sorriso;
Aos meus tios Cau, Vera, Sílvia, Ésio e Linda, pela paixão familiar;
À minha afilhada Lauren, pelo doce encanto;
À dona Albany e à Cris, raízes de liberdade;
Ao Valdo e à Eliane, pela irmandade e parceria;
Ao Siderlei de Oliveira e à Geni Dalla Rosa de Oliveira, pelos gaudérios incentivos de ir sempre além;
Ao jornalista argentino Nicolás Honigesz, pela cumplicidade na obra;
Aos camponeses que tombaram, aos presos políticos de Curuguaty e às suas famílias, que abrem caminho para o futuro.

AGRADECIMENTOS

Ao professor João Antonio Felicio, por ter tornado este livro possível;
Aos camaradas da redação da Hora do Povo, pelo compromisso anti-imperialista e dedicação sem trégua à Pátria e à Humanidade;
À Vanessa Paixão e demais parceiros do Portal da CUT, trincheira de luta pela democratização da comunicação e do país;
Aos amigos Antonio Lisboa, Rosane Bertotti, Quintino Severo, Ariovaldo Camargo, Alexandre Bento e Clair Ruppert, sempre juntos do bom combate;
À Mirtes Reis, pela generosidade, amizade e afeto cotidianos;
Ao Sezário e à Luzineide, vizinhos fraternos do bem-querer;
Ao Mauro e à Renata Bianco, guerreiros do novo amanhecer;
Ao advogado Amélio Sisco, pelas valiosas e precisas consultorias;
Aos membros do Serviço Paz e Justiça (Serpaj-PY), pela calorosa e confortável acolhida em todos os momentos;
À Ana Bella Vera, tradutora-intérprete do guarani e destacada militante da Frente Guasú, pela ajuda mais do que decisiva;
Aos amigos Pelao Carvallo, Cecília Vuyk, Cony Oviedo e Claudia Nahir Colmán, pelas ricas e prazerosas conversas latino-americanistas;
Ao Paulo e à Beatriz Cannabrava, pela meiguice do olhar;
Ao João Franzin e ao Robson Gazzola, pelo inestimável e inesquecível amparo na dificuldade.

ÍNDICE

35

Marina Kue, uma história de roubo sistemático

9 de novembro de 2014

41

A desinformação midiática e o golpe da Monsanto

24 de junho de 2012

50

Paraguai para contra arrocho e concessões do governo vende-Pátria

26 de março de 2014

54

Almada: “O país se levantou contra a privatização dos setores estratégicos”

18 de abril de 2014

65

30 anos de prisão: “A mídia paraguaia quer a sentença”

28 de julho de 2015

74

Movimentos sociais do continente levam solidariedade ao acampamento

2 de agosto de 2015

79

Julgamento-farsa é novamento suspenso

2 de setembro de 2015

84

“Massacre foi planejado: Tiros vieram do helicóptero”

11 de setembro de 2015

89

Juiz acusado de libertar traficantes é carrasco dos sem-terra

14 de setembro de 2015

98

“Curuguaty é farsa para encobrir criminosos e golpistas”

19 de outubro de 2015

103

“Terrorismo de Estado é para restituir a ordem oligárquica”

28 de outubro de 2015

106

CUT-A mobiliza o Paraguai contra privatização do patrimônio público

27 de outubro de 2015

109

Entidades convocam greve em defesa da educação pública

1º de novembro de 2015

115

“Às portas da greve geral, governo mente e falsifica”

20 de novembro de 2015

120

“Governo Cartes é o que mais se aproxima de Stroessner”

21 de novembro de 2015

123

Camponesas e indígenas apoiam greve contra Estado terrorista

2 de dezembro de 2015

129

“Mídia tenta invisibilizar greve e luta por direitos”

3 de dezembro de 2015

134

“Massacre possibilitou assalto das multinacionais ao poder político”

8 de janeiro de 2016

144

“Matança foi planejada pelos herdeiros políticos de Stroessner”

11 de janeiro de 2016

153

Algoz de Curuguaty, Rachid vira ministro da Segurança no Paraguai

27 de janeiro de 2016

157

**Deputado do Parlasul:
“Há parcialidade no julgamento”**

9 de fevereiro de 2016

160

Testemunho do médico forense inocenta camponeses

15 de fevereiro de 2016

169

“Policiais liquidaram sem-terra e se mataram entre si”

16 de fevereiro de 2016

178

“Latifúndio dos Riquelme é bunker da atividade delitiva”

1º de março de 2016

184

Agricultores exigem fim de privilégio a bancos e transnacionais

19 de abril de 2016

194

Narcotráfico integra o quebra-cabeça

22 de abril de 2016

203

“A História é nossa e a fazem os povos”

1º de maio de 2016

APRESENTAÇÃO

Nas terras paraguaias de Marina Kue, Curuguaty, foram assassinadas 17 pessoas - seis policiais e 11 camponeses - em 15 de junho de 2012. O “confronto” envolveu 324 policiais, tropas de elite treinadas pela CIA e pelo exército dos Estados Unidos fortemente armadas com fuzis Galil, AR-15, AK-47, bombas de gás, capacetes, escudos, cavalos e até helicóptero.

Segundo a versão dos agressores, desmentida pelos fatos e pelas provas exibidas ao longo do livro, este verdadeiro exército teria sido vítima de uma “emboscada” por parte de 60 trabalhadores sem-terra, metade deles mulheres, crianças e anciãos com alguns facões, foices e espingardas velhas.

O sangue derramado em prol da família de Blas Riquelme - que se advoga “dona” desta terra pública, sem apresentar qualquer título de propriedade - foi vertido para as manchetes dos jornais e emissoras de rádio e televisão, que se alinharam caninamente contra os “vagabundos”, “invasores” e “criminosos”. Desta forma, o interesse do grande capital inundou o noticiário com todo tipo de patifarias, enquanto silenciava sobre os que foram abatidos com tiros à queimadura depois de rendidos e esmagados por patas de cavalo. Nada sobre a dor dos filhos que ficaram sem pais nem dos pais sem filhos. Campanha midiática movida contra pessoas com calos nas mãos, fome, sede e sonhos de justiça.

Eficientemente manipulada pela oposição parlamentar, a mortandade fazia parte de um plano - bem orquestrado - com objetivo claro: a cassação do presidente Fernando Lugo e a entrega ao vice, o golpista Federico Franco, ocorrida uma semana depois.

Mais do que uma denúncia do processo-farsa que mantém 11 trabalhadores rurais privados de liberdade* há quase quatro anos, dou voz aos que foram silenciados pelo tilitar dos cifrões, a fim de contribuir com a imediata libertação dos sem-terra, presos políticos de Horacio Cartes.

Publico aqui parte da meia centena de artigos e reportagens que realizei ao longo do julgamento, que acompanho na qualidade de Observador Internacional cadastrado junto ao Tribunal de Sentença, em Assunção. A parceria dos jornais Hora do Povo e Brasil de Fato, das revistas Fórum e Diálogos do Sul, da Agência Carta Maior, da Rede Brasil Atual, do Portal da CUT e do site Ópera Mundi, entre outros, foi decisiva para a popularização do tema.

Esta publicação não seria possível sem a valiosa contribuição da Articulação Curuguay, responsável pela intensa, destemida e dedicada ação de solidariedade, e sem o empenho e abnegação dos advogados Vicente Morales e Guillermo Ferreiro, condutores da causa pela maior parte do tempo.

Como o livro foi encerrado com o processo em andamento, é natural que permaneçam lacunas, pelas quais pedimos a compreensão de todos. Também nos deparamos com dificuldades, com fraudes e falsificações feitas pela polícia, como no caso do piloto do helicóptero que sobrevoou o local, Marcos Agüero. Ele teve o seu nome divulgado durante três anos e meio pela polícia como “o piloto que sobrevoou

** No caso estão processados Rubén Villalba, Felipe Martínez, Luis Olmedo, Adalberto Castro, Arnaldo Quintana, Néstor Castro, Lucía Agüero, María Fani Olmedo Paredes e Dolores López Peralta por homicídio doloso em grau de tentativa, invasão de imóvel alheio e associação criminosa. Os acusados Alcides Ramón Ramírez e Juan Carlos Tillería respondem por invasão de imóvel alheio e associação criminosa. Além destes 11, Felipe Nery Urbina responde por frustração à perseguição penal e a então menor RRVO, por invasão de imóvel alheio, associação criminosa e homicídio doloso em grau de cumplicidade.*

Curuguaty”, o que foi reproduzido pela mídia, sendo jamais contestada a sua presença no local. Marcos morreu em um acidente em agosto de 2015 sem ter sido ouvido, o que levanta muitas suspeitas. Agora, convenientemente, o comando da polícia informa que o piloto era outro, de nome Wilson Agüero, que passa a testemunhar em favor do operativo militar. Assim, ao mesmo tempo em que tenta aplacar as dúvidas sobre a morte de Marcos, coloca uma versão afinada aos desígnios nada confiáveis da promotoria.

Feitas pequenas adaptações para que o texto não ficasse redundante, exponho acontecimentos que auxiliam na compreensão das covardes ações de um governo parceiro dos grandes latifundiários - criadores de gado, plantadores de soja transgênica e drogas - e inteiramente submisso aos cartéis transnacionais como Bunge e Cargill.

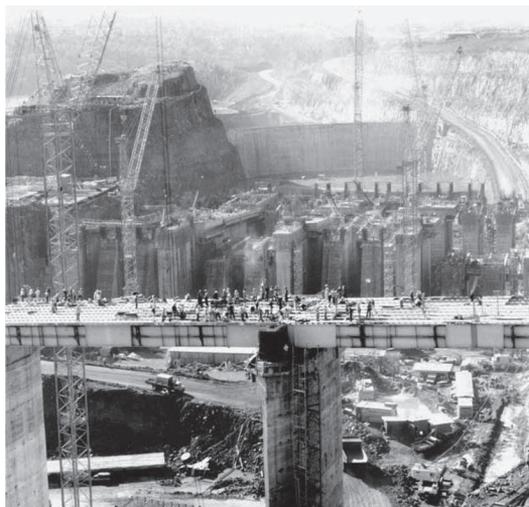
Acredito que a leitura será de grande valia para maior entendimento da intensa e crescente disputa política e ideológica que sacode o Paraguai, o Brasil e a América Latina. Diferente do caminho neoliberal do “ajuste fiscal”, com suas privatizações/concessões e desmonte de tudo o que é público, precisamos de juros baixos para fomentar a produção; realizar a reforma agrária, garantindo terra a quem nela mora e trabalha; fortalecer o mercado interno, com valorização dos salários e garantia de direitos; democratizar os meios de comunicação e acelerar a integração dos nossos povos. É preciso libertar os Estados do poder corrupto e corruptor dos capitais monopolistas nacionais e estrangeiros!

Que estas linhas sirvam de estímulo à luta sem trégua pela afirmação da soberania, para virarmos a página de alienação e submissão ao imperialismo, a fim de construirmos, ombro a ombro, a Pátria Grande sonhada por Simón Bolívar.

Leonardo Wexell Severo, Maio de 2016

INTRODUÇÃO

Lembro quando avistei terras paraguaias contemplando a magistral construção de Itaipu. Meu pai havia organizado uma excursão da Sociedade de Engenharia de Alegrete à Foz do Iguaçu-Puerto Stroessner (como era chamada na época Ciudad del Este, uma homenagem do ditador a ele próprio). Em cima da hora, sobram duas vagas, o que possibilitou a que eu e meu irmão Leandro pudéssemos nos somar às presas e seguir



Na construção de Itaipu Binacional víamos os homens como formigas

viagem. Era o início dos anos 80 e todos desejavam conhecer a obra monumental, referência planetária.

Recordo dos operários do tamanho de formiguinhas, vistos do alto e à distância, tendo ao fundo aquela gigantesca parede de concreto. Compondo o cenário, caminhões e tratores com ferro, cimento e areia, um vai e vem sem parar. Já naquele momento, ouvíamos falar de centenas de trabalhadores mortos, lesionados e mutilados. Do rio de sangue derramado. Dos horrores comuns a uma obra daquele porte, dirigida por burocratas de duas ditaduras para quem a vida de quem suava não valia quase nada.

No dia 17 de dezembro de 1980, eu com 15 anos, militante, vibro com as comemorações populares quando guerrilheiros bazucaram nas ruas da capital paraguaia o ditador da Nicarágua, Anastácio Somoza, apeado do poder no ano anterior. Sua intimidade com Alfredo Stroessner, a identidade na submissão ao imperialismo, na adoção das refinadas técnicas de torturas, desaparecimentos forçados e assassinatos de opositores foi algo que sempre chamou a atenção. Fugido da América Central, o queridinho dos EUA, cuja família controlou o poder na Nicarágua por sanguinários 45 anos (1934 a 1979), foi se abrigar no principal quintal ianque da América do Sul. Com trajetória igualmente psicopata, o marionete paraguaio havia chegado ao poder em 1954, onde permaneceria até 1989.

Se a lógica somozista e as sevícias praticadas pela sua Guarda



Com foto do presidente dos EUA, Ronald Reagan, selo comemora o voo da Columbia: vassalagem



Justiça: Anastacio Somoza foi detonado com um tiro de bazuca quando trafegava no centro da capital paraguaia



Stroessner, Reagan e Somoza: orquestração fascista

Nacional tornaram o temor indiscriminado - uma vez que bombardeava a esmo a população civil nicaraguense -, a ditadura strossnista fez o medo converter-se na segunda pele do paraguaio, como denunciou o advogado e pedagogo Martín Almada, acusado de “terrorista intelectual de toda a subversão”.

Tamanha sintonia com os desígnios de Washington levou à conformação, em meados dos anos 70, da “Operação Condor”, esclarece a renomada jornalista e premiada escritora argentina Stella Calloni, descrevendo em detalhes este “jogo de xadrez da morte”. “A Operação Condor foi uma conspiração assassina entre serviços de segurança da Argentina, Chile, Brasil, Paraguai, Uruguai e Bolívia, destinada a rastrear e eliminar adversários políticos sem preocupar-se com as fronteiras ou os limites. Operação



Stroessner e Pinochet: dois pilares da Operação Condor contra a democracia

Condor era o código para aquela multinacional do crime, cuja origem estava nas imensas oficinas da Agência Central de Inteligência (CIA) e do Burô Federal de Investigação (FBI), nos Estados Unidos”. “Os EUA proporcionaram inspiração, financiamento e assistência técnica à repressão”, assinala.

COMISSÃO DE VERDADE E JUSTIÇA

Após ouvir duas mil testemunhas, a Comissão de Verdade e Justiça (CVJ) do Paraguai aponta em seu informe final que fo-

**Milhares de torturados,
3.470 forçados ao exílio,
336 desaparecidos e
59 vítimas de execuções
extrajudiciais**

ram 20 mil as vítimas de violação de direitos humanos ao longo dos 35 anos de escárnio. Naturalmente, esclarece a própria CVJ, são dados subestimados, pois há uma enorme

subnotificação do exílio e de outras formas de violência, como as violações de direitos contra mulheres e meninas, particularmente dos reiterados abusos sexuais. Como pedir que seres indefesos, de 12 a 15 anos, que proporcionalmente foram os que mais sofreram nas mãos dos operativos militares contra as comunidades camponesas, denunciasses tamanhas agruras sofridas? Como pedir que enfrentassem todo o peso do estigma? Ainda mais quando centenas de estupradores, já identificados, continuavam soltos. Como estão até hoje.



Vítimas da ditadura chegam a 20 mil, aponta Comissão de Verdade e Justiça do Paraguai



Leonardo Severo e Martín Almada no centro de tortura da CIA em Assunção conhecido como “a Técnica”, ao lado da Veraneio que capturava os opositores do regime

Pelo levantamento da Comissão, 19.862 pessoas foram detidas de forma arbitrária ou ilegal durante o período ditatorial; 18.772 foram torturadas (0,75% da população ou um em cada 133 habitantes); 59 executadas extrajudicialmente (assassinadas), 336 desaparecidas e 3.470 exiladas. Somadas às vítimas diretas com seus familiares ou parentes, o número dos que tiveram seus direitos humanos direta ou indiretamente violados ascende a 128.076, uma de cada 124 pessoas que viviam no Paraguai.

“Estes cálculos excluem outras violações de direitos humanos, como por exemplo aos direitos civis, ao livre exercício da profissão que foi negado a muitos jornalistas, docentes, religiosos e sindicalistas que sofreram enormes e extensas perseguições durante todo o tempo da ditadura. Tampouco se incluem direitos políticos, econômicos, sociais, culturais, coletivos ou dos povos indígenas”, esclarece o informe da Comissão.

“O exílio foi uma violação de direitos humanos que se perpetuou no Paraguai, alcançando gerações posteriores. Milhares de paraguaios nasceram e/ou cresceram desde crianças fora de seu

país”, aponta a CVJ. Antes mesmo de serem exiladas, explica o informe, mais de 20 mil paraguaios foram submetidos a perseguições físicas e psicológicas, que incluíram períodos de detenção mais ou menos prolongados e a apropriação dos bens da família para posterior “premiação” a partidários do regime, o que gerou muitos casos de empobrecimento repentino.

A “TÉCNICA”

Símbolo do terrorismo de Estado, a Direção Nacional de Assuntos Técnicos - conhecido como a Técnica - foi dirigida por Antonio Campos Alum. Preparado nos Estados Unidos em 1956, cumpriu à risca os ensinamentos, aprimorando o centro de detenção e torturas. O local havia sido organizado e aberto por um especialista da “Inteligência” estadunidense, o coronel Robert Thierry. Tendo desembarcado no país como “cooperante agrícola”, Thierry logo colocou o centro e seus “profissionais” em ponto de bala para desenvolver um intenso “trabalho de laboratório”.

Desde 16 de agosto de 2006, a Técnica reabriu suas portas como “Museu das Memórias”, resultado do empenho de Martín

Os requintes de crueldade foram tornados conhecidos em 1992, sendo cadastrados mais de 60 mil documentos dos “Arquivos do Terror”

Almada em manter viva a história. “Este edifício foi um escritório da CIA, onde as pessoas eram torturadas, assim como eu. Ali es-

tavam as gravações de meus próprios gritos, quando me torturavam, que fizeram a minha esposa Celestina escutar. Ela morreu do coração, não pode resistir àquela tortura psicológica”.

Em frente ao Museu encontra-se a Terceira Delegacia, conta Almada, onde “nos sótãos, estavam os dirigentes do Partido Comu-

nista, mantidos em condições subumanas por 10, 20, 25 anos. Estive um ano com eles. Qual foi o seu delito? Pensar diferente”, desabafa.

No Museu das Memórias fotografamos alguns dos instrumentos utilizados para “arrancar a verdade”. Desde a tenebrosa banheira cheia de imundícies, urina e excrementos, em que a pessoa era mergulhada - e afogada -, às bolas com cravos para reforçar a dor do açoite e deixar a pele em carne viva, até os aparelhos para dar choque, arrancar unhas e amassar a genitália.

REQUINTES DE CRUELDADE

Os requintes de crueldade foram tornados conhecidos em 1992. A partir de então, foram cadastrados mais de 60 mil documentos dos “Arquivos do Terror” - como passaram a ser chamados os registros. Eles encontram-se microfilmados e à disposição, no Centro de Documentação e Arquivo para a Defesa dos Direitos Humanos, em Assunção. O farto material comprova de forma incontestável, com foto, nome e sobrenome - alguns inclusive com som - a grande quantidade de opositores forçados a “vi-



EUA introduziram o “water boarding” no país em 1956, com afogamentos na banheira de excrementos e urina. A bola de ferro com cravos potencializava o açoite e as dores

sitar” a Técnica. Organizado em pacotes de fichas com dados pessoais, pastas sobre “subversivos” e informações obtidas em interrogatórios, há dados sobre o controle de sindicatos e centenas de fitas cassete com gravação de reuniões. A vida de muita gente que lutava, antes de desaparecer. Para nunca mais...

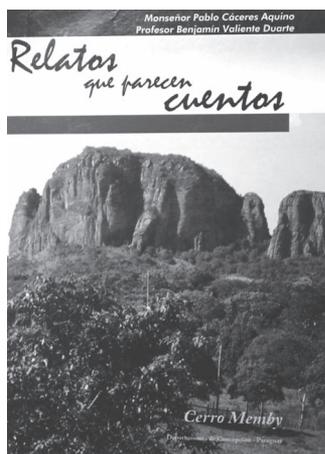
As poucas vozes no jornalismo que ousaram se contrapor à lógica fascista tiveram vida curta, tendo seus veículos empastelados. Foi o caso do El Independiente, que acabou com o seu diretor confinado; do La Mañana, inviabilizado pelo governo que lhe negou recursos para a importação de papel e do El Día, consumido por um incêndio logo após a publicação de uma série de reportagens sobre a miséria

**“A cleptocracia oligárquica
faz uso da mentira para
condenar inocentes.**

**O exemplo mais recente e
patético é o de Curuguaty”**

em que se via mergulhado o Hospital das Clínicas.

A respeito do escárnio em que vive a população camponesa e indígena, em particular, há um grande número de publicações esclarecedoras. Com uma pormenorizada descrição dos crimes praticados pela “cleptocracia oligárquica” que comanda o Paraguai, “Relatos que parecen contos” (Editora Litocolor, 112 páginas, 2014) repudia o reiterado “uso da mentira para condenar inocentes”, “cujo exemplo mais recente e patético é o de Curuguaty”.



**“Relatos que parecen
contos”:
livro denuncia
escárnio com indígenas
e camponeses**

Militando durante três décadas na Diocese da Santíssima Conceção do Paraguai, os autores, monsenhor Pablo Cáceres Aquino e o professor Benjamín Valiente Duarte, colheram farto material incriminatório dos latifundiários da região. Na obra, descrevem a subordinação das diferentes estruturas do Estado e dos grandes conglomerados empresariais de comunicação a estes senhores feudais, que amealharam pelo menos sete milhões de hectares de terras durante a ditadura. Grandes criadores de gado, plantadores de soja transgênica ou de drogas, eles acabaram se impondo como proprietários da vida e da morte.

“O porta-voz oficial diz uma vil mentira, os jornais põem manchetes de catástrofe e as rádios e tevês repercutem”

Na avaliação dos autores, é bastante conveniente às forças da reação, que resistem à reforma agrária e à justiça social, a “criminalização do protesto”, com a súbita aparição do Exército do Povo Paraguai (EPP). Assim, tornou-se frequente o uso da hipotética presença de “guerrilheiros” para justificar as mais atrozes barbaridades e a participação de militares estadunidenses. Torturas e execuções, assinalam Aquino e Duarte, blindadas pela mídia.

“Nos causa uma dolorosa preocupação a cultura da desinformação, instalada em nossa sociedade, que leva ao descrédito nas instituições oficiais, na promotoria, parlamento, poder judiciário ou executivo e, inclusive, ultimamente, nos meios de comuni-

APÓS O GOLPE DE 2012 uma dura repressão e perseguição desabou sobre as organizações sociais e os dirigentes camponeses, seja através da polícia ou de matadores de aluguel. Entre outros, foram assassinados naquele ano: Sixto Pérez, em casa, na localidade de ex-Puentesíño, Concepción, em setembro; Vidal Vega, da Comissão Sem terra de Naranjatý e testemunha do massacre de Curuguatý, em casa, em 1º de dezembro. Em 2013: Benjamín “Toto” Lezcano, da Coordenadoria de Organizações Camponesas “José Gaspar Rodríguez de Francia”, em

cação”, denunciam os autores. Conforme os dois religiosos, “o mecanismo desta desinformação ou falácia oficial é muito simples: diante de qualquer fato violento, para dar um exemplo, que afeta aos mais pobres, sai um ‘porta-voz oficial’ dizendo uma vil mentira, os jornais a imprimem em suas capas com manchetes de catástrofe, os famosos apresentadores de televisão mostram em seus programas matinais e as rádios repetem sem parar. As pessoas simples, que não leem os conteúdos, engolem enormes gatos acreditando serem lebres, como na matança de Curuguaty. Ninguém duvida dos motivos do criminoso massacre de camponeses e policiais, porém promotores e juízes seguem fazendo o impossível para condenar inocentes, sob o amparo da grande imprensa”, relatam.

PERSEGUIÇÃO E ASSASSINATO

“Relatos que parecem contos” repudia a prática do “terrorismo de Estado” que conta com o uso indiscriminado da perseguição e do assassinato a partir da entrada em cena de *pyragues* (delatores), “espécie que parecia extinta, mas que ressurgiu com a chegada de Horacio Cartes ao poder”. O “aniquilamento dos inocentes”, apontam os autores, visa “continuar com a destruição e morte dos nossos opulentos bosques, com o objetivo de estender cada vez mais a fronteira da soja”.

Entre outros “acontecimentos trágicos”, a obra descreve o

casa, em 19 de fevereiro; Dionizio González, assassinado no distrito de Alfonso Kue, Concepción, em março; Francisco Denis, dirigente de base morto pela polícia, “denunciado” por ser integrante do EPP, em Kuruzu de Hierro, Concepción, em 21 de abril; Antonio Carlos Moreira, colono brasileiro vinculado ao Movimento Camponês Paraguai (MCP), em casa, no Departamento de Caaguazú em 31 de maio e Lorenzo Arco, dirigente da Organização Camponesa Regional de Concepción, abatido a tiros em plena rua em Yvy Ya’u, Concepción, em 14 de agosto.

assassinato do líder camponês Benjamín Lezcano, trucidado com mais de 15 tiros de fuzil, em frente à sua casa, no dia 19 de fevereiro de 2013, em Arroyito. Esta comunidade rural de Horqueta é conhecida por suas mobilizações, “desde a conquista dos assentamentos, situados no coração do gigantesco e espoliador latifúndio chamado ‘A Industrial Paraguaya SA’ (Lipsa), que de in-

“A Industrial Paraguaya não tinha nada de industrial, muito menos de paraguaia”

dustrial não tinha nada, muito menos de paraguaia”. Com o posto policial a apenas três quilômetros de sua casa, as “forças da ordem” demoraram

duas horas para chegar. O chefe policial alegou que era obra do EPP, como queima de arquivo.

Também em Arroyito nasceu Agustín Ledesma “com incapacidade auditiva e, conseqüentemente, sem possibilidade de falar”. “Seu pai não lhe deu os cuidados adequados, chegando ao mundo praticamente órfão. A mãe, também inválida, não podia oferecer as atenções devidas, fazendo com que o menino crescesse amparado pelo avô materno. A população oferecia ao pequeno Agustín todo seu afeto e carinho, sendo tratado pelas famílias como se fosse um dos seus”. No dia 11 de abril de 2012, o jovem surdo-mudo, de apenas 17 anos, “entrou no bosque para fabricar os seus folclóricos estilingues”. Estava comendo mexericas quando se viu cercado por membros da FOPE (Força de Operações Policiais Especiais) e policiais locais, que abriram fogo. “Plantaram uma metralhadora sobre o seu peito com o objetivo de apresentá-lo como um perigoso integrante do grupo guerrilheiro. Paradoxalmente, ainda que em Arroyito quase ninguém tenha sido informado, pois tudo aconteceu muito rápido, nacionalmente a notícia correu como rastilho de pólvora. Os apresentadores da grande mídia diziam: acabam de abater um membro do EPP.”

A MENTIRA COMO ARMA

À medida em que transcorre o processo aberto pelo advogado e promotor fiscal Jalil Rachid vai ficando mais nítida a instrumentalização do caso Curuguaty como arma do latifúndio contra a desconcentração de terra e de renda.

Omitem deliberadamente que, ameaçado de morte, o responsável pelo Instituto Nacional de Desenvolvimento Rural e da Terra (Indert), Ignacio Vera, foi obrigado a fugir do local no dia fatídico. No relato oficial enviado ao seu superior, Vera aponta: “recebi uma chamada pelo telefone para que saísse da zona porque os policiais estavam planejando me matar, especificamente os do GEO (Grupo Especial de Operações)”. “Fomos ao acampamento deles e comentamos

“Um jovem surdo-mudo entrou no bosque, sendo cercado e morto pela FOPE. A mídia noticiou: abateram um guerrilheiro do EPP”

com uma policial mulher a gravidade do caso, que se tinha que evitar o enfrentamento entre paraguaios. Ao sair da propriedade, onde havia várias pessoas e policiais, apontaram-me as escopetas e disseram-me que saísse dali porque era por minha conta que estava ocorrendo este enfrentamento”, frisou. Com a aprovação dos seus superiores do governo federal, Vera saiu às pressas, assim como Miguel Lovera, diretor do Serviço Nacional de Qualidade e Saúde Vegetal e de Sementes (Senave), que estava em visita à região.

“Ainda em Curuguaty, na tarde do dia 15, o jovem Miguel Ángel Correa, de 20 anos, técnico do Ministério da Agricultura, foi preso ao chegar ao hospital municipal, onde buscava saber sobre o parente de um amigo seu, ferido durante o conflito. Segundo denúncia da Anistia Internacional, Miguel Ángel não foi

só preso, mas torturado pela polícia: na Cadeia Coronel Oviedo, apanhou e foi ameaçado de morte”, relata a jornalista Natália Viana, da Agência Pública de Reportagens e Jornalismo Investigativo, que passou meses no Paraguai.

O fato é que na lacuna de uma semana entre as mortes até o dia 22 de junho, foi cavada uma fossa e, junto aos cadáveres, enterrou-se o governo de Fernando Lugo na vala comum das vítimas do imperialismo.

DESPREZO PELA REALIDADE

Desde as primeiras linhas, o “documento” apresentado pelo Ministério Público agride a realidade, colocando os camponeses como “criminosos”: “prepararam estrategicamente o cenário no qual receberiam as forças da ordem”, postas numa posição de “desvantagem evidente”, pegas “desprevenidas” pois tinham a “convicção de que tudo se desenvolveria na maior naturalidade”.

Entre outras obras de ficção, o arrasado afirma que os sem-terra estavam dispostos a tudo, tendo colocado “tábuas de madeira com pregos” que nunca apareceram, assim como teriam sido encontradas “armas de todo tipo” - como foices e facões - “espalhados por todo lugar”. Só para ter uma ideia do naipe das acusações, lampiões de querosene viraram “coquetéis molotov”, porque os “especialistas” não conheciam o aparato e só descobriram a sua utilidade como fonte de iluminação durante o julgamento.

O Ministério Público informou que até “mulheres e crianças formavam parte do grupo e deviam cumprir uma tarefa concreta” da “organização criminosa”. E qual seria seu objetivo? A “preparação de uma emboscada para os efetivos policiais, que lhes permitisse adiantar-se e contrapor qualquer procedimento de desocupação do imóvel invadido”. Desde sempre, a declaração é o mais completo e cabal desprezo pela realidade, uma vez que o

“imóvel alheio” é uma propriedade pública, disponível para fins de reforma agrária. Sem falar que a farsa jurídica ignora a descomunal assimetria de forças.

Conforme admite o documento da acusação, no cumprimento da “ordem de averiguação” - e não do sangrento despejo, como foi efetivado -, “se conformou uma comitiva composta por efeti-

vos policiais da Delegacia local de Aguaé; o GEO; a Agrupação Montada de Alto Paraná, Luque e São Pedro; o Grupo dos Antimotins; efetivos das FOPE; efe-

***Para o Ministério Público,
“até mulheres e crianças
formavam parte do grupo e
deviam cumprir tarefa” da
“organização criminosa”***

tivos da Agrupação Aero Fluvial da Polícia Nacional; funcionários de Direitos Humanos da Polícia Nacional e do Ministério Público; o assessor jurídico da Polícia Nacional, efetivos da Polícia Departamental de Canindeyú e efetivos policiais da 4ª Zona Policial”. No total, o contingente militar ultrapassava a três centenas.



“SOBREVOO DE RECONHECIMENTO”

Inicialmente, o documento do Ministério Público alega que no “sobrevoos de reconhecimento”, o helicóptero Robinson da Polícia Nacional teria sido alvo de “disparos”, o que demonstraria a predisposição beligerante dos camponeses. Completamente desconectado da lógica, poucos parágrafos depois o texto já denuncia os sem-terra por terem armado uma “emboscada” contra “policiais desprevenidos e desarmados”. A argumentação é que mulheres e crianças de colo foram utilizadas para criar um clima artificial de tranquilidade. “Observaram a presença de várias mulheres e, algumas delas, com crianças nos braços, entre as que se encontravam Lucía Agüero, Dolores López Peralta (filho de três anos), Maria Fani Olmedo Paredes e Raquel Villalba (filho de três meses)”, “pondo em execução a ação planejada de gerar um aparente ambiente de confiança para atrair as forças policiais até a zona preparada”.

Então teria ocorrido o “enfrentamento” em que os camponeses escondidos entre as pastagens, o milharal e as ervas, sustentaram com meia dúzia de espingardas, por “30 minutos”, “de maneira intermitente”, um tiroteio com uma tropa fortemente armada. A formação dos sem-terra - munidos de garruchas praticamente sem condições de uso - estaria feita “de forma alternada, um parado e outro agachado”. Uma tática sabidamente bem atual, como vista nas telas do cinema em “O último dos moicanos”.



Solidaridad PY

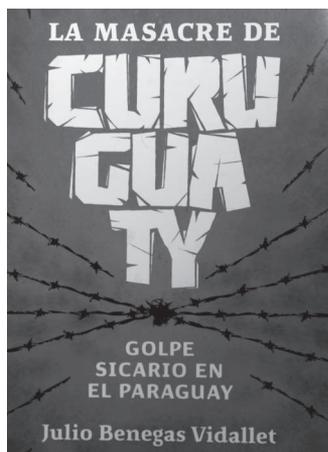
A “emboscada” feita para “policiais desprevenidos e desarmados”

Caindo no ridículo, a arenga fala em uma “segunda linha de fogo” sem qualquer poder de fogo: tão somente “com armas brancas”. Tudo isso não teria sido percebido pelos ocupantes do helicóptero que sobrevoou o local? Talvez a resposta explique a razão da Promotoria não ter convocado o piloto Marcos Agüero para depor. E mais, com a proximidade do julgamento e a pressão da defesa, justifique o porquê da sua morte e a posterior substituição por outro piloto.

ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA

Alinhando-se claramente à visão de que a “empresa proprietária do imóvel” é a Campos Morombi SA - da família de “Don Blas” Riquelme, parceiro de Blader Rachid, pai do promotor - o Ministério Público ignora olímpicamente o fato de ter sido constituída uma associação comunitária junto ao Indert a fim de legalizar a ocupação. Novamente o Ministério Público destila ódio de classe: “a associação criminosa havia concluído que esta era a roupagem aparentemente legal” que daria amparo ao “grupo de invasores”.

Pela obra de ficção, o comandante da ação, o subcomissário Erven Lovera foi atingido por uma foice no rosto, dando início ao choque. O exame de corpo delito desmente esta hipótese e aponta para “tiros precisos de forma linear, em arma potente e de grosso calibre”, o que elimina a possibilidade de



Obra faz um contundente relato do crime cometido contra os camponeses e da luta por justiça social

participação dos camponeses no crime. A simetria dos tiros exatos, na vertical, é típica dos disparos do fuzil Galil, arma israelense que só dispunham as tropas especiais.

ESPERAVAM DIÁLOGO, VIERAM BALAS

Na realidade, avalia o jornalista Julio Benegas Vidallet, autor de *“La Masacre de Curuguaty - Golpe sicario en Paraguay”*, os camponeses “esperavam diálogo, documentos, alguma lógica jurídica que, enfim, faz muito tempo deixou de formular equações em favor do direito para colocar-se como mais um gatilho da acumulação mafiosa”. A maioria dos que se ali se encontravam, recorda, “já haviam sofrido cinco despejos naquele mesmo lugar”.

“A lógica jurídica deixou de formular equações em favor do direito para se colocar como gatilho da acumulação mafiosa”

Citando um sem número de atrocidades, o jornalista cita como Adolfo Castro se entregou ao ver o filho pequeno vulnerável. “Não pensou duas vezes e le-

vantou as mãos. Mas, em delírio facínora, três disparos mais lhe deixaram derrubado, sem possibilidade de dizer amém. Um deles na cabeça lhe destruiu o crânio”. O Informe de Direitos Humanos sobre Marina Kue ressalta que contra “Fermín Paredes dispararam e depois fizeram o arremate”. “Delfín Duarte, também ferido, mas sem gravidade, foi liquidado”. Luís Paredes, irmão de Fermín, teve idêntica sorte, assinala Vidallet: “abatido pelas primeiras balas policiais foi assassinado com um disparo na boca”. Segundo o informe preliminar do médico forense Matías Arce, “uma ferida de arma de fogo na região retroauricular e uma ferida de arma de fogo na cavidade bucal com destruição do palatino posterior. Causa da morte: destruição da massa encefálica”.

Uma das principais lideranças camponesas, Rubén Villalba tem sofrido bastante ao longo do fastidioso processo. Em plena sessão quase foi vítima de um acidente vascular cerebral (AVC). Mas o fato, já alertava Vidallet no livro, é que Rubén nunca contou com a atenção especializada requerida pelo talho produzido na cabeça pelo tiro de fuzil recebido durante o massacre, tampouco recebeu os cuidados necessários frente às semanas de greve de fome que liderou para que os camponeses tivessem seus direitos respeitados. “Quando começaram os disparos eu recebi o primeiro tiro. Fui ao chão e não entendi mais nada, estava inconsciente”, conta Rubén, que conseguiu escapar e se manter escondido, até ser capturado três meses depois.

CLIENTES OU CONSUMIDORES

“As pessoas são pouco importantes para os governos que se encontram apressados em endividar o país com os bancos de Nova Iorque e privatizar tudo quanto podem. No governo de Horacio Cartes estão apurados em vender empresas públicas ou privatizar serviços públicos, explorar tudo na natureza, ganhar e acumular como uma criança diante de guloseimas. Enfim, uma nova onda liberal, de tendência narcofascista, se apoderou do país. E já se sabe que para este modelo ‘civilizatório’, a pessoa é, no melhor dos casos, cliente ou consumidor”, condenou Vidallet.

Com uma extensão de 406.750 km², o Paraguai tem 6.672.517 habitantes, sendo que 59,6% - 3.976.953 - vivem em áreas urbanas e 40,4% - 2.695.564 - em rurais, conforme dados oficiais de 2013. Contando com uma população ativa de

“Para a onda narcofascista que se apoderou do país, a pessoa é, no melhor dos casos, cliente ou consumidora”

3,5 milhões, cerca de 1,2 milhão de pessoas sobrevivem em situação de pobreza extrema e outros 950 mil em pobreza não extrema. Tal situação de abandono é agravada pelo fato de 92% da superfície cultivada ser destinada à exportação, o que encarece imensamente a cesta básica, composta por produtos que poderiam ser facilmente cultivados pela agricultura familiar.

Enquanto a lógica do agronegócio envia para fora do país milho, soja e trigo, somente 8% da terra é dedicada ao consumo interno, aponta a organização Base IS. Sem políticas de incentivo agrícola, apenas na última década um milhão de pessoas foram obrigadas a abandonar o campo, recordam as organizações camponesas.

O resultado da cantilena do “exportar é o que importa” salta aos olhos e esvazia o estômago. De acordo com o mapa do nível da fome do Programa Mundial de Alimentos das Nações Unidas, o Paraguai é o país da América do Sul com o maior índice de desnutrição, tendo entre 25 a 34% de sua população afetada.

CONTROLE ESTRANGEIRO

“Os últimos dados do Censo Agropecuário Nacional (CAN, 2008) demonstram que ao menos 19,4% do território nacional se encontra controlado por estrangeiros, o que equivale a 7.889.128 dos 40.675.200 hectares do país. Destes, pelo menos 4.792.528, equivalentes a 11,78% do território, se encontram sob o controle de proprietários brasileiros”, denuncia a escritora e investigadora social Cecilia Vuyk.

“Os principais produtos exportados pelo Paraguai demonstram a estrutura baseada no monocultivo extensivo de oleaginosas e a produção de carne de gado”, esclarece a investigadora, ressaltando que “nas últimas duas décadas, o mesmo esquema se manteve: como principal exportação paraguaia a semente e fru-

tos de oleaginosas, ao redor de 40% do total, logo a de carne, entre 15 e 20% do total, e em terceiro lugar a exportação de cereais, cerca de 14% do total”. Autora do livro *Subimperialismo brasileiro y dependência del Paraguay – Los intereses económicos detrás del golpe de Estado de 2012*, Cecilia aponta que “a manutenção e o aprofundamento do latifúndio semifeudal, agravado pelo controle estrangeiro sobre ele mesmo, são travas ao desenvolvimento nacional, que devem ser superadas para avançar até um desenvolvimento soberano e independente, com base na integração real dos povos latino-americanos”.

Conforme a autora, “o capital que controla a maior parte do processo de produção e reprodução agrícola no país - principalmente sojeira - é norte-americano, que possui o domínio das principais atividades de provisão de insumos, aprovisionamento, industrialização e exportação, assim como os créditos para o seu financiamento”.

“As principais exportações do Paraguai estão baseadas no monocultivo extensivo de oleaginosas e na produção de carne de gado”

“Em relação à soja, as transnacionais norte-americanas Cargill Agropecuária SACI e a ADM Paraguai SA se encontram em primeiro e segundo lugar como as maiores exportadoras dos últimos anos, controlando mais de 50% das exportações das primeiras 10 maiores. Somando as principais transnacionais norte-americanas do setor no país - Cargill, ADM, Bunge e Noble - o controle das exportações ascende a 65,47% sobre as 10 principais empresas”, informa Cecilia, citando dados de 2013.

Como resultado disso, a industrialização é precária, da mesma forma que os empregos. O Estudo do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) de 2011 ressalta que no Paraguai existem “impedimentos estruturais que inibem a for-

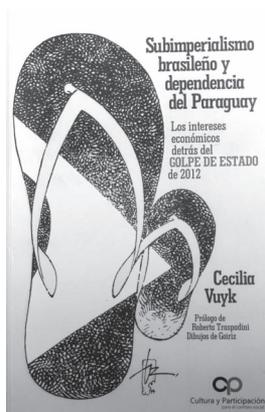
malização do emprego”, comprovado pelos 81,1% dos trabalhadores mantidos na informalidade, sem contrato, seguro de saúde ou aporte à seguridade social. Fórmula depredatória que também faz os salários despencarem, bem como os níveis de sindicalização.

É este modelo dependente que está sendo colocado em xeque no julgamento, que traz à tona inúmeros depoimentos de autoridades e lideranças dos movimentos sociais em defesa de mudanças imediatas na lógica excludente. Camisa de força que precisa ser rompida inclusive para que se faça justiça e os tribunais deixem de reproduzir os interesses de uma elite parasitária e ser-vil ao estrangeiro, que enche os presídios com suas vítimas.

“As multinacionais norte-americanas Cargill, ADM, Bunge e Noble controlam as exportações de soja do país”

presos não contam com defesa alguma e 48% dos que em teoria contam com defesa - seja ela pública ou privada - não recebem nenhuma visita de seus advogados”.

Rubén Villalba é o único dos camponeses de Curuguaty que encontra-se encarcerado na penitenciária de Tacumbú, em Assunção. Com capacidade para 1.600 pessoas, ali encontram-se mais de 3.000, submetidas às mais degradantes e desumanas condições, descritas como “o inferno na terra”, pela completa falta de higiene, pelos assassinatos e torturas em seu interior.



Dependência do país se agrava e avança com a desnacionalização

Atualmente, 60% dos presos do país não têm condenação. Conforme o Censo Penitenciário, “8,8% dos

LUGO DEFENDE CAMPONESES

Para o ex-presidente Fernando Lugo, atual senador da Frente Guasú, a matança ocorreu “em cenário montado” como antessala para “uma grande conspiração para justificar” sua destituição.

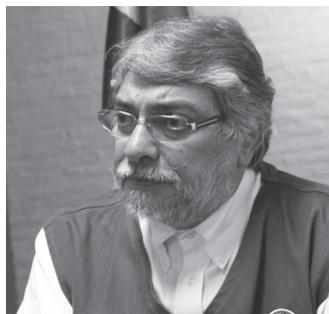
“O preço pago foi muito alto para os policiais e camponeses e seus familiares e também para o país. Eu estava no Ministério da Agricultura naquele momento e não queria acreditar no que estava se passando”, relata o ex-presidente, para quem nem o governo nem os camponeses esperavam que o diálogo viesse a desembocar em tiroteio. “Isto foi montado para servir de detonador do julgamento político *express*”, acredita Lugo, acusado de “mal desempenho em suas funções”. Ele lembra que a armadilha estava pronta e que já haviam ocorrido várias outras ameaças de destituição.

Na avaliação de Lugo, a tese da promotoria de que os camponeses emboscaram centenas de policiais carece de toda e qualquer lógica ou racionalidade: “creio que

isso não goza de muita credibilidade”. De acordo com

o senador, “elementos extrajudiciais atuaram em Curuguaty, franco-atiradores, pessoas fora do contexto deste enfrentamento”.

Ao longo do seu governo, disse Lugo, houve a tentativa da presidência de recuperar para o Estado estas terras que o falecido dirigente do Partido Colorado, Blas Riquelme, “se apropriou,



Solidaridad PY

Ex-presidente Fernando Lugo, atual senador pela Frente Guasú

“Cenário foi montado para servir de detonador do julgamento político express”



Fórum Social de Porto Alegre se soma à campanha de solidariedade à Curuguaty

pegar até 30 anos de cadeia caíam definitivamente no ridículo.

Afinal, mais do que expor as entranhas de um sistema corrupto - e falido - são fatos que empestieiam o ar com o odor da injustiça, reforçando a necessidade da mais ampla solidariedade para enterrá-lo de uma vez por todas. Junto com os seus instrumentos e vassalos.

Ousar lutar!

Ousar vencer!

Leonardo Wexell Severo

explorou e usou em usufruto”. “Porém íamos passo a passo, não podíamos recuperar ao mesmo tempo os milhões de hectares de terras griladas durante as décadas anteriores”, explicou.

Diante dos inúmeros argumentos expostos ao longo deste livro, esperamos que as acusações de “invasão de imóvel alheio”, “associação criminosa” e “homicídio doloso, em grau de tentativa”, pelos quais os camponeses poderiam



Leonardo e Ari, secretário-adjunto de Relações Internacionais da CUT-Brasil, no Seminário em Assunção

Marina Kue, uma história de roubo sistemático

Serviço Paz e Justiça Paraguai (Serpaj-Py) esclarece as raízes do “conflito”

Em 15 de junho de 2012 agentes fiscais e um exército de policiais foram até as terras conhecidas como Marina Kue, em Curuguaty.

A incursão terminou com 11 ocupantes e seis policiais mortos em um dos acontecimentos mais trágicos da história recente do Paraguai.

Os que impulsionaram o despejo não tinham o título de propriedade do lugar. Que história há por detrás? Como ocorreu isso? A quem pertencem estas terras?

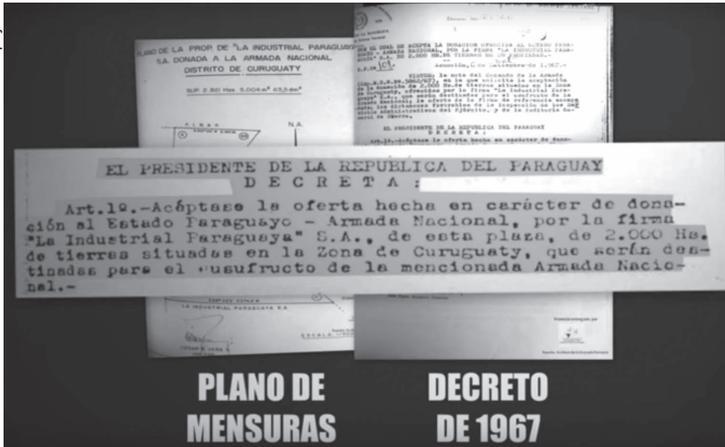
Tudo começou finalizada a Guerra da Tríplice Aliança (1865-1870), quando por lei as terras públicas foram vendidas. Empresas estrangeiras formaram os maiores latifúndios

“Os que impulsionaram o despejo não tinham o título de propriedade”

do mundo. A Industrial Paraguaya SA (Lipsa), de capital anglo-argentino, acumulou dois milhões e seiscentos mil hectares de terra. Sua maior fração, a de número 30, a propriedade mãe, chegava a cinco departamentos (estados).

Quando se esgotaram os recursos naturais, começou a desmembrar-se. Um dos últimos remanescentes da propriedade mãe, que havia sido doado ao estado em 1967, é o lote que hoje conhecemos como Marina Kue.

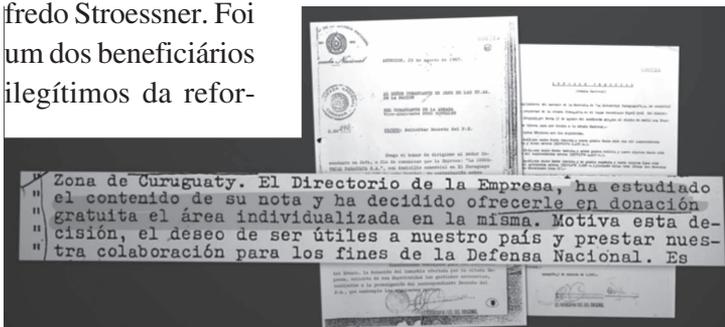
A Lipsa doou à Armada paraguaia dois mil hectares na Colônia Yvypytã, em Curuguaty, em troca da isenção de impostos. Após as medições correspondentes, um decreto do go-



Em troca da isenção de impostos, a Lipsa doou à Armada dois mil hectares na Colônia Yvypytã, zona de Curuguaty

verno aceitou a doação. O Estado não chegou a titular o imóvel, porém existem documentações emitidas entre as partes sobre a cessão. O terreno esteve ocupado ininterruptamente por um destacamento da Marinha desde 1967 a 1999, de aí o nome que lhe deram os vizinhos: Marina Kue (Terras da Marinha, em guarani).

Blas Riquelme, empresário e poderoso político, montou um milionário grupo empresarial durante a ditadura de Alfredo Stroessner. Foi um dos beneficiários ilegítimos da refor-



Falsa justificativa: “motiva esta decisão o desejo de sermos úteis aos país e colaborar com a Defesa nacional”



“Terras da Marinha” em guarani - Marina Kue esteve ocupada de 1967 a 1999 por um destacamento militar

ma agrária stronista. Sua maior empresa agropecuária foi Campos Morombi, que conformou adquirindo 50 mil hectares da Lipsa. De maneira fraudulenta, em 1975, se apropriou de duas propriedades públicas, destinadas a camponeses sem-terra, as quais somou, em 1983, mais 1.800 hectares de uma propriedade ao lado da atual Marina Kue. Em 1985, indígenas que habitavam originariamente estas terras denunciaram os Riquelme por um despejo violento e por casos de tortura. Campos Morombi e outras fazendas foram movendo as cercas originais de Marina Kue, invadindo-a progressivamente.



Indígenas que habitavam originariamente terras ao lado da atual Marina Kue denunciam os Riquelme devido a um despejo violento com morte e por casos de tortura

Cinco anos depois que a Armada abandonou Marina Kue, Riquelme começou a desflorestar e cercar a terra, segundo uma Comissão Camponesa de Vizinhos. A Comissão exigiu ao Instituto de Desenvolvimento Rural e da Terra (Indert) recuperar a propriedade para a reforma agrária.

“Cinco anos depois que a Armada abandonou Marina Kué, Riquelme começou a desflorestar e cercar a terra”

Em 2004, começam os trâmites. Em outubro o governo destina as terras para a reforma agrária e transfere ao Indert a doação. Em 2005, são gestionadas medições para a titulação. Em junho de 2005, Campos Morombi inicia uma demanda por usucapião para apoderar-se de Marina Kue. Esta é uma figura jurídica que outorga o direito de propriedade a quem ocupa de maneira prolongada um imóvel abandonado.

Os Riquelme alegaram ocupar as terras desde 1970, de forma ininterrupta, por 34 anos. O juiz penal Silvio Flores,



Império dos Riquelme cobre o país com seus tentáculos

de questionada reputação, ditou uma medida impedindo o Estado de dar em usufruto as suas terras e ofereceu à Morombi todas as condições para a exploração agropecuária. A Industrial Paraguaya se negou a intervir no conflito, mas reafirmou a doação ao Estado. Em dezembro, o juiz Carlos Goiburú, outro questionado magistrado, exclui o Estado do julgamento e favorece o usucapião.

O grupo empresarial logo notou que havia demandado por uma propriedade equivocada. Isso requeria um novo julgamento, porém, em 2009, um tribunal lhe deu, por uma figura ilegal, a retificação da sentença. Não puderam inscrever a propriedade por causa da retificação irregular.

De 2006 a 2012 o Estado iniciou cinco processos solicitando medições e anulações das sentenças, alegando que não lhe foi dada participação como parte afetada, que houve violação do dito processo e do Código Civil - que diz que os bens públicos não podem ser adquiridos por usucapião. Os pedidos foram recusados e sustentada a postura dos Riquelme, que nega os direitos do Estado por falta de títulos.

Nenhum tribunal levou em conta a ocupação da Armada até 1999, que desmente o principal argumento de Campos Morombi, sua suposta ocupação por 34 anos. Uma vez isso exposto em juízo, destruiria a defesa do grupo.

De fevereiro a outubro de 2012, o Indert corre com um novo pedido para anular o usucapião. Os Riquelme pedem aos juízes do caso que rechacem o pedido com as mesmas alegações. Porém, desta vez não têm sorte. Diante disso, Morombi entra com uma ação de inconstitucionalidade na Corte Suprema de Justiça, dilatando o processo.

A presença da Armada até 1999 desmente o principal argumento de Campos Morombi, sua suposta ocupação por 34 anos

Todas as instâncias foram acionadas pelas organizações camponesas que realizaram sete ocupações pacíficas (até então). Em 15 de junho

de 2012 os Riquelme, sem contar com os títulos de propriedade, conseguiram o trágico despejo ilegal dos agricultores que ocupavam o imóvel, pedindo sua recuperação. Os Riquelme nunca foram investigados.

Em abril de 2014, a Corte Suprema de Justiça rechaçou a ação de inconstitucionalidade de Campos Morombi. Também negou um recurso de nulidade. Agora um tribunal da capital deve seguir com o pedido de anulação proposto pelo Indert.

Hoje, setores de poder se apropriaram de quase oito milhões de hectares de “*tierras malhabidas*”.

Marina Kue resume esta história de roubo sistemático. À luz das provas, Marina Kue é do Estado.

A desinformação midiática e o golpe da Monsanto

Como as multinacionais e os conglomerados de comunicação atuaram coordenados na derrubada de Lugo

“A situação de expectativa gerada pela decisão dos legisladores de submeter o presidente Fernando Lugo a julgamento político foi, finalmente, resolvida de um modo ordenado, pacífico e respeitoso da legalidade, da institucionalidade e dos critérios essenciais de equidade que devem presidir processos tão delicados como

o que acaba de ser levado a bom termo. **A destituição do presidente abre fundadas esperanças num futuro melhor”**

Editorial do jornal ABC Color de 23 de junho de 2012

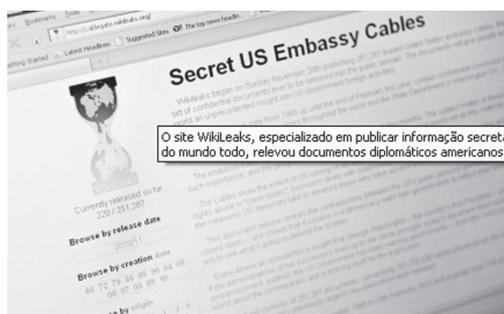
“Um presidente sem respaldo, que se mostra negligente e incapaz, não pode seguir governando. Sem lugar a dúvidas, o erro mais grave de Fernando Lugo foi o respaldo outorgado a dirigentes de supostos camponeses que receberam carta branca do governo para invadir terras, amea-



çar e desafiar o Estado de Direito. Lugo decepcionou a grande maioria da cidadania paraguaia com suas decisões errôneas, seu sarcasmo, sua desastrosa vida pessoal, sua ambiguidade e sua crescente amizade com inimigos declarados da democracia, como Hugo Chávez e os irmãos Castro”

Editorial do jornal Vanguardia de 23 de junho de 2012

“Lugo tem princípios populistas (não necessariamente incendiários). A reputação de honestida-



de lhe ajudou a ganhar, porém necessitará um pouco da ajuda do céu para exercer a Presidência”

Informação da Embaixada dos EUA, datada de junho de 2008, vazada pelo WikiLeaks, antes da posse de Lugo

Uma grotesca farsa caiu como raio em céu claro sobre o presidente constitucional do Paraguai, Fernando Lugo. Em questão de horas o mandatário teve o seu “impeachment” proposto, analisado e votado pelo Congresso, mediante um processo metodicamente orquestrado pelas multinacionais Monsanto e Cargill, a oligarquia latifundiária, as elites empresariais e sua mídia.

As comemorações estampadas nas capas dos principais jornais paraguaios dão a dimensão do ódio de classe, com as desclassificadas mentiras destiladas contra quem se dispôs - ainda que com vacilos e limitações - a virar a página

de abusos e subversão aos ditames de Washington e suas empresas.

O cerco midiático contra Lugo vinha se fechando, num país em que 85% das terras encontram-se nas mãos de 2,5% dos proprietários e onde os mesmos donos dos três principais jornais, umbilicalmente vinculados às transnacionais e ao

sistema financeiro, também controlam as emissoras de rádio e televisão. Assim, de forma suja e monocórdica, foram convocadas manifestações, com bloqueio de estradas, para o dia 25 de junho de 2012. Grandes “tratorações” em protesto contra a decisão do governo em favor da saúde da população e da soberania alimentar - de não liberar a semente de algodão transgênico Bollgard BT, da Monsanto, cuja sequência genética está mesclada ao gene do *Bacillus Thuringensis*, bactéria tóxica que mata algumas pragas de algodão. A decisão, que afetava milionários interesses da multinacional estadunidense, havia sido comunicada pelo Serviço Nacional de Qualidade e Saúde Vegetal e de Sementes (Senave), uma vez que a liberação não tinha o parecer do Ministério da Saúde e da Secretaria do Meio Ambiente.

“A Monsanto, através da UGP (União de Grêmios da Produção), estreitamente ligada ao Grupo Zuccolillo, que



La Jornada do Paraguai vibra na capa com o “Dia histórico”

publica o diário ABC Color, se lançou contra a Senave e seu presidente Miguel Lovera por não ter inscrito a sua semente transgênica para uso comercial no país”, denuncia o jornalista e pesquisador paraguaio Idilio Méndez Grimaldi.

Para tirar o Senave do caminho foi alegado o surrado argumento da “corrupção” no órgão, o mesmo estratagema da máfia de Carlinhos Cachoeira para tomar de assalto o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) e alavancar negociatas, via utilização de seus vínculos com a revista Veja.



La Nación aplaude o sorriso cínico do golpista

DENUNCISMO

Desta forma, “denúncias” por parte de uma pseudo-sindicalista do Senave, Silvia Martínez, ganharam manchetes na mídia canalha. O jornal ABC Color do dia 7 de junho de 2012 acusou o chefe do Senave, Miguel Lovera, de “corrupção e nepotismo na instituição que dirige”. Mas o fato é que a pretensa sindicalista advogava em causa própria, do marido e de seus patrocinadores. Conforme revelou Grimaldi, “Silvia Martínez é esposa de Roberto Cáceres, representante técnico de várias empresas agrícolas - todas sócias da UGP - entre elas Agrosán, recentemente adquirida pela Syngenta, outra transnacional, por 120 milhões de dólares”.

Algo similar à UDR (União Democrática Ruralista), de Ronaldo Caiado, e aos ruralistas da senadora Kátia Abreu, a UGP é comandada por Héctor Cristaldo, sustentado por figuras como Ramón Sánchez - vinculado ao setor agroquímico - entre outros agentes das transnacionais do agronegócio. “Cristaldo integra o *staff* de várias empresas do Grupo Zuccolillo, cujo principal acionista é Aldo Zuccolillo, diretor proprietário do jornal ABC Color desde sua fundação sob o regime de Stroessner, em 1967. Zuccolillo é dirigente da Sociedade Interamericana de Imprensa (SIP)”, esclarece Idílio Grimaldi. O jornalista lembra que o Grupo Zuccolillo é o principal sócio no Paraguai da Cargill, uma das maiores

Com a proteção do apodrecido Congresso, transnacionais do agronegócio praticamente não pagam impostos no Paraguai

transnacionais do agronegócio do mundo. “Tal sociedade construiu um dos portos graneleiros

mais importantes do Paraguai, o Porto União, a 500 metros da absorção de água da Companhia de Saneamento do Estado, sobre o rio Paraguai, sem qualquer restrição”, esclarece.

Com a proteção do apodrecido Congresso que condenou Lugo, as transnacionais do agronegócio praticamente não pagam impostos no Paraguai, com uma carga tributária tão insignificante que acaba inviabilizando os serviços públicos. Vale lembrar que a saúde e a educação eram totalmente privadas antes da ascensão de Lugo à Presidência, num país em que os latifundiários não pagam impostos.

O imposto imobiliário representa apenas 0,04% da carga tributária, uns 5 milhões de dólares - segundo estudo do Banco Mundial - ainda quando a renda do agronegócio alcance

cerca de 6 bilhões de dólares anuais, em torno de 30% do Produto Interno Bruto (PIB).

Na sexta-feira, 8 de junho, a UGP publicou no ABC Color seus "12 argumentos para destituir Lovera". Tais "argumentos" foram apresentados ao então vice-presidente da República, Federico Franco, correligionário do ministro da Agricultura e pró-Monsanto, recém nomeado "presidente".

Na sexta-feira, 15, descreve Grimaldi, "em função de uma exposição anual organizada pelo Ministério de Agricultura e Pecuária, o ministro Enzo Cardozo deixou escapar um comentário à imprensa: um suposto grupo de investidores da Índia, do setor agroquímico, cancelou um projeto de investimentos no Paraguai pela alegada corrupção no Senave. Nunca esclareceu de que grupo se tratava. Nas mesmas horas daquele dia ocorriam os trágicos acontecimentos de Curuguaty". O sangue derramado foi o pretexto utilizado pela direita para o impeachment.

FRANCO-ATIRADORES

O que se sabe é que a exemplo da tentativa de golpe de Estado na Venezuela, onde a CIA utilizou franco-atiradores para assassinar os manifestantes contrários ao governo para jogar a culpa do massacre sob os ombros de Hugo Chávez, também em Curuguaty agiram franco-atiradores. E dos bem profissionais. E movidos pelos mesmos propósitos.

Na região de Curuguaty está localizada a estância Morombi, propriedade do latifundiário e grileiro Blas Riquelme, "dono" de mais de 70 mil hectares. O *terrateniente* é uma das viúvas de Stroessner, um dos principais beneficiados pela tristemente célebre Operação Condor, desenvolvida pela CIA no Cone Sul para torturar, assassinar e desapa-

recer com quem ousasse contrariar os interesses estadunidenses. Ele também foi presidente do Partido Colorado por longos anos e senador da República, sendo igualmente dono de uma rede de supermercados e estabelecimentos pecuários.

Como Riquelme havia se apropriado mediante subterfúgios legais de aproximadamente dois mil hectares pertencentes ao Estado paraguaio, camponeses sem terra ocuparam o local e solicitaram do governo Lugo a sua desapropriação para fins de reforma agrária. Um juiz e uma promotora transformaram uma averiguação em ordem de retirada das famílias por meio do Grupo Especial de Operações da Polícia Nacional, esquadrão de elite que, em sua maioria, foi treinado por militares dos EUA na Colômbia, durante o governo fascista de Álvaro Uribe.



La Crónica e seu presidente: só alegria

SABOTAGEM INTERNA

Na avaliação de Grimaldi, que também é membro da Sociedade de Economia Política do Paraguai (Seppy), somente uma sabotagem interna dentro dos quadros da própria inteligência da Polícia, com a cumplicidade da Promotoria, explicaria a emboscada na qual morreram seis policiais. Uma ação estrategicamente planejada com um objetivo bem definido. “Não se compreende como policiais altamente treinados, no marco do Plano Colômbia, pudessem cair tão facilmente numa suposta armadilha feita por camponeses,

como quer fazer crer a imprensa dominada pela oligarquia. A tropa reagiu, matando 11 camponeses e deixando cerca de 50 feridos”. Entre os policiais mortos, ressalta, estava o chefe da GEO, Erven Lovera, irmão do tenente-coronel Alcides Lovera, chefe da segurança do presidente. Um recado claro e preciso para Lugo.

A SERVIÇO DA MONSANTO

Conforme o jornalista, no marco da apresentação preparada pelo Ministério da Agricultura - a serviço dos EUA -, a transnacional Monsanto anunciou outra variedade de algodão, duplamente transgênico: BT e RR ou Resistente ao Roundup, herbicida fabricado e patenteado pela multinacional, que quer a liberação da semente no país.

Para afastar incômodos obstáculos, antes disso o diário ABC Color vinha denunciando “presumíveis” fatos de corrupção dos ministros do Meio Ambiente e da Saúde, Oscar

“Toda a soja cultivada é transgênica, numa extensão próxima aos três milhões de hectares”

Rivas e Esperanza Martínez, que também haviam negado posição favorável à Monsanto. A multinacional faturou no ano

passado, somente com os royalties pelo uso de sementes transgênicas de soja no Paraguai, 30 milhões de dólares, livre de impostos, (porque não declara esta parte de sua renda). “Independente disso, a multinacional também fatura pela venda das sementes transgênicas. Toda a soja cultivada é transgênica numa extensão próxima aos três milhões de hectares, numa produção em torno de sete milhões de toneladas em 2010”, revela Grimaldi.

Por outro lado, acrescenta o jornalista, a Câmara de Deputados já aprovou projeto de Lei de Biosseguridade, que contempla criar uma direção de Biosegurança

com amplos poderes para a aprovação do cultivo comercial de todas as sementes transgênicas, sejam elas de soja, milho, arroz ou algodão. Este projeto de lei elimina a atual Comissão de Biosseguridade, ente colegiado de funcionários técnicos do Estado paraguaio, visto como entrave aos desígnios da Monsanto.



25 de maio de 2015: protesto contra Monsanto toma as ruas de Assunção

SENSÍVEL AO “MERCADO”

“Enquanto transcorriam todos esses acontecimentos, a UGP vinha preparando um ato de protesto nacional contra o governo de Fernando Lugo para o dia 25 de junho, com máquinas agrícolas fechando parte das estradas em diferentes pontos do país. Uma das reivindicações do denominado ‘tratoração’: a destituição de Miguel Lovera do Senave, assim como a liberação de todas as sementes transgênicas para cultivo comercial”, aponta Grimaldi.

Dado o golpe, como estamparam os grandes conglomerados de mídia no Paraguai, “a manifestação da UGP foi suspensa”. Afinal, “há um novo governo, mais sensível ao mercado”.

Paraguai para contra arrocho e concessões do governo vende-pátria

Greve estampa massivo repúdio à política neoliberal do presidente Horacio Cartes

“**J**ogando a toalha diante da magnitude da greve geral que paralisou o Paraguai nesta quarta-feira (26/3/2014), o vice-presidente Juan Afara declarou que o governo do presidente Horacio Cartes “não é absolutamente privatista” e que “está aberto para conversar” com os movimentos sindical e social. Na prática, a inflexão verbal dos entreguistas já havia sido manifestada por Cartes no dia anterior, quando nomeou Afara para coordenar as “mesas de diálogo” - até então inexistentes - numa tentativa desesperada de quebrar a crescente adesão ao protesto contra a política neoliberal.

Esbanjando bom humor, em ritmo de samba, os manifestantes entoaram “Use e abuse, mas de vende-pátria não me



Manifestantes foram às ruas pedir a “cabeça” de Cartes

acuse”, ridicularizando as recentes declarações de Cartes a empresários brasileiros para que “usem e abusem”, pois “o Paraguai é fácil, é como uma mulher bonita”. À frente da principal marcha em Assunção, a cabeça de Cartes foi simbolicamente servida numa bandeja, arrancando aplausos por onde passava.

Liderando um dos muitos piquetes da capital, o presidente da Central Unitária de Trabalhadores Autêntica (CUT-A), Bernardo Rojas, destacou que esta é uma data “extraordinária e histórica”, pois o movimento social paraguaio conseguiu somar organizações camponesas, comunitárias e estudantis, furando o cerco do governo e da mídia “e fazendo chegar as suas propostas até a sociedade”. “Foi a intensidade desta pressão que obrigou o governo a sentar na mesa. Agora é o momento de aprofundar a unidade e a mobilização”, acrescentou Rojas.

***“Usem e abusem”, disse
Cartes a empresários
brasileiros, “o Paraguai é
fácil, uma mulher bonita”***

APP VIOLA DEMOCRACIA E SOBERANIA

“Conseguimos a adesão de mais de 80% dos trabalhadores do serviço público e privado em Assunção e de 90% em todo o país, o que faz da greve um sucesso”, avaliou o secretário-geral CUT-A, Victor Ferreira, também dirigente do Sindicato dos Portuários de Assunção. De acordo com Victor, “a Aliança Público-Privada (APP), implantada pelo governo, fere de morte a democracia e a soberania, pois terão de se passar dez anos para avaliar se as coisas estão saindo bem ou mal, uma verdadeira loucura”. No total, recorda, os contratos são de 30 anos, prorrogados por mais dez, o que

daria às multinacionais o poder de administrar setores estratégicos do Estado por até quatro décadas. “Isso são dez governos. De um canetaço, em dois meses, anulam estudos de anos sobre o tema. As eleições não seriam mais necessárias já que parcela expressiva do patrimônio público passa a ser gerido pelo capital transnacional. A administração estaria completamente privatizada”, argumentou.

CAMPO E CIDADE UNIDOS

Reforçando a necessidade da reforma agrária e de que o governo pare de se comportar como “capataz” dos plantadores de soja e eternos latifundiários que mancham de sangue a terra guarani, cerca de 20 mil camponeses ocuparam a frente do Congresso Nacional “contra os traidores da nação” e se solidarizaram aos presos políticos de Curuguaty.

Ao mesmo tempo, estudantes secundaristas e universitários se uniram a professores e funcionários contra o projeto de privatização da educação e em defesa do “ensino público, gratuito e de qualidade”. No momento, denunciam em manifesto, “não há as mínimas condições de infraestrutura”, “com aulas sendo dadas embaixo de árvores e falta de educadores no interior”.



APPs representam perda da soberania

Conforme o secretário geral da Frente Estudantil pela Educação, Arturo Carlo, o movimento cumpriu o desafio

de forma exitosa, com as universidades Nacional e a Católica de Assunção exercendo grande protagonismo na paralisação, ao lado da Universidade Nacional de Villa Rica. “Temos apenas 6% da juventude paraguaia dentro das universidades, 78% nas privadas. Das 52 universidades, somente oito são públicas. As APPs reforçam essa privatização. O Estado deixa de investir, fortalecendo alianças com o setor privado, que passa a ampliar seus lucros financiando o pagamento de mensalidades com créditos mais brandos”, sublinhou Arturo.

ENTRE QUATRO PAREDES

Na avaliação das centrais, a lei deve ser suprimida “porque não somente afeta os trabalhadores e seus direitos, mas o país como tal, a sua soberania e os demais poderes do Estado”. O documento unitário esclarece que as APPs atingirão as fontes de trabalho e que “não se sabe e não se tem em conta as condições salariais, laborais e de benefícios dos novos postos de trabalho que serão criados, se é que serão criados”. As centrais denunciam que não houve qualquer tipo de consulta, pois o governo, que “concentra todo o poder no presidente”, “fez tudo entre quatro paredes”, excluindo o Congresso Nacional, “um dos poderes do Estado”. Desta forma, “o modelo original não foi só manipulado, mas violado, ultrajado e violentado”. Com as APPs, enfatizam, “se perde a soberania judicial ao recorrer à arbitragem internacional, deixando de lado o poder judiciário; as transnacionais serão as donas de tudo e o Estado presenteia todos seus bens estratégicos por 30 anos ou mais, colocando em risco seu orçamento”.

Como estampava um cartaz no Festival Popular que antecedeu a greve: “com o neoliberalismo não se constrói uma Pátria, se destrói um país”.

“Nosso país se levantou contra a privatização dos setores estratégicos”

“A greve disse não à APP, que é uma fotocópia do receituário fracassado do FMI”, afirmou o intelectual Martín Almada, Prêmio Nobel Alternativo da Paz

Vestido com uma goiabeira, expressão de certa solenidade, sorriso generoso, olhar amplo, Martín Almada nos recebeu à noite para uma conversa rápida, no aconchego do lar, em Assunção. Era grande a correria e pequenos os espaços na agenda de entrevistas nos instantes que precederam a histórica greve geral que paralisou o Paraguai no dia 26 de março de 2014. Mesmo assim, o bate-papo acabou se transformando em boas horas de convivência e aprendizado. Aos 77 anos, um dos mais renomados intelectuais latino-americanos, ganhador do Prêmio Nobel Alternativo da Paz em 2002, traçou perspectivas para o Paraguai e para a região livrar-se das suas ervas daninhas. Almada é o advogado e pesquisador que trouxe à luz os documentos da Ope-



Almada trouxe à luz a Operação Condor

ração Condor, por meio da qual as ditaduras da região, em “pacto criminoso” e sintonizadas com os desígnios do governo de Washington, aplica-

ram, com treinamento militar estadunidense, políticas de terrorismo de Estado, para desaparecimento, tortura e assassinato de opositores. O próprio Almada sofreu mil dias no cárcere, teve sua mulher morta e todos os seus bens confiscados, sendo obrigado a amargar 15 anos de exílio. Forçado a viver longe da sua terra pela ditadura de Alfredo Stroessner, o educador patriota aprofundou o seu latino-americanismo e agora finca ainda mais fundo as suas raízes anti-imperialistas, trazendo à tona, na luta pela memória, “este espaço de luta política”, a busca de um futuro melhor num Paraguai desenvolvido e soberano.

Como o senhor avalia a lei de Aliança Público-Privada que o governo do presidente Cartes busca implantar?

A meu juízo este é o mesmo plano que aplicou Menem, que fracassou na Argentina. É uma má fotocópia do que fracassou na Espanha, em Portugal, na Itália. Não há um só país do mundo que saiu da pobreza graças ao Fundo Monetário Internacional. Não há um único país que se desenvolveu entregando setores estratégicos ao capital estrangeiro. O que observo, e estou muito atento ao que ocorreu no Chile, onde vou três a quatro vezes ao ano para falar sobre a Operação Condor, é que pessoas de esquerda naquele país se tornaram socialistas neoliberais. E o pior é que se consideram socialistas neoliberais exitosas.

Passaram a ver a privatização como solução para todos os males.

Não acredito que a privatização seja o caminho. Esse é o mesmo modelo que implantou Cardoso (FHC) no Brasil. É o

mesmíssimo. Eu vi na televisão o presidente Horacio Cartes falando sobre as opções do Paraguai. E dizia: a presidente

“Cartes dizia: Dilma privatizou aeroportos e não sei quantas coisas mais, está privatizando tudo, por que não seguimos Dilma?”

Dilma privatizou aeroportos e não sei quantas coisas mais. Bom, se o Brasil que é uma potência emergente, está privatizando tudo, por

que não seguimos Dilma? Foi o questionamento que Cartes fez. Esta é uma boa pergunta, não é?

Há uma evidente queda de braço sobre os rumos a seguir: se devemos fortalecer o papel do Estado, investindo no seu protagonismo ou se o caminho é via concessões ao setor privado, com instrumentos como o Investimento Direto Estrangeiro (IDE). Qual o papel dos meios de comunicação nesta encruzilhada?

Os meios de comunicação, jornais, rádios e tevês respondem a uma linha editorial e representam interesses privados, não estão nas mãos do povo. Na minha opinião, pela importância que têm, deveriam estar nas mãos da comunidade e não sob o controle do mercado, reproduzindo o ponto de vista das empresas. Infelizmente, em quase toda a região, são propriedades de poucos grupos e exercem uma concentração que não é nem um pouco democrática.

Graças à denúncia e à mobilização internacional, a tristemente célebre Escola das Américas, localizada na área controlada pelos EUA no Canal do Panamá, foi fechada. Era um centro que ensinava os mais terríveis métodos de

tortura, dentro de uma ideologia que caracterizava os patriotas como opositores e, portanto, como inimigos a serem abatidos. O senhor tem alertado mais recentemente sobre os abusos da Escola de Forte Benning. O que mais lhe preocupa?

O Brasil é o país que mais envia tropas à Escola de assassinos de Forte Benning, com o Chile em segundo lugar. Para que o Brasil está preparando seus militares aí? Localizada no Estado da Geórgia, esta escola custa ao Orçamento estadunidense 190 milhões de dólares anuais. Qual é o interesse de tamanho investimento? Todos trazemos na memória o quanto de terror foi espalhado pela Escola das Américas, sabemos quais são seus ensinamentos.

Qual a leitura que o senhor faz do Brasil em relação às medidas tomadas para ajustar contas com o passado?

A mim me assombra o que acontece no Brasil. Foi um passo tímido, depois de 50 anos do golpe, abrir uma Comissão da Verdade que não é de Justiça. É uma vergonha.

Não faz jus à memória dos combatentes.

O que é a memória? A memória é um espaço de luta política. Vou dar um exemplo: que integração podemos ter com o Brasil, se seus dirigentes continuam ocultando nossa memória? Agora os arquivos da guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai, que findou em 1870, ficarão retidos no Brasil por mais 50 anos, por uma decisão tomada no final do governo de Fernando Henrique Cardoso. Por quê? Podem ficar no Brasil, que aliás sabe guardar muito bem docu-

mentos, mas que sejam abertos ao mundo, aos professores, jornalistas, sociólogos, historiadores. Da mesma forma, é preciso que todos saibam hoje que as empresas norte-americanas estão se utilizando da bandeira brasileira para invadir e contaminar o solo paraguaio.

A direita paraguaia e o governo estadunidense se utilizaram do “Massacre de Curuguaty” para dar um golpe de Estado. O que aconteceu em Curuguaty?

Segundo a imprensa internacional, sou um caçador de arquivos da Operação Condor. Atuo legalmente no Paraguai, sempre pelos canais de Justiça. Entro nos arquivos do Exército e da Marinha com a presença de um juiz. E encontra-

“Curuguaty é do Estado paraguaio. Quem invadiu foram os latifundiários”

mos documentos que mostram que Curuguaty, esta propriedade em litígio, é do Estado paraguaio. Estão aí os do-

documentos. Estou seguro do que manuseio: os camponeses não invadiram propriedade privada, ao contrário, foram os latifundiários que entraram em terras do Estado, em propriedade do povo paraguaio.

E os sem-terra é que estão sendo penalizados.

O mais ridículo é que se investigue e castigue os camponeses, que são as vítimas, e não se investigue os invasores, a polícia. Estive na prisão com as vítimas e seus familiares e é evidente que a Promotoria está a serviço desta minoria parasitária que temos em nosso país. O invasor foi Blas Riquelme, que cortou a mata para plantar soja e outras coisas mais

rentáveis, que não sabemos, em seu lugar. O fato é que Stroessner se foi e ficou o stroesnismo. Aqui nada mudou.

E então os golpistas tornaram a injustiça legal.

O Paraguai vive à margem da lei. Não sei se olhaste os arquivos do terror. Ali havia três ou quatro toneladas de documentos.

Sem-pre me pergunto: por que não queimaram? Por que não destruíram? Então, à luz da experiência, descobri que eles se sentiam muito seguros, impunés. A certeza da impunidade. Curuguaty é um exemplo da imoralidade da Justiça no Paraguai.



Solidaridad-PY

Martín Almada com as toneladas de documentos que comprovam o vínculo das ditaduras da região com os EUA

O senhor tem dito que a Operação Condor sobrevive.

Em Honduras, contra o presidente Manuel Zelaya, os Estados Unidos atuaram com o mesmo método da Operação Condor. Tropas militares norte-americanas, exército norte-americano, um golpe de Estado com cheiro de pólvora. Já no Paraguai é a primeira vez na história do país que a direita reacionária, medíocre, selvagem e criminoso não utilizou da violência. E pela “via pacífica” tirou Lugo. Não sei se foi Mao ou Lenin quem disse uma frase, que gosto mui-

to, que a pior derrota é a derrota sem luta. E aqui a direita ganhou porque a esquerda se entregou, não lutou. Lugo tinha todo o poderio: o Exército e o povo, além do apoio internacional. Só não tinha a polícia. E se entregou. Em Honduras foi a pólvora, aqui foram os dólares. Quem participou da conspiração, possivelmente, foi o Vaticano, os plantadores de soja e os criadores de gado, os que não pagam imposto - entre eles o atual presidente Horacio Cartes.

Qual a sua avaliação da greve geral?

Acredito que este foi um acontecimento em que o povo se levantou e triunfou. Esta é uma greve geral triunfante, que colocou a revogação da lei de Aliança Público-Privada

***“Por conta da ditadura,
o medo é a segunda
pele do paraguaio”***

como tema central. Agora o movimento sindical volta novamente a organizar-se e a mobilizar-se, porque o mais difícil é que os paraguaios se organizem por causa do medo. O medo é a segunda pele do paraguaio. Esta é uma greve vitoriosa contra uma gente que carece de autoridade moral e que por um tempo ainda pretendeu que lhes chamassem de “honoráveis”.

A que se deve o fato de não terem ocorrido incidentes graves de repressão?

Meu critério é personalíssimo, honorabilíssimo (risos). A greve foi no dia 26 de março. Para mim foi decisivo o que se passou no dia 25, pois creio que o plano era reprimir violentamente. Mas o que aconteceu na véspera, que acon-

tecimento não ocorreu como previsto? Houve um escândalo, com repercussão na imprensa internacional, sobre o envolvimento do presidente Horacio Cartes no contrabando de cigarros. Milhões de dólares, segundo a polícia holandesa. A partir daí, o 26 não podia ser violento. Então o governo chamou o diálogo para evitar maiores prejuízos. A meu juízo, isso o neutralizou.

Quais são as perspectivas a partir de agora?

Neste país, Stroessner pôde se manter em base a dois fatores: a ignorância e o medo. A maioria dos paraguaios lê e escreve, mas não entende nem o que lê nem o que escreve. Por quê? Porque estava proibido ler. Qual foi o meu delito?

Fiz um livro de tese na Universidade criticando o sistema educativo. Por isso me conde-

“Me meteram mil dias na prisão, mataram minha esposa, confiscaram nossos bens e me exilaram por 15 anos”

naram, fui perseguido e punido como “terrorista intelectual”. Me meteram mil dias na prisão (de 1974 a 1977), mataram minha esposa, confiscaram nossos bens, e me exilaram do país por 15 anos. E agora descubro uma coisa nova na história, me tratavam como se fosse um Bin Laden. Eu que nunca fui comunista nem anticomunista, eu que era um sindicalista do magistério. Decidimos aplicar a teoria de Paulo Freire, a metodologia dele, e isso me condenou. Comigo foram duros. Tenho um documento em que pedem a prisão e a tortura até da minha mãe, que era analfabeta. Diziam que ela levava cartas e informações da ditadura. A pobre da minha mãe não entendeu nada do que se passou comigo.

E o que se passou?

Sem saber, agora, 40 anos depois, vi que em 1974, fui o pequeno Snowden do Paraguai. Por quê? Fiz minha tese e levei documentos oficiais do Paraguai. Como? Havia aqui um secretário técnico de Planificação da Presidência, era uma sexta-feira, umas onze horas, e lhe digo: necessito de documentos para pesquisar, para a minha tese. E ele me disse: “hoje é sexta e as pessoas já não estão mais trabalhando. Por que não entras no centro de documentação e levas o que puder, o que necessitar? Eu vou junto”. E me chamou a atenção um documento que dizia “Paraguai, Educação, Família e Sociedade”. Eu vejo isso, investigo, falo com o meu orientador da tese, lhe mostro. Isso é raro, ele me disse. Uma espionagem sociopolítica norte-americana no Paraguai. Era um documento da CIA, e eu não sabia. Um documento da CIA. Passam os anos e encontro no google que havia uma operação que se chamava plano Camelot, que consistia numa espionagem para saber a tendência da opinião pública de cada país. Em meados dos anos 60 o Exército americano contratou a Universidade de Washington, os psicólogos, sociólogos, todos os cientistas sociais para fazer um teste e saber a tendência, para poder controlar. Isso fracassou no Chile nos anos 60, mas nos 70 foi um êxito. Eu levo este documento e vejo que era da CIA. E eu não sabia.

E o que aconteceu a partir de então?

Quando me prenderam fui interrogado por militares da Argentina, Brasil, Bolívia, Chile, Uruguai e Paraguai. Recordo que havia um marinheiro brasileiro e um uruguaio que estavam lá para me torturar. Ofereceram café e cigarro. É que

este brasileiro e este uruguaio sabiam bem quem havia sido o meu orientador. Ele tinha dois apoios: um era montonero (grupo guerrilheiro argentino), outro era do ERP (Exército Revolucionário do Povo, da Argentina). Eu não sabia. Paraguaio, chego e não podia começar minha tese porque não tinha base, a formação da universidade não me havia dado condições para investigar, para fazer um projeto. Eu não estava preparado. Então meu orientador da tese diz: vá a Montevideu e trabalhe com Julio Castro, um professor da universidade, elabore com ele. Eu não sabia que Julio Castro era comunista. Então esse brasileiro e este uruguaio sabiam quem eram os meus professores. E eu não sabia. E me faziam perguntas e perguntas. Eu não respondia, porque não sabia. E ao final eles diziam: você é muito inteligente, sabe se esquivar das respostas.

E o que ocorreu com seus professores?

Meus orientadores de tese foram assassinados. O professor mais querido de sociologia foi morto na estação de trem. Eu fui o único que escapou. Sou o primeiro paraguaio doutor em educação e o primeiro paraguaio contratado pela Unesco.

Mais alguma lembrança?

Vou contar uma coisa para rirmos. Estava num campo de concentração onde o chefe era um analfabeto. Chegou até o posto de coronel por suas debilidades, era bêbado e gostava de jogar jovens do alto do helicóptero na selva, algo bem no estilo de Stroessner, de Pinochet, de Somoza. Ele me chamava, com uma pronúncia estranha, de “indivíduo” ou “sujeito”, como se dissesse “comunista”. Então ele se aproxima de mim e diz: “estou falando com você, sujeito”. E me per-



Aparelhos para arrancar as unhas das mãos ou dos pés

gunta: “e o que você é agora?”. E eu respondo: sou predicado, coronel. E ele não entendeu o que havia se passado.

Aposte algo triste.

Moro num bairro militar, nenhum vizinho me saúda. Um filho descobriu que seu pai era torturador e meteu um tiro na cabeça. Não morreu, mas ficou cego, surdo e mudo.

Encerrada a paralisação, abertas as mesas de diálogo, o que vem agora?

Depois desta greve o panorama paraguaio é muito mais promissor, porque se venceu o medo. Agora são eles que

“Depois desta greve o panorama é muito mais promissor, porque agora são eles que têm medo”

têm medo. Vieram delegações internacionais, companheiros da Argentina, Uruguai, Brasil, Espanha, ao que se soma à presença dos

estudantes, dos camponeses. A solidariedade internacional foi forte. Nosso trabalho é agora despertar os dormidos, organizar e mobilizar os despertados. Esta é a perspectiva.

30 anos de prisão: “A mídia paraguaia quer a sentença”

Juiz do caso Curuguay confessa julgamento-farsa contra os sem-terra



Juiz Ramón Zelaya (ao centro) tem atropelado o rito processual para favorecer a acusação, denunciam organizações de direitos humanos

“A mídia quer a sentença”. O anúncio do juiz Ramón Zelaya, responsável pelo julgamento dos camponeses de Marina Kue, no município de Curuguay, evidenciou nesta terça-feira (28/7/2015) o jogo de cartas marcadas do mais do que viciado processo. Para o governo paraguaio, os latifundiários e sua mídia, que utilizaram o “confronto” ocorrido no dia 15 de junho de 2012 para justificar o impeachment do presidente Fernando Lugo, a meta é penalizar os trabalhadores sem-terra com até 30 anos de prisão.

Ao negar aos advogados que recém assumiram o caso o direito a um estudo pormenorizado de mais de 7.200 páginas dos autos do processo e marcar para a próxima segunda-feira (3/8/2015) o reinício do julgamento, Ramón Zelaya expôs as vísceras do judiciário paraguaio, intimamente ligado aos poderes político e econômico. Afinal, disse, é preciso atender aos meios de comunicação. E eles têm “pressa”.

“Esta é uma confissão expressa da total ausência de independência do judiciário paraguaio”, declarou o juiz brasileiro Jonatas Andrade, membro da Associação dos Juízes pela Democracia e um dos observadores internacionais do caso Curuguay, que vieram a Assunção acompanhar o processo. Em geral, ressaltou Jonatas, “o judiciário é contra as maiorias de ocasião, pois precisa estar apegado ao Estado de direito, à Constituição, à legislação. Nunca vi um juiz assumir desta forma que sua decisão é para atender a imprensa, isso é estupendo. No Brasil até ocorre, mas não se diz”.

Os jornais ABC Color, Última Hora e Extra, assim como todas as principais emissoras de rádio e televisão do Paraguai voltaram à carga desde segunda-feira com “o julgamento sobre a matança que tirou Lugo”. Imagens editadas de soldados da



Jornal Extra e a campanha monocórdica da mídia contra os camponeses

polícia chegando ao assentamento de Marina Kue e sendo teoricamente “emboscados” por “camponeses covardes” são repetidas à exaustão, para que a população embarque na campanha desinformativa, julgue e condene.

Rubén Villalba, Felipe Martínez, Luis Olmedo, Adalberto Castro, Arnaldo Quintana, Néstor Castro, Lucía Agüero, Maria Fani Olmedo Paredes e Dolores López Peralta são acusados por tentativa de assassinato, invasão de imóvel alheio e associação criminosa. Alcides Ramón Ramírez e Juan Carlos Tílleria de associação criminosa e invasão de imóvel, e Felipe Nery Urbina responde por fugir da perseguição penal. A jovem Raquel, que tinha então 17 anos, é acusada de invasão de imóvel alheio, associação criminosa e cumplicidade de assassinato. O caso de Felipe é uma boa demonstração da violação dos direitos humanos: ao tentar ajudar a um dos feridos, foi preso e torturado durante três dias. Outros camponeses não tiveram tanta sorte e foram assassinados pelas costas, a sangue frio.

“ENFRENTAMENTO” PRÉ-FABRICADO

Há três anos, 17 pessoas morreram depois do “enfrentamento” iniciado por franco-atiradores, com projéteis de armas privativas das Forças Armadas. Após tiros dispersos, ouvem-se nove segundos de disparos de armas semiautomáticas. O cenário lembra Ponte Laguno, na Venezuela, onde atiradores de elite da CIA assassinaram tanto apoiadores do presidente Hugo Chávez como opositores, provocando uma sangrenta confrontação. A atuação dos profissionais da morte em Caracas e em Curuguaty teve por objetivo fomentar o caldo de cultura para a derrubada dos dois presidentes e sua substituição por nomes mais palatáveis a Washington.

Com a mobilização popular, Chávez resistiu e venceu. Lugo foi derrubado menos de uma semana após a matança. O plano neoliberal de concessões e privatizações chegou logo em seguida.

À frente da ação em Curuguaty encontrava-se Erven Lovera, chefe do Grupo Especial de Operações, irmão do tenente-coronel Alcides Lovera, chefe da segurança do presidente Lugo. Reconhecido pela capacidade de diálogo, Erven Lovera foi um dos primeiros a cair morto enquanto conversava com a liderança do movimento, dando início ao tiroteio.

TESTEMUNHA ASSASSINADA

Considerado uma “testemunha chave” por ter denunciado a presença de franco-atiradores que teriam começado a conflagração, o camponês Vidal Vega foi assassinado em dezembro de 2012 na porta de sua casa.

“O fato é que os camponeses não tinham armas de grosso calibre e os policiais foram mortos com armas de guerra. Os tiros vieram de franco-atiradores desde o monte e do



Mariano e Nélida Castro, pais de Néstor e Adalberto, presos, e de Adolfo, assassinado: cuidando dos netos

helicóptero”, relata Mariano Castro, pai de Néstor e Adalberto, presos, e de Adolfo, assassinado.

Havia um pedido de desapropriação para fins de reforma agrária dos dois mil hectares de Curuguaty, mas, ao contrário disso, a Justiça, atendendo aos interesses da



O autor ao lado dos demais Observadores Internacionais

família Riquelme, solicitou uma prospecção do local, para saber se havia intrusos. Algo totalmente anormal, já que em 2004 o presidente Nicanor Duarte havia assinado um decreto determinando a destinação das terras a trabalhadores rurais.

AQUISIÇÃO FRAUDULENTA

Representante da Organização de Luta pela Terra, Lidia Ruiz ressalta que “no Paraguai, 90% da propriedade está concentrada em mãos de apenas 2% da população, grande quantidade delas terras do Estado que passaram a mãos privadas de forma fraudulenta”.

Aos 85 anos, com o tradicional “pañuelo” na cabeça e ostentando orgulhosa a foto do filho desaparecido na Argentina, Nora Morales Cortiñas,



***Nora Morales Cortiñas,
Avós da Praça de Maio:
apoando os familiares***

das Avós da Praça de Maio, hipotecou solidariedade aos lutadores pela terra, manifestando-se em defesa de um processo “limpo e transparente, para que se faça justiça”.

Conforme o advogado Roque Orrego, “um aspecto fundamental do que ocorreu foi a tortura e a execução em Marina Kue”, questionando o fato de que nenhum policial tenha sido responsabilizado nem se encontre no banco dos réus.

IMPUNIDADE E PERVERSÃO

“Em primeiro lugar, a terra era pública. Marina Kue significa Terras da Marinha em guarani. Portanto, não devia ter havido nenhuma ação policial. O dito proprietário pediu o despejo ilegalmente e até hoje, anos depois, esta questão ainda não está resolvida. A justiça está completamente dominada, há um caráter de classe, os pobres são discrimina-

“A terra era pública. Marina Kue significa Terras da Marinha em Guarani. Portanto, não devia ter havido nenhuma ação policial”

dos e sua luta é criminalizada”, afirmou a paraguai Marielle Palau, do Centro

de Investigações Sociais (BASE). Na avaliação de Marielle, “o que ocorreu em Curuguaty evidencia a impunidade e a perversão do poder judiciário, ao mesmo tempo em que reforça a necessidade da solidariedade e de fortalecer a pressão sob o governo”.

Membro da Rede Nacional de Advogados e Advogadas Populares (Renap), o brasileiro Rodrigo de Medeiros condenou a postura do juiz paraguaio de se submeter ao ritmo da mídia. “Um dos espaços que violam ou legitimam a violação se dá no sistema de justiça. Por isso a importância de se ob-

servar as garantias dos acusados para sua defesa em sociedades tão desiguais, em que o poder econômico e político influenciam negativamente na realização da justiça”, sublinhou.

Para Alirio Garia, secretário de Solidariedade e Direitos Humanos da Fensuagro (Federação Nacional Sindical Unitária Agropecuária de Colômbia), “é preciso garantir um julgamento justo a estes homens e mulheres que estão lutando pela terra e foram vítimas de uma armação criada pelos poderosos do Paraguai para dar o golpe de Estado em Lugo”. “Estão utilizando métodos abusivos para aterrorizar os camponeses. Precisamos estar vigilantes”, ressaltou.

PROMOTORIA APODRECIDA

Os promotores José Sarza e Jalid Rachid - filho de Blader Rachid, ex-presidente do Partido Colorado, controlado por Stroessner - mantêm a versão de que os camponeses “prepararam uma emboscada”, sendo os

O promotor José Sarza, que estava ao lado de Jalil Rachid na brutal ação em Curuguaty, foi processado recentemente por corrupção ativa

responsáveis pelas mortes. Sarza, que ordenou a brutal ação policial em Curuguaty, foi processado recentemente por corrupção ativa, ao exigir mais de 15 mil dólares de um proprietário rural para ordenar a expulsão de assentados.

Produzido pelo Serviço Paz e Justiça Paraguai (Serpaj-PY), o vídeo documentário Desmontando Curuguaty traz uma série de elementos imprescindíveis para compreender o grau de manipulação a que a opinião pública vem sendo submetida.

Vamos aos fatos:

1. As terras fazem parte do lote 30, da Industrial Paraguaya SA, que em agosto de 1967 doou dois mil hectares para a Armada Paraguaia. Até hoje seguem inscritas como se fossem da Industrial Paraguaya, sem que a Justiça tenha

se manifestado sobre de quem é a propriedade, reivindicada para fins de reforma agrária. O fato é que até o momento da

agressão policial as terras não pertenciam a Campos Morombi nem poderia ter sido emitido documento para o despejo. O primeiro vício do processo é que o juiz José Benitez, de Curuguaty, havia aprovado uma investigação do local, não a retirada das famílias. O juiz determinou uma medida e a polícia executou outra. “Era bastante precisa a ordem: ir como para um combate”, declarou José Almada, soldado do GEO.

2. A versão de que os camponeses teriam preparado uma “emboscada”, divulgada pelo promotor Jalil Rachid é completamente fantasiosa. Para o advogado Vicente Morales, “camponeses com seus filhos e mulheres emboscarem 324 policiais com helicópteros, metralhadoras, coletes, capacetes, escudos e granadas me parece absurdo”.

3. Um helicóptero sobrevoou desde cedo o acampamento filmando e tirando fotos. Conforme gravação do comissário Roque Fleitas, chefe da Agrupação Aeroespacial, a



*Documentário produzido pelo Serpaj
pode ser acessado pela internet*

aeronave estava equipada com sofisticada tecnologia e gravava todos os detalhes da operação. Ao mesmo tempo em que filmava, o helicóptero transmitia automaticamente para uma base de dados da polícia. A filmagem nunca apareceu. Semanas depois, o fiscal Rachid disse que o equipamento não estava funcionando.

4. Armada em situação de ataque, inclusive com fuzis automáticos, a polícia invade em colunas. Os camponeses ficam cercados. Se ouvem inicialmente tiros isolados e, logo depois, nove segundos de tiros de armas semiautomáticas que, conforme admitiu o próprio promotor, não foram encontradas com os camponeses.

5. Entre as “escandalosas irregularidades” apontadas pelos advogados estão as escopetas velhas e até uma arma de ar comprimido que não foram utilizadas, além de foices e facões. Entre o pacote de falsificações está o fato de que muitas coisas mudaram de lugar entre uma foto e outra, sempre para incriminar os camponeses, vários deles já mortos. No dia 25 de junho de 2012 se incorporou como “evidência” uma escopeta calibre 12 achada próxima a Curuguaty e que, segundo o próprio dono, havia sido roubada três dias antes, em 22 de junho. Ou seja, uma arma pretensamente usada pelos camponeses que jamais poderia ter estado com eles.

6. O promotor notifica a defesa no dia 16 de outubro de 2012 para que participe de uma “perícia fundamental” para o processo. Detalhe: dita “perícia” havia ocorrido quatro dias antes, no dia 12 de outubro.

7. “Não há conexão entre as supostas armas que dispararam com as balas que encontraram dentro dos corpos. Este nexos causal não existe”, enfatiza o advogado Vicente Morales. “O fiscal monta um cenário e sustenta uma tese onde a polícia é simplesmente vítima de um ataque”, concluiu.

Movimentos sociais do continente levam solidariedade ao acampamento

Entidades populares fortalecem luta por justiça

Santiago Paz



No acampamento de Marina Kue, o apoio militante em defesa da reforma agrária e da paz no campo

A pós quatro horas de viagem da capital do Paraguai, Assunção, e uma caminhada em meio a um mar de soja transgênica, chegamos ao acampamento dos sem-terra de Marina Kue. Com alguns suprimentos enviados generosamente pela rede de solidariedade da Articulação Curuguaty, fomos até o local.

Durante a semana, representantes das Avós da Praça de Maio, da Argentina; da Via Campesina, da CUT-Brasil e de inúmeros movimentos sociais latino-americanos compartilharam com os sobreviventes do massacre, lutadores pela reforma agrária, o começo do seu julgamento-farsa.

No país em que, conforme o último censo agrícola, 42% da população é rural e a terra é controlada por meia dúzia de

famílias - com forte presença estrangeira -, os poderes político e econômico exigem a criminalização do protesto e a vitimização dos algozes: penas de até 30 anos de prisão para os “invasores”. Ou seja, os podres poderes querem dar uma lição exemplar a quem luta para que as terras públicas deixem de ser ilegalmente ocupadas por latifundiários e passem às mãos de quem nela mora e trabalha.

SOLO MANCHADO DE SANGUE INOCENTE

Nas cruzes que nos recebem já na entrada do acampamento, no solo manchado de sangue de inocentes, nas árvores que carregam a marca dos projéteis de fuzis, na vastidão dos seus dois mil hectares, Marina Kue é a memória viva da injustiça e também da luta pela verdade. Afinal, na trincheira de lonas, palha e barro se encontram mães de filhos sem pais e pais sem filhos. A primeira ocupação ocorreu há 11 anos. Foram seis despejos violentos, incluindo balas de borracha, até que houve o massacre há três anos.

Quando as crianças adoecem precisam ser curadas por plantas medicinais porque não há postos de saúde por perto e, mesmo no hospital da cidade, não há medicamentos.



Cruz marca o local e a data em que tombou Avelino Espínola Dias



Enorme quantidade de agrotóxicos jogada na soja expõe as crianças dos sem-terra a todo tipo de doenças

Quando ocuparam a entrada da fazenda, rodeada por soja, a pele das crianças ficou em carne viva devido à enorme quantidade de agrotóxicos utilizada pelos “donos” da terra. Tam-

Leonardo Wexell Severo



No acampamento, Nimia Espínola denuncia assassinato do pai com rajadas de fuzil: “ele tinha facão e estilingue”

bém não há escola para atender os filhos das cerca de 40 famílias, que precisam estar atentas às perigosas “visitas” da polícia ou de sicários a mando dos latifundiários.

Um dos líderes do acampamento, Avelino Espínola Dias também foi um dos primeiros a tombar ao lado do chefe da

“Meu irmão estava aqui com meu pai e contou que ele disse: comissário, vamos conversar. E foi o primeiro a cair”

GEO, precipitando o tiroteio. Filha de Avelino, Nimia Espínola recorda que as únicas armas que o pai carregava era um facão e um estilingue. “Meu irmão estava aqui com meu pai e me contou que ele disse: comissário, vamos conversar. E foi o primeiro a cair”, relatou. “Como estava na Argentina, assim que fui informada corri pra cá. Tive tempo de vê-lo, pois nos entregaram o

corpo só depois de três dias. Uma perna havia sido totalmente estraçalhada, junto com suas intimidades. Estava em decomposição, largado como um animal”, denunciou.

Irmão de Adalberto e Néstor, Adolfo Castro foi assassinado

à queima-roupa após ter se entregado à polícia ao ver que haviam capturado o filho de apenas quatro anos. “O fato é que os camponeses não tinham armas de grosso calibre e os policiais foram mortos com armas de guerra, como AK-47, FAL e Galil. Os relatos dos presentes asseguram que os tiros

Irmão de Adalberto e Nestor, Adolfo Castro foi assassinado à queima-roupa após ter se entregado à polícia ao ver que haviam capturado seu filho

iniciais vieram da mata, que fica no alto, e também do helicóptero, com o uso de franco-atiradores”, acrescentou Mariano, pai dos três, entrevistado em sua casa, próxima ao acampamento.

“Aqui morreu meu primo Luciano Ortega, único filho de minha tia Dominga, que agora está em Assunção, morrendo de câncer. O promotor Rachid joga a culpa nos inocentes, a quem quer na prisão, enquanto protege os criminosos. Não arredaremos pé daqui até que os culpados paguem. Esta terra é nossa!”, afirmou Delfina Almada.



Mobilização exige do governo “terra, justiça e liberdade”

Julgamento-farsa é novamente suspenso

Movimentos presentes ao Tribunal de Sentença do Paraguai comemoram e defendem “libertad a los presos por luchar”

Os advogados dos trabalhadores sem-terra julgados pela morte de seis policiais em Curuguaty, conseguiram novamente nesta quarta-feira (2/9/2015), em Assunção, suspender o processo que se cala a respeito dos 11 camponeses que também perderam a vida na tragédia. Desta vez o julgamento foi paralisado devido à postura arbitrária dos juízes do Tribunal de Sentença, que sequer disponibilizaram tradutores para o guarani - a língua dos acusados - como já havia sido determinado previamente.

“Libertad, libertad, a los presos por luchar” comemoram as dezenas de militantes dos movimentos sociais, intelectuais e familiares dos sem-terra, que tomaram o plenário acompanhados por “pyragues” – espões do governo de Horacio Cartes.

“Sem tradutores para o guarani, queriam pisotear até mesmo o direito linguístico dos camponeses”

“Queriam pisotear até mesmo o direito linguístico dos camponeses, mais um atropelo feito por esta justiça politizada, paga, que está recebendo ordens de fora e tem de desaparecer”, declarou Dario Aguayo, advogado dos sem-terra, rechaçando o elitismo de um setor considerável do judiciário paraguaio, que quer silenciar a língua da grande maioria do seu próprio povo.

De acordo com Pelao Carvalho, da Articulação Curuguayt, que engloba várias entidades populares solidárias à luta pela terra, “o fato é que, para os juízes, falar em guarani nesse ambiente refinado representaria um desprestígio”. “Para a elite, a formulação deve ser feita em castelhano ou inglês. Fazem uso do guarani somente para que suas decisões sejam entendidas e suas ordens cumpridas. Ou para ganhar votos”, frisou.



Jave Villanueva - Photographemas

Pelao Carvalho: “Para a elite, o julgamento deveria ser feito em castelhano ou inglês”

“VOMITANDO SENTENÇAS”

“Há um julgamento absurdo, como se apenas os policiais mortos fossem pessoas, desconsiderando totalmente os camponeses. Estão vomitando uma sentença de 25 anos de prisão. O promotor Rachid não quer perder tempo, pois pretende criminalizar a luta pela terra, a fim de que o caso sirva de exemplo”, assinalou Margarita Durán Estragó, professora de História da Universidade Católica de Assunção. Para a intelectual, “embora seja lastimável, acabamos sendo privilegiados por assistir a um caso que será estudado durante anos, da mesma forma como o de Gastón Gadín”.

Último fuzilamento ocorrido no Paraguai, em 1917, o francês Gastón Gadín era menor de idade quando foi condenado à morte pelo assassinato dos pais. A legislação paraguaia não permitia a execução da sentença contra um menor. Sem a certidão de nascimento, a lei estabelecia que um

médico fosse convocado para “comprovar” quantos anos tinha. Sob a pressão da opinião pública, foi sentenciado. “A certidão finalmente apareceu: Gadín era menor de idade. Como cidadãos preocupados com os direitos humanos isso deve nos fazer refletir”, destacou a professora de História.

Conforme Clyde Soto Badaui, do Centro de Documentação e Estudos (CDE), de uma forma evidente, “o julgamento de Marina Kue foi armado para condenar os camponeses”. “Aos poucos, pelo ativismo nacional e internacional, fomos desarmando e desmontando os argumentos da acusação, demonstrando que há um padrão de atuação da repressão contra os movimentos sociais que exhibe todo o seu esplendor neste massacre. A partir daí há um processo político que está sendo freado pela determinação e valentia dos acusados”, destacou.

O advogado Aguayo reitera a inocência dos camponeses: “isso é comprovado pelo vídeo do ABC Color, que mostra que não foram eles que iniciaram os disparos”. “Mais do que nunca é preciso investigar a fundo para saber quem foram os responsáveis, para castigar os mandantes. Temos o dever moral de salvar a Justiça e para isso fazemos um apelo à Corte Suprema”, enfatizou.



Corte Suprema-PY

***“O fuzilamento de sábado: todos os detalhes do tremendo espetáculo”.
Execução para a “opinião pública”***

A participação dos EUA e da própria CIA, descreve a professora Margarita, “está mais do que comprovada”, não só pelo envolvimento dos franco-atiradores como de toda a extensa e complexa rede armada. “Não pensaram nas consequências, que as pessoas iam se perguntar. O helicóptero militar sobrevoou para filmar e fotografar o acampamento. Onde está a filmagem? Agora o piloto, que era uma testemunha chave, morre. É muita sujeira”, assinalou.

VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

Para Marta Almada, representante do Serviço Paz e Justiça (Serpaj) na Articulação Curuguaty, o julgamento escancarou a existência de um sistema judicial que viola todos os direitos humanos e que é altamente excludente, uma vez que só foca na morte dos policiais sem dar o mínimo espaço ao contraditório. No vídeo Desmontando Curuguaty, conta Marta com orgulho, contribuímos para a “destruição comunicacional que havia contra os campone-

“Os conglomerados de mídia tentam construir no imaginário coletivo uma falsa verdade com a montagem do julgamento”

ses, apontando as inúmeras irregularidades do processo”.

Os grandes conglomerados

de mídia, assinalou Liz Torres, da coordenação do Serpaj, “tentam construir no imaginário coletivo uma falsa verdade com toda a montagem do julgamento”. Mas aos poucos, pondera, o cenário de mentiras e manipulações vai se decompondo, pois “a força da articulação entre as vítimas diretas construiu uma unidade muito forte de enfrentamento ao sistema, e conseguiu calar fundo”. “Agora, nem



Liz Torres, Marta Almada e Cristina Coronel, do Serviço de Paz e Justiça (Serpaj): exemplo de ativismo solidário

mesmo os familiares dos policiais fazem acusação direta aos camponeses”, asseverou Torres.

No entendimento de Cristina Coronel, também coordenadora do Serpaj, a verdade “única e oficializada”, que coloca os camponeses como vagabundos e delinquentes, vai se dissipando e dando lugar a visões cada vez mais críticas. “O trabalho cuidadoso e sério desenvolvido pela Articulação Curuguaty e pelas entidades populares que se somaram ao movimento de solidariedade se instalou na agenda social e política do Paraguai para que o julgamento não passasse despercebido. Não é fácil, mas com a ação nacional e o apoio internacional começamos a enfrentar este fato emblemático da nossa história, apontando seus vícios e iniciando seu desmantelamento, o que fez com que a própria imprensa também começasse a duvidar. É uma ação rigorosa, que representa uma ameaça ao sistema”, concluiu Cristina.

“Massacre foi planejado, tiros vieram do helicóptero”

*Advogado Victor
Azuaga denuncia
“ação militar
planejada, com
propósitos muito
bem definidos”*



As peças do enorme quebra-cabeça do “confronto” de Curuguaty se encaixaram. Isso é o que defende o advogado Victor Azuaga, que afirma: “está claro que foi um massacre planejado, com propósitos muito bem definidos”.

“Os primeiros disparos vieram todos de cima, do helicóptero. Por isso as balas atingiram a parte de cima do crânio.

***“Os primeiros tiros vieram
todos do alto, do helicóptero,
por isso as balas atingiram a
parte de cima do crânio.
Foram franco-atiradores”***

Como em campo aberto os tiros poderiam ter vindo tão do alto?”, questiona Azuaga, frisando que, nitidamente, os

disparos foram feitos por “franco-atiradores que dispunham de armas de guerra”.

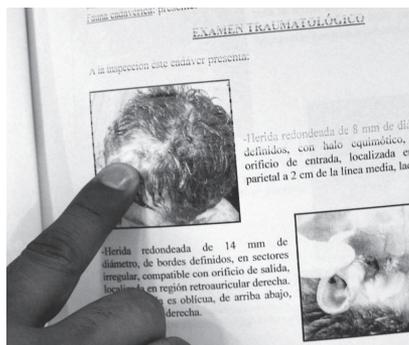
Segundo o advogado das vítimas, “os policiais utilizaram um helicóptero Robinson com capacidade de filmar para orientar sua atuação em terra, transmitindo também ao Ministério do Interior. Onde está este material? Não só o filme não apareceu, como o piloto morreu há poucos dias”. A su-

cessão de conveniências favoráveis ao governo tem provocado protestos dos movimentos de solidariedade, em especial da Articulação Curuguay.

Frente à comoção nacional, que se seguiu ao sangrento despejo, somada ao bombardeio midiático e à prostração do governo de Fernando Lugo em dar respostas a crimes pelos quais não era responsável, o ex-presidente foi submetido a um processo de impeachment e apeado do poder sete dias depois.

Além disso, lembrou Azuaga, “ocorreram execuções sumárias, como a do trabalhador sem-terra Luis Paredes, em quem o tiro entrou pela boca e saiu pelo olho”. O Informe de Direitos Humanos confirma a maioria dos testemunhos: “contra Fermín Paredes dispararam e depois o executaram. E a Delfin Duarte, também ferido, mas sem gravidade, o liquidaram”.

Richard Barrios, de apenas 15 anos, perdeu a vida pisoteado pelos cavalos da polícia. Outro exemplo, o de Adolfo Castro, morto em frente ao filho de dois anos após ter se entregado com as mãos para cima, deixa evidente a disposição de parte dos agressores.



Nos autos do processo, cuja balística foi concluída por um ginecologista, os tiros certos no alto do crânio foram desconsiderados

“Ocorreram execuções sumárias como a do sem-terra Luis Paredes, em que a bala entrou pela boca e saiu pelo olho”

Um dos comandantes da ação, Erven Lovera era irmão do tenente-coronel Alcides Lovera - chefe da guarda pessoal do presidente Fernando Lugo e “guarda-costas” do atual mandatário, Horacio Cartes. Na avaliação de Azuaga, Lovera “conhecia o plano, mas não sabia que era parte dele”. “Temos um áudio em que Erven diz: quando dispararem do helicóptero, atiraremos aqui embaixo”.

Lovera foi um dos primeiros a serem mortos. Uma rajada se escuta logo em seguida, instaurando-se, conforme relatam os camponeses, “o salve-se quem puder”. Pelo menos

“Temos um áudio em que Erven Lovera diz: quando dispararem do helicóptero, atiraremos aqui embaixo”

20 trabalhadores rurais foram alvejados. Inúmeros soldados foram atingidos por “fogo amigo”.

A atuação conjunta entre a Polícia Nacional e o GEO, treinado por militares estadunidenses e por “técnicos” da CIA, só reforça as suspeitas de um plano orquestrado, dirigido a um fim muito claro: a aniquilação de um projeto de desenvolvimento nacional, com forte componente social.

ESCANCARADA TENDENCIOSIDADE

Condenando a escancarada tendenciosidade do Tribunal de Apelação, “que em menos de 24 horas, sem analisar as provas” voltou a remarcar o julgamento dos camponeses para a mesma semana em Assunção, o advogado alerta para as inúmeras irregularidades cometidas. “São muitas as arbitrariedades, tanto dos magistrados como dos representantes do Ministério Público, sempre em favor do grupo Riquelme”, afirmou. “Há na verdade muitos interesses relacionados à

terra por trás deste processo, dos que acreditam que podem tapar o sol com uma peneira”, sublinhou.

Para o jornalista e escritor Julio Benegas Vidallet, é preciso lembrar que “quase toda a capacidade operativa do GEO foi utilizada por mais de um mês nos arredores do lugar. Esperavam, talvez, a ordem de despejo”.

Doado pela Industrial Paraguuaia em 1967 à Armada Nacional, resalta Vidallet, o território foi transferido em 2004, por decreto presidencial, ao Instituto Nacional de Desenvolvimento Rural e da Terra para fins de reforma agrária. “Os camponeses estão sofrendo um calvário extraordinário



Publicada pela Agência de Informação Paraguuaia, foto mostra a chegada de instrutores militares dos EUA em 2015



“Como em campo aberto os tiros poderiam vir tão do alto?”, é a pergunta que não quer calar

somente porque estão exigindo algo que lhes corresponde por direito e pela própria lei”, assinalou.

Entre os absurdos do processo que “só julga os campo-

neses”, apontou o advogado Victor Azuaga, estão as acusações de pertencerem a uma “organização criminosa” e de serem “invasores”, enquanto apenas buscam a repartição de terras do Estado. “A Associação de Vizinhos (integrada pelos camponeses) foi constituída desde 2004, nunca esteve à margem da lei, reivindicava terras públicas, portanto não há delito”, relatou.



Luciano Severo

“O que estamos vendo é um julgamento totalmente falso, arbitrário”, afirma Hugo Ruiz

O professor de Direito Internacional da Universidade Católica de Assunção e ministro do Paraguai durante o governo Lugo, Hugo Ruiz Díaz, avalia que “com a prisão dos sem-terra de Curuguaty se perdeu toda a racionalidade”. “Foi algo montado às pressas, completamente à margem da lei, para efetivar o golpe de Estado. O que estamos vendo agora é um julgamento totalmente falso, arbitrário. São presos políticos”, frisou.

ESTADO DE EXCEÇÃO

Conforme Díaz, em duas regiões do Paraguai está instalado o Estado de exceção: “lugares em que se desrespeitam direitos humanos básicos”. Enquanto isso, acrescentou o ex-ministro, “há tropas norte-americanas atuando no território nacional, junto com agentes do Mossad israelense e militares colombianos. Toda esta intervenção, somada à atuação das forças militares do Paraguai em questões internas, atua contra a democracia e o processo de integração latino-americano”, concluiu.

Juiz acusado de liberar traficantes é carrasco dos sem-terra

*Camponeses
denunciam
“terrorismo de
Estado” por
trás de Ramón
Trinidad Zelaya*



Justificando a razão de não aceitar o quadro presenteador por um grande pintor, o poeta Mário Quintana disse: “Acredite, não tenho paredes. Só tenho horizontes...” No vizinho Paraguai, o juiz Ramón Trinidad Zelaya, tem uma máxima diferente. Para ampliar as suas paredes, quer ver atrás das grades o horizonte de todos os sem-terra, assim como os de Marina Kue, no município de Curuguaty.

Integrada pelos advogados Victor Azuaga e Albino Ramírez, a defesa apresentou uma denúncia contra os integrantes

***Integrantes do Tribunal de
Sentença, presidido por
Zelaya, foram denunciados por
“prevaricação e produção de
documentos não autênticos”***

do Tribunal de Sentença, presidido por Ramón Zelaya, por “prevaricação e produção de documentos

não autênticos”, atuando com parcialidade, falta de independência e arbitrariedade.

Na vastidão do pampa paraguaio encontram-se os dois mil hectares de Marina Kue, com suas fontes de água, açu-

de e bosque. A promessa de novos tempos contida neste exuberante vigor da natureza colocou uma associação de camponeses em conflito com o monocultivo de soja transgênica da Monsanto. Contra a sanha da família Riquelme, seus herbicidas e agrotóxicos. E mobiliza contra a falida e putrefata estrutura jurídica mantida para que as terras continuem nas mãos de meia dúzia. Dados do Informe da Comissão Verdade e Justiça apontam que são sete milhões de hectares de *tierras mal habidas*, usurpadas por latifundiários mediante falcaturas e crimes, boa parte ao longo dos 35 anos da ditadura de Alfredo Stroessner (1954-1989).

RESISTÊNCIA À INSANIDADE

Infelizmente, a contaminação provoca muito mais do que queimaduras nas peles das vítimas dos pesticidas jogados pelos aviões. Um veneno que não só é servido à mesa, mas impregna o Executivo, o Legislativo e o Judiciário do Paraguai. Uma intoxicação alienante, que dilacera a autoestima e envenena com a mentira, quando ganha a propulsão dos principais meios de comunicação do país. A resistência à insanidade, o compromisso com as suas famílias e a luta por justiça levou vários dos assentados a responderem hoje, mais de três anos depois daquele 15 de junho, pelo sangue derramado em uma ação de despejo arbitrária e ilegal.

E, para reproduzir esta injustiça com seu martelo, Ramón Trinidad Zelaya caiu como uma luva. Seu patrimônio vem registrando “extraordinário crescimento”, graças ao diálogo com os setores que dominam o negócio ilegal na fronteira, revela o diário ABC Color - o de maior tiragem no Paraguai - e, neste caso, insuspeito. Unha e carne com os poderosos de plantão, o magistrado obviamente nunca foi



Senhora mostra foto do jornal ABC Color, em que Ramón Zelaya aparece algemado pelo braço direito

investigado, apesar da opulência de seus veículos. Em 2011 colocou em liberdade um homem com dupla identidade, suspeito de ser um perigoso narcotraficante. No mesmo ano a “demora” na condução da investigação do milionário roubo de uma agência do Banco Bilbao Vizcaya (BBVA) em Curuguaty fez com que fosse afastado do caso. A lentidão cheirava à obstrução e o “cérebro” do assalto, Edgar Galeano Bogado, havia sido seu assistente na promotoria. A mais recente mancha na toga de Zelaya é a absolvição de Simón Núñez Antúnez e César Godoy González pelo Tribunal de Sentença que integrava em março de 2015. Com os dois “inocentes” haviam sido encontrados 571 quilos de maconha.

Passo pelo guarda e chego ao pátio onde se encontram a maior parte dos presos políticos de Curuguaty, incluindo mulheres e crianças. Os meninos e meninas brincam com os psicólogos destacados para amenizar o inferno daqueles muros. O almoço logo será servido.

DO ACAMPAMENTO À PRISÃO

Os trabalhadores rurais foram retirados do acampamento diretamente para a prisão. Não sem antes alguns deles terem sido torturados ou “justiçados” ali mesmo com um tiro na boca.

No salão que funciona como um refeitório vejo um quadro fixado na parede. É ele. O juiz Ramón Trinidad Zelaya, devidamente algemado. O cartaz reproduz a foto de 8 de novembro de 2007. Naquela madrugada, conforme relata o ABC Color, a assistente da promotoria, Angela Ferreira, teria vendido por cinco mil dólares uma resolução assinada pelo então promotor Zelaya para a devolução de um caminhão roubado no Brasil. Ele chegou a ser algemado por agentes da Unidade Anti-corrupção, mas escapou do flagrante do suborno passivo. Foi processado em função de outras evidências obtidas durante a investigação, como a conversação gravada entre um investigador de seguros e Angela



Néstor Castro levou um tiro no rosto: mandíbula ficou dilacerada durante meses

Ferreira, onde ela assegurava que parte do suborno era mesmo para Zelaya. Para abafar o caso e salvar a pele do juiz, o promotor geral do Estado o transferiu para o Ministério Público de Caazapá. De lá pra cá sua “carreira” é conhecida. E, agora, reconhecida.

Ferido à bala no rosto durante o massacre, Néstor Castro teve a mandí-

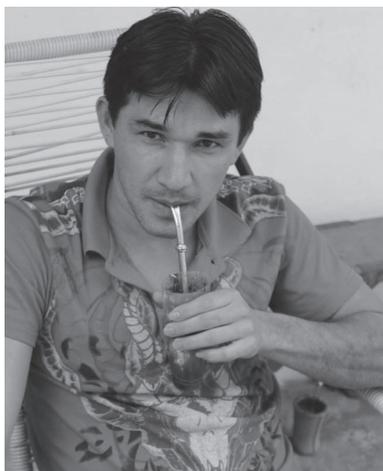
bula destroçada e perdeu muitos quilos até ser submetido à cirurgia, meses depois. Teve um dos irmãos, Adolfo, executado pela polícia no acampamento. O outro, Adalberto, está com ele na prisão. Olha fixo para o cartaz na parede e denuncia “o terrorismo de Estado” por trás da toga de Zelaya. Afinal, diz, é disso que se trata. “Todo mundo sabe que as terras de Marina Kue são terras públicas, doadas ao Estado pela Industrial Paraguai em 1967. Já haviam ocorrido seis despejos anteriores. Então decidiram nos massacrar por estar pedindo algo que nos pertence”, denuncia. Néstor destaca que o camponês vê a terra como “uma questão de sobrevivência”. “Aqui se trata da vida das pessoas, da luta pelo direito dos cidadãos. Por isso nos prenderam”, frisou.

Néstor observa a filha Nádia pular no seu colo. Acaricia o cabelo da menina e fala tranquilo: “No julgamento, oral e público, o próprio Tribunal não dá garantias processuais para a defesa, inviabiliza ou dificulta uma maior preparação. Enquanto isso a terra está abandonada. Seguem as plantações de soja da família Riquelme. E os trabalhadores sem terra, sem justiça, sem nada”.

QUEM DEU A ORDEM?

Néstor questiona a razão do processo não investigar os policiais e sustenta que “se os promotores e juízes quisessem mesmo saber o que aconteceu no dia do massacre teriam de investigar quem deu a ordem”. “O piloto do helicóptero que filmou a agressão não foi chamado a declarar, nem seus ajudantes foram convocados para dar depoimento. A gravação da filmagem e das fotos desapareceu e agora o piloto aparece morto. Querem acobertar a verdade e jogar a culpa sobre os assentados”, explicou. Há muita sujeira jogada para de-

baixo do tapete, sustenta. “Ocorreram várias execuções, como a do meu irmão Adolfo. Ferido ele se entregou quando viu que os policiais haviam pegado seu filho pequeno.



Adalberto Castro: “Usar facões contra fuzis?”

Ali mesmo foi assassinado”, desabafa.

Tomando seu tererê, Adalberto Castro fala sobre o helicóptero “que voava baixo”, conta dos facões e das poucas escopetas que os camponeses dispunham para matar animais e fala da “tropa em posição de tiro, com cavalos, escudos e armas de guerra”.

Após os primeiros tiros, que conforme várias testemunhas partiram do helicóptero, “os policiais que vinham dos dois lados se enfrentaram e nós ficamos no meio”. Daí o grande número de feridos por fuzil.

Alcides Ramón tem saudades da mulher e do filho de quatro anos que foram obrigados a se socorrer na Argentina

“Agora estamos enfrentando uma brutal injustiça. Os assassinos nos chamando de agressores”.

Alcides Ramón Ramirez Paniagua tem saudade da mulher e do filho, já com quatro anos, que foram obrigados a se socorrer na Argentina. “Tenho que assinar um papel para que possam vir, mas estou jogado na prisão por lutar por um pedaço de terra que pertence ao Estado. Não posso sair, não posso trabalhar, não tenho como sustentar minha família”,

denuncia Alcides. Protestando “contra os abusos e desmandos”, ele lembra que “há muitos companheiros processados que ouviram disparos vindos do helicóptero, mas estão escondidos por temerem represálias”.

Luis Olmedo lembra que “todos esperavam que a polícia fosse dialogar, jamais que chegassem agredindo, ainda mais pelo fato de haver mulheres grávidas e crianças”. Ao lado do filho Francisco Javier, hoje com quatro anos,



Luis Olmedo mostra as marcas da tortura: “Disseram que iam me matar”

“Jamais pensamos que a polícia ia chegar agredindo, ainda mais pelo fato de haver mulheres grávidas e crianças”

vez disso, ele mostra a cara deformada na tela do celular: “me torturaram. Chutaram com suas botas, bateram com o cabo das armas e revólveres. Disseram que iam me matar”.

Luis enfatiza que “tudo o que queria era plantar mandioca, milho, feijão e verduras”. Em



Dolores, Luis e Fani: a injustiça desabou sobre a família

Aguardando o julgamento a seu lado, a irmã, Maria Fani Olmedo, foi levar mercadorias ao acampamento na quinta. “Quando foi sair, as quatro da madrugada de sexta, a polícia já havia cercado tudo. Então foi presa conosco”, conta.

CRIANÇAS SOFREND

Da mesma forma que Fani, a companheira de Luis Olmedo, Dolores López Peralta estava grávida de Jorge, quando foi injusta e ilegalmente privada de sua liberdade. O Código Processual Penal (CPP) do Paraguai afirma que não se pode decretar a prisão preventiva de mulheres nos últimos meses de gravidez, nem das mães durante a lactância. Só após intensa pressão social e judicial, as duas ficaram sob prisão domiciliar. “Nossos filhos estão sofrendo muito. Queremos voltar para Curuguaty”, relata Dolores. “Tenho uma menina e dois meninos para sustentar e não posso trabalhar. Há sete meses que minha mãe morreu e fiquei só”, desabafa a jovem, angustiada pelo futuro da família.

Morador a sete quilômetros do local do enfrentamento, onde costumava ir pescar, Felipe Benítez Balmori, de 59 anos, é mais um dos inocentes que foi preso na “rede de injustiça”. O pescador foi capturado antes de voltar para casa e lamenta ter deixado “quatro filhos órfãos de pai”. Como é analfabeto e somente fala guarani, colocaram suas digitais numa “ata de declaração indagatória”, sem a presença de advogados, onde alegam que denunciava os líderes do acampamento por “portarem armas de fogo”. “Me algemaram, chutaram e inventaram uma confissão de algo que nunca falei. Tudo mentira”, sustenta.

Para que a “indiferença seja uma palavra obscena”, como nos ensinou Mario Benedetti, é preciso fazer ecoar a verdade.



Balmori: “Me algemaram, chutaram e inventaram toda a minha confissão”



“Curuguaty é farsa para encobrir criminosos e golpistas”

Bernardo Rojas, presidente da Central Unitária de Trabalhadores Autêntica (CUT-A), denuncia o desgoverno



Rojas recebe solidariedade no Congresso da CUT-Brasil

O que move o governo de Horacio Cartes?

O objetivo do governo paraguaio é a flexibilização laboral, tendo criado várias leis que lesionam os direitos dos trabalhadores. Criaram a lei da privatização, que busca alienar todos os bens do Estado: serviços públicos, mineração, transporte, educação, portos, aeroportos. Fazem de tudo com o propósito de entregar ao capital transnacional o que é de todos, num ataque frontal aos salários, direitos, à seguridade social, à jornada de oito horas... Depois criaram a lei do

Primeiro Emprego, que segundo eles beneficiaria os jovens. Na prática, colocam a juventude no mercado de trabalho sem direito ao salário mínimo, seguro social, férias e décimo terceiro salário. É uma precarização em forma legal. Completo neoliberalismo.

É um ataque frontal aos direitos por todas as frentes.

A lei da Micro, Pequena e Média Empresa é outra novidade contra o código do trabalho, com benefícios fiscais a grandes empreendimentos que mascaram seu tamanho subdividindo-se em várias empresas. Como a lei paraguaia impede que o Sindicato represente o conjunto da categoria profissional e

obriga a que tenha um mínimo de 20 trabalhadores em sua base,

“Infiltram dedos-duros para, antes de formarmos sindicatos, eles despedirem seus líderes. A JBS já fez isso no Paraguai”

transnacionais como a JBS Friboi usam este artifício para impedir a constituição de entidades. Além disso, mesmo quando fazemos reuniões clandestinas para preparar a organização do Sindicato, infiltram dedos-duros e, antes mesmo de protocolarmos a formação da entidade, despedem seus líderes. A JBS Friboi já fez isso no Paraguai.

Que outras armações legais o governo tem utilizado?

A lei da “Maquila” proíbe abertamente a sindicalização. Assim, o patrão impõe o quanto o trabalhador vai ganhar, qual a jornada, sempre abrindo mão da contratação coletiva e de todo e qualquer direito. A lei da Adequação Fiscal pre-

tende eliminar o salário mínimo, os contratos coletivos, entre outros benefícios, especialmente no setor público. Essa política é para que todas as “negociações” fiquem restritas a patrões e trabalhadores, com a mão de obra totalmente fragilizada diante do “é pegar ou largar”. Desta forma, o empresário faz o que quer e como quer, avançando para a completa precarização das relações de trabalho. Isso tem levado a um enorme grau de desespero e impotência, chegando ao cúmulo de termos companheiros se crucificando, como é o caso dos trabalhadores do transporte, indo ao extremo de atentar contra sua própria vida. Obviamente não recomendamos nem estimulamos tais práticas, mas são compreensíveis pelo grau de deterioração das próprias condições de vida. Em resposta a estes e outros abusos, os trabalhadores do transporte realizarão uma greve geral nos próximos dias 2 e 3 de novembro, em que além do reconhecimento sindical e da melhoria das condições de trabalho, exigirão um preço justo para o valor das passagens.

Há empresas em que o patrão chega a pagar para que se formem entidades sindicais que irão fazer o seu jogo, abrindo mão de salários e direitos.

Se com 20 trabalhadores podes formar Sindicato, numa empresa com 100 podes formar cinco entidades. Assim, o patrão paga para formar um Sindicato que divida a categoria. Há instituições públicas em que a divisão é profunda. No porto de Assunção há dez sindicatos; no Instituto de Previdência Social (IPS) são 16; na Indústria Nacional de Cimentos são 11 e assim sucessivamente. Sempre há mais de dois. Para completar, tentam matar as entidades representativas à força, usando da repressão existente.

Como qualificar tais práticas?

No Paraguai temos um governo absolutamente de ultradireita, reacionário e patronal. Daí a importância da unidade das entidades sindicais, camponesas e estudantis. Contra os trabalhadores, o governo Cartes está retendo os registros sindicais - sem os quais elas não têm reconhecimento - e atacando sua existência; não permite a livre associação dos estudantes secundaristas e universitários; reprime as organizações sociais e comunitárias; criminaliza os camponeses, como ficou claro na farsa montada em Curuguaty. Para auxiliar a articulação, integramos na CUT-A a Federação dos Estudantes Secundaristas e reforçamos o apoio aos universitários na luta contra a corrupção e em defesa da educação pública, gratuita e de qualidade. Há uma compreensão comum de que precisamos juntar todos numa concertação democrática para enfrentar o modelo neoliberal.

“No Paraguai temos um governo de ultradireita, reacionário e patronal”

Unidade é a palavra de ordem?

Todos estão se dando conta de que separados somos nada e juntos somos tudo. Daí a importância de nuclear todos os setores para lutar unitariamente, já que o governo age para fragmentar a oposição. Na luta pela recuperação e acesso à terra temos um refrão: “camponeses sem terra e terras sem camponeses”. Os grandes latifundiários e sojeiros falam que são “invasões”. Nós respondemos que são ocupações, pois a terra pertence aos camponeses. Curuguaty mostra o que é este modelo de exclusão e concentração que o governo quer

perpetuar. Não houve enfrentamento, mas um teatro. Houve uma provocação armada para matar 11 camponeses e transformar seis policiais em heróis. A informação é que os tiros vieram de cima, do helicóptero. Primeiro atiraram nos policiais para que a tropa reagisse. O objetivo central foi conseguido: a destituição de Lugo. Um golpe. A operação foi montada para desacreditar os camponeses, para evitar que lutassem para a recuperação das suas terras. Inocentes, os camponeses estão pagando por um crime que não cometeram, ao mesmo tempo em que não há um único policial encarcerado. Por isso acompanhamos o processo de Curuguaty, que denunciemos ser sumamente injusto, bem como apoiamos a luta dos camponeses, que é de toda a sociedade. Exigimos uma investigação real, para que os verdadeiros responsáveis pelo crime sejam punidos.

**GRACIELA CONGO:
“COMO NO TEMPO
DA DITADURA”**

“A taxa de sindicalização do Paraguai está muito baixa, entre 3% e 7%. São centenas de pedidos de Sindicatos que deveriam ser oficializados, mas que estão com seus trâmites completamente paralisados. São incontáveis os atropelos à liberdade sindical e à negociação coletiva. Não se cumpre nada, nem a Constituição, nem as leis e nem os decretos. Com este quadro, os patrões aproveitaram para massacrar a organização e os próprios direitos dos trabalhadores, já que as denúncias ficam engavetadas, seja contra empresas privadas ou públicas. Estamos como no tempo da ditadura, com as entidades sindicais praticamente clandestinas”.



Graciela Congo, secretária de Educação da CUT-A

“Terrorismo de Estado é para restituir a ordem oligárquica”

“Crimes sob encomenda buscam eliminar a luta social”, denuncia sociólogo Ernesto Heisecke



“O terrorismo de Estado no Paraguai é para restituir a ordem oligárquica. Com os crimes sob encomenda, com o sicariato, os donos da terra se colocam por cima da capacidade e da soberania do Estado, buscando eliminar a luta social”.

A denúncia é do sociólogo paraguaio Ernesto Heisecke, citando casos como o massacre de Marina Kue. O sangue derramado, lembra, “serviu para tirar Fernando Lugo da pre-

“Os crimes encomendados se instalaram tendo os agentes de justiça como aliados fiéis”

sidência em um julgamento *flash*, sem qualquer lógica, uma semana depois”.

“O brutal assassinato, a sangue frio e na frente de seus familiares, do dirigente camponês Vidal Vega, principal colaborador dos informes alternativos sobre o caso Curuguaty”, destaca o sociólogo paraguaio, “reafirma, senão confirma, que os crimes encomendados se instalaram tendo os agentes da justiça como aliados fiéis, contando com o silên-

cio cúmplice da imprensa comercial”. Uma das principais testemunhas do massacre, Vidal Vega foi morto em dezembro de 2012.

Denunciando a conexão entre a concentração de terra, o tráfico de drogas e a proliferação dos conflitos e da pobreza, Heisecke ressalta que Blas Riquelme - que até sua morte se reivindicava o “proprietário” de Marina Kue, “que é uma terra pública” - se fez milionário ao longo da ditadura de Stroessner. “Toda a disputa de Curuguaty está, evidentemente, bastante vinculada à questão política. Não lhe importava muito a lógica ao promotor Jalil Rachid, outro filho do stonismo”. “Por isso, após o massacre, foram presas no acampamento

“A mídia é formada por núcleos familiares e de poder econômico que filtram tudo que sai”

meninas que estavam de visita, que tinham ido encontrar os irmãos. Há demasiadas coisas que não encaixam.

Por que a promotoria só colocou os camponeses nos bancos dos réus e nem um único policial?”, questiona.

O sociólogo denuncia o controle dos meios de comunicação, das emissoras de rádio e televisão, dos jornais, pelos setores mais reacionários da política paraguaia. “São núcleos familiares e de poder econômico. Evidentemente que filtram tudo o que sai. Não há como negar. Desenham e configuram a realidade da forma que querem”, frisa.

Estimulando o racismo e o preconceito, avalia o sociólogo, o latifúndio midiático “traz problemas presentes e de horizonte futuro para uma ideia de nação”, “já que a identidade paraguaia se constituiu a partir do camponês e do idioma guarani e isso está sendo apagado”. É importante apontar, assinalou, que “pela primeira vez desde o último censo há mais



Murais denunciam a campanha difamatória feita pela mídia

gente na cidade que no campo”. Assim a mídia passa a aprofundar ainda mais a sua campanha de difamação contra os que vêm do campo, “passa a falar mal dos camponeses, passa a demonizá-los como vagabundos”. “Os camponeses chegam no meio urbano, onde não há trabalho, numa mudança social forçada, terrível.

Cidades em que praticamente não há indústrias, nenhum processo

“Numa economia de enclaves estrangeiros, o único Estado presente é o de abandono”

de desenvolvimento industrial. Onde o emprego fica praticamente concentrado no setor de serviços e a informalidade é enorme, como os cinturões de miséria”, condena.

Em vez de investir no desenvolvimento, fortalecendo o mercado interno, afirma o sociólogo, “o governo de Horacio Cartes abre mão do patrimônio público, numa economia de enclaves estrangeiros”. Desta forma, conclui, “o único Estado presente é o de abandono”.

CUT-A mobiliza o Paraguai contra privatização do patrimônio público

Governo atua de forma deliberada para sabotar a administração pública em favor dos interesses estrangeiros, denuncia Victor Ferreira



“O plano do governo de Horacio Cartes é ampliar as parcerias público-privadas, que nada mais são do que privatização e desnacionalização. Isso vale para os portos, ferrovias, aeroportos, saúde, educação. Nossa resistência está impedindo que este retrocesso seja implementado. Defendemos a soberania para impulsionar o desenvolvimento”, afirmou Victor Ferreira, secretário-geral do Sindicato dos Trabalhadores Portuários do Estado (Sitraporte) e dirigente da CUT-A.

Existência de muitos silos terceirizados deixa os produtores dependentes de meia dúzia de empresas

Na avaliação do sindicalista, o governo atua de forma deliberada para sabotar a administração pública em favor dos interesses estrangeiros, que já receberam a concessão de 20 anos de Villeta, importante porto no interior do país e um dos de maior arrecadação. A existência de muitos silos terceirizados também acaba deixando os produtores paraguaios nas mãos de meia dúzia de empresas,

vinculadas a deputados e senadores. “Estão proliferando os portos privados e a grande maioria é de parlamentares da base do governo. O problema é que a mão de Cartes não se vê, mas está por todo lado”, frisou.

Uma das ações mais claras do governo contra o patrimônio público, assinalou Victor, “é o comprometimento da arrecadação, pois as próprias autoridades agem para que as cargas não cheguem aos portos do Estado”. “É uma sabotagem aberta. Eles querem que os portos públicos quebrem e os trabalhadores sejam despedidos, indenizados de uma forma precária”, disse.

“Estão proliferando os portos privados e a grande maioria é de parlamentares da base governamental”

BASTA DE DESCALABRO

Frente a esta situação de descabro, o Sitraporte apresentou ao Senado, contando com o apoio da Frente Guasú, um projeto de modificação da carta orgânica da Administração Nacional de Navegação e Portos (ANNP) em que reitera a sua relevância para o desenvolvimento soberano do país, para o fortalecimento do mercado interno e a geração de empregos de qualidade.

Em relação aos objetivos e funções da ANNP, explicou Victor, “defendemos que passe a fabricar e adquirir suas próprias embarcações, barcas, balsas e rebocadores mediante a criação de estaleiros que vão nos tornar mais competitivos, com mão de obra mais qualificada e melhor remunerada”.

Para dar um basta no desmonte praticado pelas sucessivas gestões neoliberais, declarou o dirigente, “explicitamos

que os bens móveis e imóveis da instituição não poderão ser vendidos, arrendados ou alugados a portos privados”, da mesma forma que “as terras recuperadas como consequência da regularização dos rios navegáveis e melhoramento dos portos e as entradas dos leitos dos mesmos pertencentes à ANNP”.

A fim de garantir a democracia na gestão, o projeto propõe que a direção e administração superior da ANNP estejam sob responsabilidade dos ministérios da Fazenda e das Obras Públicas, e de um representante do executivo e dos trabalhadores, escolhido pelas centrais legalmente constituídas. “Temos hoje cinco diretores que fazem vista grossa aos interesses privados, sendo que um deles é representante dos armadores privados. Qual a sua função aí?”, questiona.

“Temos hoje cinco diretores da ANPP que fazem vista grossa aos interesses privados e um deles é seu representante”

Victor sublinhou que o projeto determina claramente que a ANNP deve

servir aos interesses do povo paraguaio, que tem nos seus rios navegáveis, particularmente o Paraguai e o Paraná, uma potencial fonte de renda e de interiorização do crescimento econômico. “Até hoje, diferente de nossos vizinhos Brasil, Uruguai e Argentina, nós não cobramos um único guarani pela manutenção da navegabilidade dos rios”, relatou.

Para o sindicalista, é hora de colocar esta imensa riqueza em benefício de todos. “Pelo nosso projeto está proibido comprometer os interesses da Administração Nacional de Navegação e Portos em operações comerciais, industriais ou financeiras estranhas a seu objeto. Isso torna ilegal práticas que têm sido corriqueiras nos governos neoliberais”, concluiu.

Entidades convocam greve em defesa da educação pública

Plenária unitária de professores, pais e estudantes denuncia precariedade das condições de trabalho



Mobilização começa com assembleias e vigílias

Defender a educação pública, gratuita e de qualidade, barrar a precarização das condições de trabalho e as perseguições, garantindo a plena liberdade de organização sindical e de associação estudantil. Com estas bandeiras, aprovadas em plenária unitária realizada em Assunção, professores, pais, estudantes secundaristas e universitários, convocaram uma paralisação nacional para meados de novembro contra o desgoverno neoliberal do presidente Horacio Cartes.

A mobilização vai iniciar com assembleias e vigílias nas escolas e faculdades já na primeira semana de novembro (2015), continuando com a “sentata” em avenidas e culmi-

nando com uma grande marcha até o Congresso Nacional. Um documento com as reivindicações comuns foi encaminhado a deputados e senadores reiterando a necessidade das medidas, particularmente do aumento de recursos da educação para 7% do Produto Interno Bruto (PIB).

“Também vamos exigir que o governo retire imediatamente o Paraguai do Tratado Sobre Comércio de Serviços (TISA), mantido secreto em função dos interesses norte-americanos. Esse tratado converte e reduz a educação, assim como a saúde, a água, as telecomunicações e tudo mais, a simples relações de compra e venda. Não queremos um país vendável, lutamos pelo presente e pelo futuro”, declara

“Exigimos que o governo retire o Paraguai do TISA, tratado mantido secreto em função dos interesses norte-americanos”

rou Gabriel Spínola, presidente da Organização de Trabalhadores da Educação

do Paraguai (Otep-Autêntica). Os 3,9% do PIB aplicados atualmente no setor, denunciou Spíndola, são “absolutamente insuficientes e demonstram que o orçamento atual está baseado numa lógica iminentemente financeira e não nas necessidades da educação”.

Membro da Federação Nacional dos Estudantes Secundaristas (Fenaes), Federico Enciso denunciou “a política de desmonte”, conclamando a todos “a seguir unidos e mobilizados em favor da educação e do país”. “Vamos pressionar o legislativo, que em novembro definirá o orçamento de 2016, para que amplie os recursos do setor para 7% do PIB. Ao mesmo tempo, questionamos a hipocrisia e as perseguições deste governo antissindical e anti-organizacional e seu programa de desestruturação”, ressaltou. De acordo com Fede-

rico, “o movimento popular está acumulando forças para exigir a renúncia de Cartes, que deu as costas ao desenvolvimento nacional”. No plano educacional, disse, “os estudantes não permitirão que sua ministra Marta Lafuente participe de nenhuma cerimônia de formatura dentro de qualquer estabelecimento de ensino”. E caso apareça em algum deles, sublinhou, “será devidamente escrachada”.



Fátima Silva, da CNTE, defende que “é hora da mais ampla solidariedade”

Presente no Paraguai, a secretária de Relações Internacionais da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), Fátima Aparecida da Silva, defendeu “a mais ampla solidariedade do movi-

“Expedientes ditatoriais estão sendo usados para perseguir entidades representativas, criminalizando a luta social”

mento sindical brasileiro com os companheiros do país vizinho”. “O governo Cartes está se utilizando de expedientes ditatoriais para perseguir entidades representativas, criminalizando as lutas da sociedade civil para implementar sua política de parcerias público-privadas que reduzem cada vez mais o papel do Estado. Estas informações têm que ser compartilhadas”, destacou. Fátima ressaltou que “é um momento de forte mobilização interna, de resistência, que inclui

desde marchas dos trabalhadores rurais por recursos para a reforma agrária até a paralisação dos servidores do Instituto de Previdência contra a privatização e o respeito ao Contrato Coletivo, até a ocupação de faculdades exigindo reformas no sistema educativo”. Fátima também esteve com os trabalhadores dos transportes da linha 49, há quatro meses crucificados em frente ao Ministério do Trabalho para exigir seus salários, empregos e direitos. Eles foram demitidos pelo simples fato de tentarem criar um Sindicato. O dono da empresa, deputado Celso Maldonado, é parceiro do ministro do Trabalho, Guillermo Sosa. “É indescritível o que vi. É um governo que não dialoga, insensível, completamente vinculado aos interesses privados”, denunciou.

JOGO SUJO

Em uma marcha por mais verbas para a educação realizada no dia 29 de agosto de 2014, Stiben Patrón, dirigente estudantil da Fenaes, foi intimado pelo governo e ameaçado com

O dirigente estudantil Stiben Patrón foi intimado e ameaçado com cinco anos de prisão por suposta perturbação à paz

cinco anos de prisão por suposta “perturbação à paz pública e resistência”. O promotor

Emilio Fuster, filho de um ministro de Alfredo Stroessner, foi quem se prestou ao jogo sujo de armar a denúncia.

Após intensa pressão, a Justiça finalmente recuou. “Os testemunhos eram todos falsos. Até inventaram que eu tinha uma bomba e iria queimar o palácio de governo”, relatou Stiben. Apesar da manifestação ter sido violentamente reprimida pela polícia, que usou balas de borracha, espancou



Grito de basta na Universidade Nacional de Assunção

uma professora grávida e deixou jornalistas feridos, quem foi levado ao banco dos réus foi o estudante e não Cartes. Frente à ausência de provas, o juiz determinou ao jovem que continue criando entidades e que prossiga com as mobilizações, dando continuidade às atividades pelas quais foi indiciado.

“Esta decisão foi uma vitória do movimento estudantil, que já soma conquistas como o aumento da distribuição do almoço nos colégios e a inclusão de materiais didáticos nos kits escolares”, declarou Patrón, para quem é preciso agora que se faça justiça com os outros dois companheiros da Fe-naes, Ariel Vera e Fabricio Núñez. “São lideranças que estão enfrentando processos semelhantes em causas judiciais armadas com o objetivo claro de amedrontar”, acrescentou.

O flagrante desvio de recursos e a péssima gestão do Fundo Nacional de Investimento Público e Desenvolvimento (Fonacide) também são alvo dos manifestantes. Os exemplos são abundantes. No começo de outubro, cerca de 15 alunos secundaristas e sua professora ficaram feridos na escola de

Lambaré, ao sul da capital, depois que o teto da sala de aula desabou sobre suas cabeças. A utilização de materiais de segunda linha, aliada à “economia”, denunciaram, quase provocou uma tragédia.



Sala de aula em Lambaré desabou sobre a cabeça dos alunos: desmonte

A mobilização estudantil contra a corrupção conseguiu afastar na última sexta-feira o diretor da Faculdade de Ciências Agrárias da Universidade Nacional de Assunção (UNA), Lorenzo Meza, que renunciou conjuntamente com o seu vice-diretor, Miguel Ruíz. Por sua vez a Faculdade de Filosofia da UNA continua parada exigindo o afastamento da diretora Maria Angélica González.

Em todo o país mais de 50 diretores estão sendo processados e cinco foram presos depois de comprovada manipulação contábil, em que enchiam a folha de pagamento de correligionários partidários ou parentes.

Para Nataly Valdez, estudante de Psicologia da UNA, “os estudantes perderam o medo, forte herança da ditadura de Stroessner, e não aceitam mais o uso da repressão contra quem pense diferente”. “O governo e os meios de comunicação empresarial querem abafar esta pressão, mas ela cresce e se espalha pela capital e pelo interior”, disse.

“Nós jovens somos 60% da população paraguaia e vamos impedir que haja retrocesso nesta caminhada rumo à democratização do país”, concluiu Maria Silvero, da Faculdade de Filosofia da UNA.

“Às portas da greve geral, governo mente e falsifica”

*Denunciam motoristas de ônibus da Linha 49
de Assunção, demitidos por organizar Sindicato*



*Em frente ao Ministério do Trabalho, o protesto contra
o deputado Celso Maldonado, dono da Linha 49 e
sócio do ministro: “estuprador de direitos trabalhistas”*

“Às portas da greve geral no Paraguai, convocada para o dia 18 de dezembro (2015), o governo do presidente Horacio Cartes mente e falsifica assinaturas dentro do próprio Ministério do Trabalho. Está tentando maquiar a grave situação dos motoristas da Linha 49 de Assunção, inventando resoluções sobre o reconhecimento do seu sindicato e de sua suposta recontração, que são reivindicações da paralisação. Na verdade, nada foi feito. Os companheiros continuam desempregados e sem quaisquer direitos. É tudo uma grande mentira”.

A denúncia de Maria Candia, secretária-geral da Federação Paraguaia de Trabalhadores de Transporte (Fepatrat) foi

feita no final da tarde de quinta (19/11), na esquina das ruas Herrera e Paraguari, na capital, em frente ao ministério. A declaração foi dada debaixo da mesma lona



Maria Candia, da Federação Paraguaia de Trabalhadores de Transporte: “tudo é uma grande mentira do governo”

sob a qual mais de duas dezenas de motoristas se mantiveram crucificados, com pregos rasgando a carne das mãos, desde o dia 30 de junho até o começo de novembro, reivindicando ser recebidos pelo ministro Guillermo Sosa.

Protegido de Cartes, Sosa é acusado de ser cúmplice do dono da empresa, deputado Celso Maldonado, em suas práticas antissindicais e criminalização das entidades populares. Tudo em benefício próprio, como está fartamente comprovado.



Sosa é acusado de ser cúmplice dos abusos do dono da empresa

A postura remete à “melhor” tradição ditatorial de Stroessner, tristemente célebre pelos inumeráveis crimes contra todo e qualquer ser humano que ousasse questionar suas ordens.

“O artigo 96 da Constituição fala so-

bre as incompatibilidades. E é bastante clara: ‘Nenhum senador ou deputado pode formar parte de empresas que explorem serviços públicos ou tenham concessões do Estado’. Além de dono da Linha 49, Celso Maldonado está visivelmente se utilizando da sua condição de parlamentar para tirar vantagem na relação com os demais poderes”, denunciou o advogado Victor Azuaga.



Enormes pregos de aço rasgam a carne: desespero frente à perseguição e ao abandono

Presidente da Fepatrat, Juan Villalba alertou que “está havendo uma traiçoeira articulação, nas nossas costas, entre o governo, o sindicato patronal e alguns ‘dirigentes’ que não representam ninguém. O objetivo é livrar a cara de Cartes”. “Publicaram uma resolução falsa sobre o atendimento às nossas reivindicações para colocar panos quentes na greve geral e também tentar diminuir a pressão internacional, pois os sindicalistas estão boicotando a reunião do Mercosul em Assunção, que deveria acontecer no final de novembro, em protesto contra as perseguições”, declarou Juan Villalba.

Mostrando as cicatrizes deixadas pelas marcas dos pregos, Marco Antonio Leiva falou sobre a forte determinação dos mais de 50 trabalhadores da Linha 49 de pressionar para

garantir os salários não pagos e os direitos negados. “O dono é um deputado que deveria dar o exemplo, mas é o pior desastre. Nossas jornadas eram de 16 horas, chegando até a 18 horas diárias, pagando valores irrisórios pelo itine-

“Nossas jornadas eram de 16 horas, chegando até a 18 horas diárias. Pagavam valor irrisório o itinerário”

rário. Estamos aqui para que isso nunca mais aconteça com ninguém”, frisou. Enquanto Leiva apontava os frequentes e re-

correntes abusos, vários colegas de profissão diminuía a velocidade dos ônibus para depositar alguma quantia na caixinha em solidariedade ao movimento.

Também advogado dos trabalhadores rurais presos políticos de Curuguaty, Victor Azuaga sublinhou que há um padrão de comportamento altamente autoritário em todas as



Sob escaldante sol ou forte tempestade, os motoristas permaneceram mais de 100 dias crucificados embaixo de uma lona na calçada em frente ao Ministério do Trabalho

ações do governo Cartes. “Quando tentaram tirar à força os motoristas de frente de uma instituição pública, como é o Ministério do Trabalho, vieram com a Polícia Nacional para amedrontar. Mas a polícia não tinha qualquer legitimidade, tanto é assim que a Justiça se posicionou a nosso favor”, declarou. Ainda assim, recordou Azuaga, “no dia da audiência, a polícia desacatou a ordem judicial e impediu a participação dos trabalhadores”. “É uma sucessão de atropelos”, acrescentou.

Na avaliação do advogado, o caminho da mobilização popular é a única alternativa para fazer o país sair da grave crise em que se encontra e fazer frente ao profundo autoritarismo que contamina as diferentes estruturas de governo. “Vale lembrar que nós sete, advogados dos presos de Curuguaty, estamos sendo ameaçados de termos os registros profissionais cassados. Querem que saíamos para que entrem ‘defensores públicos’ que entregarão os camponeses na bandeja para os latifundiários. É esse tipo de justiça que buscam impor”, condenou Azuaga.

Para o secretário-geral da CUT-Autêntica, Victor Ferreira, “há dirigentes que se prestam a fazer o jogo do governo contra a greve, que tem entre suas reivindicações a jornada de trabalho de 40 horas semanais, o direito à liberdade sindical e à contratação coletiva, o respeito aos direitos e a não criminalização da luta social”. “Defendemos um reajuste salarial de 25% para repor as perdas do último período, o controle dos preços da cesta básica, a redução do valor das passagens de ônibus, o fim das demissões imotivadas, aposentadoria digna, defesa da Previdência Social, combate às privatizações, reconhecimento de todas as centrais sindicais e a imediata demissão do ministro Guillermo Sosa”, concluiu Ferreira.

“Governo Cartes é o que mais se aproxima de Stroessner”

Afirma Bernabé Penayo, da Federação Nacional dos Taxistas

“**E**stive preso de 1975 a 1978 acusado de pertencer à Federação Juvenil Comunista e posso dizer que o governo de Horacio Cartes é o que mais se aproxima da ditadura de Alfredo Stroessner”, denunciou o presidente da Federação Nacional dos Taxistas do Paraguai, Bernabé Penayo, se somando à greve geral convocada pelas centrais sindicais, organizações camponesas, estudantis, femininas e comunitárias para dezembro.

Na avaliação de Penayo, “este tipo de paralisação que envolve todos os setores é uma experiência importante”, mobilizando o país em momentos especiais. “Neste governo encabeçado por Cartes esta é a segunda greve geral, o que demonstra o grau de insatisfação popular com os rumos adotados. É alguém que não respeita a liberdade sindical, tem um plano econômico totalmente contrário aos interesses dos trabalhadores para privilegiar o grande capital estrangeiro. Tudo isso leva o país a uma situação cada vez mais grave e nos faz pressionar para que mude urgentemente a sua política econômica”, destacou.

A queda na qualidade dos serviços públicos vai além dos sucessivos cortes promovidos pelo governo, alertou o sindicalista, dialoga também com o clientelismo e o apadrinhamento, resultado da falta de estabilidade que só é brindada no país após 10 anos de trabalho.

Quando Fernando Lugo assumiu a presidência, explicou Penayo, entrou na máquina pública uma grande quantidade de servidores que não eram colorados, que não haviam ficado

viciados nos 62 anos em que este partido esteve no poder desde o começo da ditadura de Stroessner. “Assim que Lugo foi derrubado, 90% deles foram demitidos por não pertencerem ao Partido Colorado, havendo grande retrocesso no atendimento básico à população mais necessitada”, declarou.

Na lógica neoliberal de “enxugamento” do papel do Estado em prol dos cartéis e monopólios privados, o governo Cartes acelerou a lei das Associações Público-Privadas, “con-

“A lei das Associações Público-Privadas atenta contra a Constituição, concentra tudo em Cartes para vender o país”

cedendo”, com fartura de dinheiro público, áreas estratégicas da economia para o capital estrangeiro.

“A lei das APPs é totalmente entreguis-

ta, atenta contra a soberania nacional, com tudo podendo ser privatizado: hospitais, escolas, penitenciárias, rodovias. É uma legislação que atenta contra a Constituição Nacional que aponta que todos os acordos e empréstimos têm de ser necessariamente aprovados pelo parlamento. Esta lei não, ela concentra tudo em Cartes para melhor vender o país”, condenou.

Conforme o líder dos taxistas paraguaios, a implantação desta ideologia subserviente foi um dos grandes objetivos da Operação Condor, patrocinada pelo governo dos Estados Unidos para que as ditaduras da Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai varressem com a oposição nacionalista.



**Bernabé Penayo:
a subserviência foi um dos grandes objetivos da Operação Condor**

“É importante termos a integração latino-americana como barreira às imposições externas, particularmente dos EUA. É um obstáculo a que cedo ou tarde venham com o retorno da doutrina de ‘Segurança Nacional’, que foi a base da intervenção norte-americana em toda a América Latina. A Operação Condor possibilitou a plena instalação das ditaduras militares contra todos os que se opunham à entrega dos nossos países. Superando aquele momento, fomos nos unindo e criando uma série de organizações com a participação da Venezuela, Bolívia, Equador, Argentina, Brasil, construindo uma integração que é vital para que os nossos povos sejam independentes”, assinalou.

Para Penayo, é preciso honrar a trajetória de mártires e heróis que abriram caminho para a liberdade, citando o caso de Emílio Roa Espinosa, que foi secretário-geral da Confederação Paraguaia de Trabalhadores e secretário do Sindicato da Construção do Paraguai. Espinosa foi sequestrado junto com o presidente do Partido Comunista Paraguaio (PCP), Antonio Maidana, em Buenos Aires, no dia 27 de agosto de 1980, e entregue à ditadura de Stroessner, que desapareceu com eles. “Recordo que Roa era um operário qualificado, amigo do meu pai e companheiro do PCP, que visitava minha casa com certa frequência. Eu tinha dez anos e mais de meia dúzia de irmãos e ele chegava com um pacote de balas para todos. Era um momento muito esperado, havia sempre muita ansiedade da nossa parte e atenção especial da parte dele. Atualmente sua neta vive aqui próximo a Assunção. Sempre recordamos seu exemplo. Lamentavelmente há um abandono da memória dos muitos que morreram lutando, falta um lugar à altura desta experiência histórica de luta pela liberdade. É um dever nosso, compromisso que temos de cumprir com as novas gerações”, concluiu.

Camponesas e indígenas apoiam greve contra Estado terrorista

Afirma Cony Oviedo, da Organização de Mulheres Camponesas e Indígenas (Conamuri)

“**N**o Paraguai temos um Estado terrorista que persegue as pessoas pelo simples fato de se organizarem”, denuncia Cony Oviedo, da Conamuri, organização que se somou à greve geral convocada pelas centrais sindicais e organizações estudantis, comunitárias e feministas para 21 e 22 de dezembro (2015).



Neste momento, qual é o inimigo comum dos movimentos sindical e social?

Enfrentamos um governo neoliberal que promove a privatização de todos os entes do Estado, atentando contra direitos humanos que deveria garantir, como a saúde e a educação. A falência no atendimento a estes setores, conforme o governo, se deve supostamente ao fato de o Estado não poder mais absorver os gastos, quando na realidade o povo paga por eles - e muito - seja em impostos diretos ou em indiretos, mesmo nos produtos da cesta básica. Enquanto isso, os grandes empresários não pagam. A proposta de colocar um imposto sobre a soja continua engavetada. Então vemos quem é que sustenta não só o Estado, como os pseudo representantes no parlamento e no executivo. Apesar dis-

so, não recebemos nada em termos de saúde, educação ou trabalho. Não há qualquer contrapartida.

De que forma as leis da Aliança Público-Privada e a Antiterrorista se complementam?

Além da lei da Aliança Público-Privada, com a qual querem privatizar todo o país, há a lei antiterrorista, para perseguir as organizações, criminalizando quem se mobiliza contra o governo do presidente Horacio Car-

“A lei antiterrorista visa perseguir as organizações, criminalizando quem se mobiliza contra o governo”

tes, claramente neoliberal, que promove a privatização de todas as esferas do Estado.

Temos presos políticos em nosso país, como os de Curuguaty, há o caso dos seis de Tacumbú, todos coincidentemente encarcerados por lutar pela terra. Há também inúmeras denúncias de abusos contra camponeses, pessoas que foram barbaramente torturadas ou assassinadas por militares, que são forças do Estado. Então não estamos falando de coisas inexistentes, há provas contundentes. Por mais que os meios massivos de comunicação e as estruturas governamentais busquem encobrir, nós dos movimentos sociais de-

nunciamos através dos meios alternativos nacionais e internacionais, que são nossos aliados.



Campanha contra as APPs ganha as ruas

Leonardo Wexell Severo

Contra que tipo de Estado vocês estão lutando no Paraguai?

No Paraguai temos um Estado terrorista que persegue as pessoas pelo simples fato de organizar-se. É um governo que não busca o desenvolvimento nacional, mas de empresários e “investidores” estrangeiros que levam o dinheiro da exploração da soja e da carne para outros países. Não há redistribuição da riqueza e a pobreza extrema aumenta a cada dia.

Recentemente houve um governo que adotava uma política que ia na contramão desta dependência, mas foi vítima de um golpe.

O governo de Fernando Lugo começou com políticas públicas de saúde, onde havia acesso a medicamentos, atenção médica, com o cidadão podendo fazer uma cirurgia. Hoje não existe absolutamente mais nada nos hospitais, é uma dor sentida todos os dias. Isso permite que o Partido Colorado se aproveite do desespero das pessoas. E as pessoas acabam cedendo à chantagem do clientelismo por necessidade. Na educação é a mesma coisa. Também não há emprego nem moradia. Atualmente se busca expulsar os moradores das regiões periféricas das cidades, das zonas inundáveis, onde se ergueram escolas, centros comunitários e igrejas, onde as pessoas tornaram esses locais habitáveis. Agora que a infraestrutura está pronta, o Estado quer usar esses terrenos para a especulação imobiliária, para a instalação de *maquilas* (empresas que têm como marca o trabalho precário), para construir zonas turísticas. Então estas pessoas que passaram a viver aí após serem expulsas do campo, começam a ser novamente expulsas de suas casas.

E como agem as estruturas governamentais responsáveis pela área rural?

O ministério da Agricultura também não tem uma política para o campesinato ou para a comunidade indígena, nada sabe sobre as suas necessidades reais. Desde que o ano iniciou estão tentando mudar no parlamento a lei que altera a propriedade das terras indígenas. É um sinal de que a soja transgênica está se expandindo, como o extrativismo, que significa mais expulsão de camponeses e indígenas. O eixo central, o problema paraguaio, é a má distribuição da terra.

“No departamento de Alto Paraná, a fumigação de soja transgênica multiplica casos de crianças nascidas com deficiência física ou mortas”

milhões de hectares para produção, 5,2 milhões são para exportação. Estes números demonstram qual é a política real deste governo. É uma mensagem que diz: vocês não podem viver no campo e também não podem viver na cidade. A mensagem final é: vocês não têm lugar neste país.

O negócio de Cartes é produzir para exportação. Só 6% do que se produz em nosso país é para consumo interno. Dos 5,6

Isso explica a razão de tantos paraguaios terem de se mudar para o exterior...

Exatamente. A maioria da região de Caaguazu, por exemplo, está migrando para o Brasil, são jovens que vão encontrar trabalho precário na indústria têxtil. Ficam os avós e as crianças. Em Itapua, departamento que começa a plantação da soja transgênica, ocorre o mesmo, já não há jovens.

Outro departamento é o de Alto Paraná, onde pelo contato com a fumação de soja transgênica se multiplicam casos bastante graves de crianças nascidas com deficiência física ou mortas. O Ministério da Saúde fala de qualquer outra coisa, atribui a qualquer enfermidade, mas cala sobre os venenos jogados sobre as comunidades. Em Itakyry estavam plantando soja a 50 metros de uma escola. Após a denúncia, a comunidade conseguiu que retrocedessem. Então o que ocorreu? A erva-mate nativa, cultivada pelas famílias, foi contaminada. A metade da produção deste ano se perdeu e, talvez, também a do próximo. Veja a gravidade, pois esta é uma erva-mate que brota sozinha. O que ocorre é que se destrói o meio ambiente, se contamina a água que muitos indígenas bebem. Há três meses morreu uma menina de 12 anos e suas duas irmãs foram internadas com os mesmos sintomas.



Ato pelo primeiro aniversário da morte das irmãs Adela (três anos) e Adelaida (seis meses) vítimas das fumigações sobre o assentamento Huber Duré, em Canindeyú, no dia 21 de julho de 2014



Plantação de soja a 500 metros da comunidade de Naranjito, em San Pedro: criança sem os pés

O governo reconhece tais crimes?

Não. Disseram para a mãe que era pneumonia, mas há fotos das mãos, com feridas e queimaduras que saem na pele. São muitos os casos de má-formação. Mas não há es-

“Seguiremos resistindo a esse modelo de exclusão e contaminação que está matando as comunidades, cortando seu sustento e inviabilizando o país”

tatísticas reais, embora muitos médicos tenham diagnosticado que existe obviamente uma relação com a fumigação. Há casos próximos a Ciudad del Este, na fronteira

com o Brasil, que podem ser facilmente comprovados. Da nossa parte seguiremos resistindo a esse modelo de exclusão e contaminação que está matando as comunidades, cortando seu sustento econômico e inviabilizando o país.

Luis Alberto Wagner



Policiais protegem a fumigação: envenenamento do solo

“Mídia tenta invisibilizar greve e luta por direitos”

*Denuncia o secretário-geral do
Sindicato dos Jornalistas,
Santiago Ortiz*



No Paraguai, o alto nível de concentração da mídia nas mãos da oligarquia, do capital estrangeiro e do próprio presidente Horacio Cartes atenta contra a democracia, denuncia Santiago Ortiz.

Faça um breve resumo da atual situação dos meios de comunicação no Paraguai.

Para nós, o principal problema é a concentração de meios, esta é uma situação muito grave e preocupante. Já existia em nível elevado, mas foi ampliada no último período com a entrada no mercado, entre aspas, do grupo do presidente Horacio Cartes, que comprou sete meios nos últimos cinco meses: o grupo Nación, que são as rádios 9.70 e Monte Carlo e os jornais Crónica e La Nación; depois o jornal Popular, o jornal digital Hoy e a rádio digital Laser. Além disso, tem o controle do jornal ADN e existem rumores da sua participação em canais de televisão a cabo. São quatro ou cinco famílias que manipulam e controlam a mídia. Nos últimos meses este “mercado” foi bastante movimentado porque não há nenhuma legislação ou controle por parte do Estado sobre compra e venda de meios. Não temos legislação alguma sobre meios impressos e a existente sobre rádio e televisão não é aplicada.

O que diz a lei?

A lei fala que se pode ter uma frequência de rádio e uma de televisão por pessoa física e jurídica, mas através de distintos mecanismos ilegais há grupos que concentram quatro canais de televisão, cinco rádios ou até mais. E o caso de Cartes é ainda pior, porque alega que não há nenhum impedimento legal, já que está em nome de sua irmã.

De quando é esta legislação?

A legislação é de 1992. Quando acaba a ditadura, depois das primeiras eleições democráticas e começa o processo constituinte.

Como se dá a manipulação da opinião pública?

O que vemos é que existe uma linha editorial muito clara dos principais meios de comunicação, que corresponde à po-

“Há uma linha bem clara, antipopular, abertamente contrária às reivindicações do campo progressista, de esquerda principalmente”

sição adotada pelos seus proprietários, que são grandes empresários, setores oligárquicos e grupos internacionais. Há uma linha bem

clara: antipopular, abertamente contrária às reivindicações do campo progressista, de esquerda principalmente. Assim, ou se invisibiliza ou se tergiversa sobre os protestos pela reforma agrária, por direitos sociais e trabalhistas. Por isso estão fechando rádios comunitárias e não liberam novas licenças.

De que forma a mídia atua nesta batalha sórdida?

Nosso país tem uma tradição oral muito forte, o que faz com que o rádio continue tendo muita vigência. A televisão também ocupa um espaço fundamental. A questão é que a tevê não é só notícia e, por uma questão cultural e ideológica, acaba martelando o consumismo, a prioridade do ter sobre o ser, algo que não é próprio dos paraguaios, mas que acaba se instalando, como o individualismo. Há muito noticiário mórbido, com muito sangue, problemas familiares, brigas entre vizinhos, que se convertem em notícia, em reality shows. É isso o que ganha espaço. Não há uma política pública de proteção à produção nacional, não se estimula o cinema nacional, nossa cultura.

Há algum veículo que se sobreponha e pautar a agenda dos demais?

O meio que marca a agenda jornalística é o jornal ABC Color que, com grande poder econômico e de produção de conteúdo, determina a pauta dos governos e da agenda pública. As manchetes e artigos dos jornais repercutem nas televisões e rádios e acabam impondo a agenda.

“O jornal ABC Color marca a agenda pelo seu poder econômico e de produção”

Como a mídia tem focado a greve geral convocada pelas centrais sindicais e movimentos sociais?

Não falam da greve, mas é permanente o ataque e a invisibilização da luta por direitos. Claro que entram em jogo

também outros interesses internos do governo e dos donos dos meios, fazendo com que, às vezes, venham à tona alguns ataques e críticas.

Como no período eleitoral, em que a mídia colorada falava a verdade sobre as administrações liberais e a liberal dizia a verdade das coloradas.

Exatamente. Por isso praticamente não se diz nada da greve geral. No movimento dos transportes, a única coisa que se falava era do caos que a paralisação havia gerado, que tinha violência e que as pessoas estavam muito descontentes. Nunca se falou que os companheiros estavam há quatro meses crucificados pedindo um direito básico que é a liberdade sindical, defendendo que seus dirigentes fossem respeitados. Não se falou por um momento da solidariedade recebida, pois se os trabalhadores da Linha 49 conseguiram manter seu movimento, que se mantém até hoje, foi pela contribuição econômica dos companheiros que passavam em frente da barraca montada na porta do Ministério do Trabalho. Mas só se falava das moléstias causadas. É bom lembrar que praticamente não houve interrupção do trânsito, e quando ocorreu foi mínima. Embora o governo e a mídia martelassem sobre os malefícios da greve, os companheiros fizeram uma greve totalmente legal e legítima.

Seria esta criminalização do protesto uma herança dos 35 anos de ditadura de Stroessner?

A herança do strosnismo tem bastante que ver com o anticomunismo, com a contrariedade com tudo o que seja de esquerda. A mídia que se reivindica, entre aspas, anti-stro-

nista termina coincidindo com a ditadura no brutal ataque aos setores populares, aos que buscam transformar o modelo social, econômico e político excludente que vigorou com Stroessner. Os meios que enchem a boca para falar de democracia e alegam terem lutado contra a ditadura são os que ajudam a manter este modelo. O governo atual reforça esta ideologia ao dar continuidade à herança do Partido Colorado. Afinal, este é um governo stronista, composto por inúmeros membros da ditadura.



Selo de “Dom” Alfredo Stroessner homenageia os seus próprios feitos

A figura do assassino continua assombrando.

O Partido Colorado segue tendo Stroessner como presidente de honra. Nunca fizeram um pedido de desculpas pelas torturas,

assassinatos e desaparecimentos forçados. O único presidente que fez

“O Partido Colorado segue tendo Stroessner como presidente de honra. Nenhum pedido de desculpas pelos assassinatos, torturas e desaparecimentos”

um pedido de desculpas pelos atos do governo no período ditatorial foi Fernando Lugo, os demais reivindicam sua memória. Cartes chegou a dizer num dia 3 de novembro, dia de aniversário de Stroessner, “hoje é uma data feliz”, que era a forma que os stronistas celebravam.

“Massacre possibilitou assalto das multinacionais ao poder político”

Afirma o destacado líder camponês Ernesto Benítez



Dirigente da Coordenadora de Produtos Agropecuários de São Pedro do Norte e destacada liderança do movimento camponês do Paraguai, Ernesto Benítez carrega consigo as marcas de quem nunca se rendeu aos poderosos de plantão. Em 7 de setembro de 1995, foi um dos 21 feridos à bala durante ataque da Polícia Nacional contra manifestantes em Santa Rosa del Aguaray. Na oportunidade foi assassinado Pedro Giménez, de apenas 20 anos. “Os policiais me dispararam com uma escopeta e quase perdi a vida. Tiveram que extirpar uma parte do pulmão”, conta. Em 2003, durante protesto com 16 feridos à bala, em que foi assassinado Eulalio Blanco, Benítez foi levado à Delegacia de Santa Rosa, onde foi torturado por militares e policiais. Na sua avaliação, enquanto não houver reforma agrária e o poder dos grandes produtores de soja e das multinacionais continuar intacto, “não haverá justiça no Paraguai”. Para Benítez, este é o grande nó do embate judicial que cerca o julgamento do massacre de Curuguaty: “se os companheiros saírem livres, fica claro que é uma terra pública e o que entrará em pauta são os 10 milhões de hectares grilados que foram parar nas mãos do latifúndio”. “Outra questão fundamental é que com o massacre de Curuguaty foi montado o golpe de Estado e o assalto das multinacionais ao poder político”, frisou.

O último censo do Paraguai, de 2008, aponta que 85,5% das terras do país estão nas mãos de 2,5% dos proprietários. O que mudou nos últimos anos?

Creio que a situação de desigualdade vem piorando aceleradamente. Atualmente, com este novo governo, que definimos como o da etapa da transnacionalização definitiva, isso se aprofundou, porque atende unicamente os interesses de umas 200 famílias da burguesia local e é subordinado ao capital interna-

cional. Por isso ataca sistematicamente a população indígena e campone-

“As instituições do Estado atuam abertamente a favor dos interesses multinacionais, aprofundando a desigualdade”

sa, com as instituições do Estado atuando abertamente a favor dos interesses das multinacionais. Então, produto da pobreza e da violência, a desigualdade vem se aprofundando.

No Paraguai os produtores de soja praticamente não pagam imposto. Como é isso?

Houve muitas tentativas no último período por parte das organizações camponesas, articulando com parlamentares da Frente Guasú e de outros representantes de partidos de centro, progressistas, de seguir adiante com um estudo no parlamento e, posteriormente, trabalharmos para a promulgação de uma lei que estabeleceria o pagamento de 12 a 15% de impostos por parte dos sojeiros. Houve o estudo no parlamento, passou nas duas casas e chegou ao presidente, que o vetou. E continuou valendo a lei anterior que não chega a 3% do pagamento de impostos.

O que é praticamente nada.

É nada. Só a população em seu conjunto paga 10% de imposto, de IVA (Imposto sobre o Valor Agregado). São os pobres que sustentam o funcionamento do Estado neste país.

Podemos sentir o aumento dos preços da cesta básica e da comida em geral. Há um mar de soja, um enorme rebanho bovino e praticamente nada mais. Toda a lógica é produzir para exportar. Como ficam os pequenos produtores?

Se fazemos uma análise mais profunda, o momento histórico que vivemos é realmente doloroso. Há uma disputa entre uma força hegemônica dominante, que são os proprietários do agronegócio, e a população indígena e camponesa que trata de sobreviver e está resistindo. Não são somente dois modelos econômicos, senão duas visões, duas formas de ver e de viver o mundo.

Descreva este embate.

O modelo hegemônico, chamado tecnicamente de agronegócio, é definido por nós como um olhar unidimensional. A terra é meio de produção: a água, a árvore, a semente, as

“Para o agronegócio, a água, a árvore, a semente, as plantas, os animais, os seres humanos, tudo é mercadoria, dinheiro”

plantas, os animais, o ser humano, tudo é mercadoria. É unidimensional: se vê tudo

como dinheiro. Já nosso olhar é multidimensional, porque a terra não é somente terra, é território, é espaço de vida.

Em toda a sua plenitude...

A terra é primeiramente um espaço ecológico, onde o ser humano convive com o resto da natureza em mútua inter-relação. As árvores são fundamentais porque garantem a vida. O ser humano é o mais indefeso e mais dependente, necessita das árvores para respirar. É fundamental que exista água limpa porque o corpo e o cérebro estão cheios de água. Então a terra é espaço de inter-relação com a natureza, é espaço social, onde o ser humano se ajuda mutuamente, se solidariza. Nosso território é espaço cultural. Como diz a população indígena, a guarani fundamentalmente, sem ter-

ritório não há cultura, pois é onde as pessoas nascem, trabalham, falam, cantam,

“A terra é primeiramente um espaço ecológico, onde o ser humano convive com o resto da natureza em inter-relação”

jogam, rezam, morrem... É toda sua construção de solidariedade, humanismo, respeito à natureza. É espaço político, onde ganha autoridade a partir do seu humanismo, das suas atitudes para com os demais. É espaço tecnológico também porque de acordo com a sua forma de ver o mundo desenvolve técnicas produtivas para lhe garantir a sua sobrevivência, ferramentas que não danem muito a natureza. É espaço econômico também porque é espaço de trabalho onde produz alimento básico para a subsistência. Definitivamente é um espaço filosófico onde se desenvolve toda uma cosmovisão, toda uma forma de entender e de viver o mundo. Então, além de um modelo econômico, o agronegócio que é iminente produção de grãos, de mercadorias, de carne para os países centrais, para nós, para a

população indígena e camponesa, é espaço de vida. Ou seja, além do choque entre dois modelos econômicos, são duas formas de entender o mundo, o que gera muita violência.

Houve uma expansão enorme do agronegócio com reflexos perversos para a população.

Dos 40 milhões de hectares existentes no país, cerca de 38 milhões já estão nas mãos do agronegócio. Ao redor de dois milhões e um pouquinho estão nas mãos de 33% da população paraguaia, indígenas e camponeses que são ao redor de dois milhões e meio. Para a consolidação desse modelo do agronegócio eles necessitam expulsar toda esta população que ainda resiste no campo. Por isso recorrem à violência.

Vocês estão denunciando que esta lógica está levando a um genocídio.

Na prática ocorrem três coisas: um genocídio, um ecocídio e um etnocídio. As autoridades tratam por todos os meios

“Não se assassina apenas com balas, é com agrotóxicos que matam mais gente: adultos, anciões e crianças, também expostos a deformações”

os de encobrir o genocídio, de silenciar, para que a população não veja, não entenda o que está se pas-

sando. Apesar disso, o fato é que ao longo destes últimos 20 anos foram assassinados por policiais, militares e jagunços muitíssimos camponeses. Porém, não se assassina apenas com balas. É com agrotóxicos que matam mais gente, adul-

tos, anciões e crianças, também expostos a todo tipo de deformações que obrigam as famílias a fugirem do campo.

E a devastação ambiental?

Se dá um ecocídio também. Porque nos últimos quatro anos colocaram abaixo quatro milhões de hectares de bosque. Hoje no Paraguai são derrubados 1.500 hectares de bosque por dia. A morte dos bosques, rios, riachos, lagos que vão secando rapidamente, o que vai gerando grande perda de recursos naturais.

O que é mais triste?

O mais doloroso é o etnocídio, a morte cultural de um povo. Para nós, a terra é elemento essencial da construção enquanto nação, como povo paraguaio. Quando perdemos a terra, já não somos mais o que éramos antes, perdemos nossa raiz. O contato com a terra é fundamental para a nossa sobrevivência cultural e nossa construção como nação. Então, todos estes elementos vão se desenvolvendo no campo. São ao redor de um milhão e meio de paraguaios que tiveram de migrar para as cidades ou ir para o estrangeiro nas últimas duas décadas. Para nós, isso é muita violência, é também muito doloroso para a população indígena e camponesa que luta, se sacrifica e se esforça.

“O mais doloroso é perder a raiz. Cerca de um milhão e meio de paraguaios tiveram de migrar para as cidades ou ir para o estrangeiro nas últimas duas décadas”

É uma agressão impressionante, em todos os planos...

É muito brutal e cruel, porque o inimigo tem todo o aparato do Estado em suas mãos. São as multinacionais que com crueldade avançam com uma força tremenda sobre o nosso território e vão destruindo tudo.

Isso explica porque na segunda greve geral contra o governo Cartes, realizada recentemente, a bandeira da reforma agrária tremulou alto.

Historicamente a reforma agrária tem sido uma bandeira fundamental para o nosso país, para a população do campo e da cidade. É um instrumento essencial para assegurar a sobrevivência de uma boa parte da população no campo e

“Fruto do empobrecimento extremo da população camponesa e indígena, muitos dos produtos que se consomem no país precisam ser importados”

alimento para a cidade. Hoje em dia, fruto do empobrecimento extremo da população camponesa e indígena, muitos dos produtos que se consomem no país preci-

sam ser importados. Como a produção vai ficando nas mãos das multinacionais o que se come no campo, e fundamentalmente na cidade, é extremamente prejudicial porque está cheio de agrotóxicos: o tomate, o pimentão, o morango. Todos os produtos básicos que se consomem diariamente no país entre frutas e verduras recebem de 12 a 15 fumigações em seis meses. É algo brutal. Por isso se falamos da construção de um país democrático, um país que se preocupa com o bem-estar do seu povo, pela alimentação saudá-

vel, é fundamental mudar esta estrutura agrária injusta que beneficia um punhado de proprietários locais e estrangeiros e prejudica a quase sete milhões de paraguaios e paraguaias.

Vem daí um importante elemento para a unidade dos movimentos sociais...

É um elemento essencial na luta do nosso povo hoje em dia na articulação entre a população indígena, camponesa e os setores urbanos organizados. Sem a reforma agrária não pode haver mudança neste país, porque o modelo econômico ainda tem um grande impacto do agronegócio. A produção de gado, a produção de grãos, os bancos e as financeiras que se instalam na cidades, mas fundamentalmente para articular a produção agrária, os silos, os transportes, os portos, tudo isso está relacionado com a atividade econômica que se desenvolve no campo. Então, é central que os setores urbanos, os operários, os estudantes, incluam esta reivindicação em sua pauta. Quando se convoca uma greve geral com destaque para a mudança desta estrutura agrária injusta, isso demonstra que há consciência.

Como avalia a forma como os grandes conglomerados de comunicação abordaram o massacre de Curuguaty?

Há duas questões para um comportamento tão agressivo e cruel por parte deles. O primeiro é que querem castigar, mandar presos por 25, 30 anos, esses companheiros. Se não conseguem isso, se eles saem livres, vai se demonstrar que estas terras não são propriedade privada, são propriedade do Estado. E que são *tierras mal habidas* (ilícitas), que é como chamamos as terras que estão em mãos de pro-

prietários privados, mas que anteriormente, há 20, 30 anos, eram propriedade pública, do Estado. Terras que pertenciam às comunidades e que foram tomadas durante a ditadura de Stroessner, através da violência e dos abusos do Exército, da polícia e de jagunços.

De quanta terra estamos falando?

Comprovadamente foram oito milhões, mas há instituições que dizem que são dez milhões, 25% do território nacional foi arrancado violentamente dos seus legítimos donos. Isso ocorreu nas décadas de 60 e 70, fundamentalmente. Foi algo totalmente ilegal, uma vez que a lei é clara: os sujeitos da reforma agrária são os camponeses e a população indígena, são eles que devem receber terras do Estado.

Em vez disso ficaram nas mãos dos apaniguados de Stroessner.

Exato. São estas *tierras mal habidas* que estão na base do conflito de Curuguaty. Elas pertenciam anteriormente a



Com Ernesto Benítez e o jornalista e cinegrafista Nicolás Honigesz

um proprietário estrangeiro, o Estado paraguaio recuperou estas terras que pertenciam à Marinha, e por isso se chama Marina Kue. Mas pouco a pouco a

família Riquelme, com o apoio de algumas instituições estatais, foi se apropriando. Definitivamente Marina Kue é uma terra pública reivindicada por um proprietário particular, é terra grilada. A primeira questão então é esta: se os companheiros saírem livres e se fica claro que é uma terra pública, o que entrará em pauta são os 10 milhões de hectares de terras públicas, será preciso esclarecer porque foram parar nas mãos do

latifúndio. Este é um ponto. Outra questão fundamental é que foi com o massacre de

“Desde há muito tempo as multinacionais vêm controlando todo o sistema educativo, introduzindo conceitos neoliberais, se apropriando das nossas universidades”

Curuguaty que se montou o golpe de Estado e o assalto das multinacionais ao poder político. Elas já tinham poder econômico com as grandes plantações, o gado, a máfia do narcotráfico. Desde há muito tempo vêm controlando todo o sistema educativo, introduzindo conceitos neoliberais, se apropriando das universidades. Hoje já contam com 80 universidades privadas. Desta forma tomaram o aparato ideológico e, finalmente, com a matança de Curuguaty, limpam o caminho para Cartes ser o presidente da República e para que as multinacionais tomem o poder político. Assim completam o processo. É isso o que está em jogo com a luta pela libertação dos companheiros. Se os companheiros saem livres se desmonta a causa fundamental que está por detrás do triunfo de Cartes, que é o triunfo das multinacionais em nosso país.

Escrita em parceria com Nicolás Honigesz, da CTA (Argentina)

“Matança foi planejada pelos herdeiros políticos de Stroessner”



Na Cúpula Social do Mercosul, advogado Amélio Sisco denunciou armação

“**A** matança de Curuguaty foi planejada pelos herdeiros políticos de Alfredo Stroessner. O objetivo das torturas e execuções dos sem-terra era inviabilizar a reforma agrária e a luta dos movimentos sociais no Paraguai”, denunciou o advogado Amélio Sisco, durante a Cúpula Social do Mercosul, realizada em Assunção nos dias 17 e 18 de dezembro de 2015. Integrante da equipe de defensores dos camponeses colocados pela “justiça” paraguiaia no banco dos réus, Amélio Sisco nos concedeu esta entrevista no albergue Virgem das Mercedes, onde os sem-terra cumprem prisão domiciliar, com exceção de Rubén Villalba, encarcerado em Tacumbú, também na capital.

“O objetivo das torturas e execuções dos sem-terra era inviabilizar a reforma agrária e a luta dos movimentos sociais”

Com a presença de representantes da Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai, Uruguai e Venezuela, a Cúpula Social do Mercosul defendeu “a imediata libertação dos presos políticos de Curuguaty”.

Como explicar o despejo à bala de um local que deve ser destinado à reforma agrária?

Em primeiro lugar é preciso deixar claro que Campos Morumbi não é uma empresa, mas uma organização criminosa, e que as terras ocupadas pelos camponeses são públicas. Portanto, jamais poderiam ter sido objeto de um despejo, ainda mais da forma como foi feito. A presença dos camponeses incomodava o tráfico de drogas. Infelizmente, o pro-

“É preciso deixar claro que Campos Morumbi não é empresa, é uma organização criminosa”

motor Jalil Rachid, o mesmo que quer a condenação dos sem-terra, nada fez para investigar os Riquelme, mesmo quando foram encontra-

dos 40 hectares de maconha em Campos Morumbi. No mesmo lugar, há suspeita de que também funcione o maior laboratório de pasta de coca da região. No local, administrado



Representantes dos movimentos sociais da Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai, Uruguai e Venezuela: coro pela “imediate libertação dos camponeses de Marina Kue”

por um tal Peñas Gambas, existem grupos de capangas com abundantes antecedentes criminais. Há pista de pouso de aviões e hangares onde ninguém pode chegar e há denúncias de que várias pessoas foram assassinadas, sem que a imprensa divulgue nada.

O que aconteceu no dia da carnificina?

Os camponeses foram informados, por pessoas que haviam se infiltrado no local, no dia 14, de que havia uma ordem precisa e que grupos militares com armas de guerra viriam matar três dirigentes: um deles era Rubén Villalba, um de sobrenome Ortiz e outro, Avelino Espínola, conhecido como Pindu. Eram os dirigentes mais fortes.

Uma vez alertados, como os camponeses reagiram?

Ingressaram mais pessoas neste dia e se prepararam. Disponham somente de máscaras para cobrir a boca e pintura para os rostos. Houve a orientação para que Rubén Villalba saísse para não ser morto. A informação não era concreta em relação aos outros dois dirigentes. Na madrugada, começaram a passar sal nas máscaras – já que iriam ser lançadas muitas bombas de gás lacrimogêneo – e se pintaram para que a polícia não pudesse identificar se realmente havia ou não um Rubén Villalba no local.

Houve uma pequena reunião do comando da ação militar, no próprio local, para definir como agiriam.

Se reuniram dentro da estância Campos Morumbi a promotora Ninfa Aguilar, o comandante da Polícia Nacional,

Arnaldo Sanabria, e o chefe do GEO (Grupo Especial de Operações), Erven Lovera. Em certo momento eles já tinham falado que deviam disparar contra os camponeses. Os chefes conversam. Erven Lovera ingressaria pelo Norte, enquanto um policial de sobrenome Gamarra entraria pelo Sul. Se escuta, a partir de um vídeo que está no youtube,

“O que Erven Lovera não sabia era que sua morte também fazia parte de um plano mais ambicioso”

editado pelo jornal ABC Color, Lovera dizer: vocês invadem por este lado e nós atropelamos pelo outro. Em algumas con-

versas, em círculos fechados, com a promotora e Sanabria, Erven Lovera diz que seu “cliente” ia disparar um ou dois tiros. Na nossa opinião, este “cliente” era uma pessoa infiltrada entre os sem-terra e que ia realizar os dois primeiros disparos. Isso daria o pretexto para a polícia abrir fogo. Em um momento dado, se vê Lovera levantando o polegar esquerdo e apontando que ali se encontrava Rubén Villalba, dizendo que, assim que disparassem do helicóptero, ele também iria atirar. Ou seja, implicitamente disse que esperava o sinal para matar Rubén Villalba. O que Lovera não sabia era que sua morte também fazia parte de um plano mais ambicioso, que teria impactos ainda mais profundos no conjunto da opinião pública. Todos os seis policiais mortos eram da equipe de Lovera. Na minha opinião, ele conhecia apenas parte do quebra-cabeça e não pensava que seria descartado, como foi.

Mas o plano fugiu do controle.

Havia problemas de visibilidade do helicóptero até a ponte. Por isso Lovera decide passar a ponte e ir para um local

mais claro onde estavam os camponeses. Tinha de chegar aí, executar Villalba e retirar-se, mas não teve esta oportunidade. Ficou misturado com os camponeses e é ali em que caem metralhados camponeses e policiais, entre eles o próprio Lovera. O primeiro tiro foi dado em Villalba, que caiu inconsciente.

O prêmio por Villalba pode tê-los deixado afoitos...

Havia o prêmio pela morte de Villalba. Os grandes sojeiros, os grandes latifundiários, fizeram uma vaquinha para terminar com as lutas sociais, com a luta pela reforma agrária. Esta era a forma como haviam planejado. Lovera vai e diz ao piloto que vá até um lado da ponte para que depois começassem a disparar. Iam entrar e executar a quem tivessem de executar. Precisavam matar Rubén Villalba. O chefe, Sanabria diz na reunião: aqui o cabeça é Villalba. Há outros com ordem de captura, lembra a promotora, citando Ortega e Pindu. Fica claro que o objetivo era incriminar os camponeses com os disparos para justificar os assassinatos.

“Os grandes sojeiros e latifundiários colocaram um prêmio pela morte de Rubén Villalba”

A partir deste impulso ocorre a matança.

Eram duas frentes: a de Lovera e a de Gamarra. Em ambos os lados havia a disputa de quem levaria o prêmio maior. Havia uma rivalidade entre a FOPE (Força Operativa Policial Especializada) e o GEO, que são as tropas de elite que usam fuzis Galil, com os quais a maioria morreu baleada. A Pro-

motoria fez com que estas provas desaparecessem, para dizer que foram executados com balas de escopeta, o que não tem nenhum cabimento. O erro de Lovera foi precisamente não conseguir sair porque houve enfrentamento entre os policiais e camponeses que estavam ali. Se escutaram dois disparos e aí caem metralhados camponeses e policiais. Camponeses feridos pelas costas e na cabeça, pelos flancos esquerdo e direito, e os policiais da mesma maneira, de forma oposta, na cabeça e nas laterais esquerda e direita. O trabalho saiu mal.

Forças do Estado a serviço do grande capital, uma tragédia que se repete.

Isso me recorda um acontecimento no final de 1989, depois da queda da ditadura de Stroessner, quando os trabalhadores de Itaipu fizeram uma greve interminável. O governo do general Rodríguez não conseguia vencê-los. Isso criava dificuldades para as empresas de Wasmosy (Juan Carlos Wasmosy Monti, que viria a ser presidente do país de 1993 a 1998), que detinha as concessões. Então um grupo de matadores foi enviado de Assunção. Ficaram entinchados em um monte, num local mais alto, para matar dois dirigentes, um deles Efigênio Lisboa, a quem conheço. A diferença era que os franco-atiradores precisavam matar os dirigentes e sair correndo. Assassinar e disparariam nos demais operários para assustá-los a fim de que terminassem a greve. Na oportunidade, mesmo sem matar Efigênio, o trabalho saiu conforme planejado pela força assassina. Mas em Curuguaty eram dois grupos. Não precisava ter havido uma única morte de policiais, tinham que morrer três ou quatro camponeses, no máximo. Está claro que a polícia tinha

o objetivo de matar, isso temos provas. O chefe Sanabria disse claramente: o meu problema é ter que disparar contra eles na retaguarda, é o que tenho de fazer.

Há provas e inúmeras evidências sobre a tentativa de encobrir a responsabilidade da polícia no massacre como o desaparecimento das filmagens do helicóptero que sobrevoou o local durante toda a ação e, mais recentemente, a morte do piloto às vésperas do seu depoimento...

Todo grupo policial leva gente que filma. Cada grupo leva filmadoras, além do que foi filmado pelos policiais com seus celulares. Por isso não existe filmagem do lado Norte, onde estava Erven Lovera, local em que morreram os primeiros camponeses e policiais.

“Fizeram com que as provas desaparecessem”

No lado Norte apenas se vê algumas mulheres camponesas que vão saindo do lugar e alguns camponeses com foices, facões e pedaços de madeira, além de umas três ou quatro espingardas velhas, enferrujadas. Desapareceram com as evidências. As imagens do helicóptero foram apagadas. Os próprios policiais reconheceram que havia material suficiente para a gravação. Quando viram que houve uma matança de policiais e camponeses com armas da própria polícia, apagaram. Além disso, foram registradas execuções de camponeses. Por isso fizeram com que as provas desaparecessem.

Há filmagens incriminadoras da agressão que vazaram...

Armaram um cenário, para ser divulgado pela imprensa, de que as “autoridades” falavam com um microfone para os

camponeses se renderem, que seus direitos seriam assegurados, que estariam em segurança. Mas alguém instalou um microfone no meio dos comandantes da ação e gravou o que foi tramado na realidade. O jornalista Pablo Medina, posteriormente assassinado, pode ter colocado a escuta em al-

“Alguém instalou um microfone no meio dos comandantes da ação e gravou o que foi tramado”

guém. Ele era correspondente do ABC Color e acabou sendo executado logo depois, com sua assistente Antonia Almada,

em uma estrada rural de Curuguaty. Um advogado espanhol, Airton Martinez, que acompanha e é testemunha do processo, lhe havia pedido materiais gráficos, fotos, filmagens, e Medina disse que tinha, mas já havia remetido tudo para o ABC e não queria se comprometer. Então Martínez perguntou: Qual é o problema? Queres vender teu material? E Medina respondeu que o problema não era dinheiro, que já lhe haviam matado dois irmãos. Eu não quero ser o próximo morto, disse o jornalista ao advogado.

Há uma sequência de mortes...

Também mataram o dirigente camponês Vidal Vega, que acompanhava de perto os trâmites de Curuguaty junto ao Instituto Nacional de Desenvolvimento Rural e da Terra. Também morreram outras pessoas. Vou apenas citar o caso do piloto do helicóptero, que supostamente tinha uma avaria. Assim mandaram que a aeronave viesse de Cidade do Leste para ser consertada em Assunção. Uma loucura. O helicóptero teria de ficar no local em que estava e o mecânico ir até lá.



Os advogados Ricardo Paredes, Albino Ramírez, Pablo Darío Aguayo, Marcos Shirakagua, Víctor Azuaga e Amélio Sisco em frente ao Tribunal de Sentença

Com estas provas e evidências podemos ter confiança que será feita justiça?

Nós enfrentamos um processo inteiramente viciado, com muitas falsificações e fraudes visando incriminar a camponeses, que são vítimas, e criminalizar os movimentos sociais. Prova disso é que não há um único policial ou mandante no banco dos réus, apenas trabalhadores que querem um pedaço de terra para plantar. Daí a importância da pressão da opinião pública, da solidariedade internacional, para que seja feita justiça e os verdadeiros criminosos não fiquem impunes.

Escrita em parceria com Nicolás Honigesz, da CTA (Argentina)

Algoz de Curuguaty, Rachid vira vice-ministro da Segurança

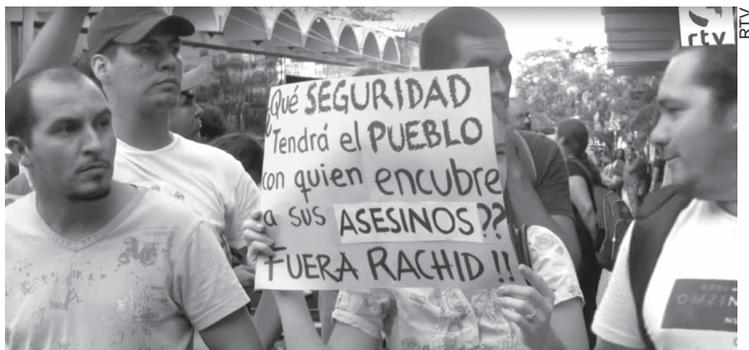
Movimentos sociais condenam armação para incriminar camponeses

A indicação do promotor Jalil Rachid para vice-ministro da Segurança do Paraguai, no dia 15 de janeiro (2016), tem por objetivo a manutenção do encarceramento dos presos políticos de Curuguaty, ampliando a pressão sobre os policiais militares que são testemunhas no julgamento dos sem-terra. De acordo com os movimentos sociais paraguaios, o governo chantageia para que os camponeses e camponesas sejam incriminados sem provas, colocando uma pá de cal na luta pela reforma agrária.

Sete policiais que estiveram no local já depuseram no processo, das mais de 240 testemunhas convocadas por Rachid. A maioria, denunciam os ativistas, são



Jalil Rachid



Populares protestam: “Que segurança terá o povo com quem encobre a seus assassinos? Fora Rachid”

agentes do Estado, dependentes do Ministério do Interior e do vice-Ministério da Segurança Interna, que a partir de agora será dirigido pelo ex-promotor.

“PARCIALIDADE E INDEVIDA PRESSÃO”

“É extremamente grave que Rachid passe a ser vice-ministro e chefe direto dos policiais, quando 80% das testemunhas ainda não foram ouvidas. Sua parcialidade gera uma brutal e indevida pressão sobre elas”, declarou Cony Oviedo, da Organização de Mulheres Camponesas e Indígenas.

“É extremamente grave que Rachid passe a ser vice-ministro e chefe direto dos policiais, quando 80% das testemunhas ainda não foram ouvidas”

Representante da Articulação por Curuguaty, que reivindica a liberdade para os camponeses e a reparação para todas as vítimas, Cony liderou um protesto em frente ao Palácio de Governo contra a nomeação. Ela entende que “por conta da atuação de Rachid, o julgamento deveria ter sido anulado já no início”. “A defesa dos camponeses denunciou que ele incorreu em crimes graves como o ocultamento de provas, que somente investigou a uma das partes e deixou de lado a todos os 324 policiais envolvidos na ação durante aquele dia”, acrescentou.

Para o senador Hugo Richer, da Frente Guasú (de oposição), “Rachid é uma pessoa que goza da confiança da oligarquia latifundiária e de grupos econômicos importantes e de poder, vinculados ao governo do presidente Cartes”. “Foi indicado porque é um homem do sistema, que sabe de muitas coisas”, frisou.

FRENTE GUASÚ REPUDIA INDICAÇÃO

O manifesto da Frente Guasú reforçou o repúdio à indicação de Rachid como “um atropelo à racionalidade mais elementar, assim como aos princípios básicos da ética jurídica”. “A função do senhor Rachid como promotor desta causa esteve e segue estando impregnada de sórdidos mecanismos para forçar a acusação e consequente condenação de um grupo de camponeses vítimas do acontecimento. Desde o começo do vergonhoso e viciado processo, este fiscal não apresentou provas consistentes que pudessem vincular os camponeses aos delitos que lhes são imputados. É clara a intenção de impedir uma investigação profunda que conduza ao esclarecimento dos fatos e, sobretudo, à identificação dos verdadeiros responsáveis pelo massacre de Curuguaty”.



Ana Bella

Senador Hugo Richer:
“Rachid goza da confiança da oligarquia latifundiária”



RTV

“Rachid covarde, servil e sem vergonha. Fora!”, exige manifestação pela libertação dos presos políticos

Para a Frente Guasú, a hora é de mobilização e solidariedade com “os camponeses que hoje estão sendo injustamente julgados”, denunciando “à opinião pública nacional e internacional este flagrante ultraje aos direitos humanos no Paraguai”.

CONIVÊNCIA

Documento divulgado pela Articulação Curuguaty enfatiza que “Jalil Rachid deixa um roteiro bem dirigido para a injusta condenação de camponeses e camponesas, armado e desenvolvido em conivência com testemunhos de policiais e juízes”. “Rachid não levou em conta a morte de 11 camponeses, muitos deles por execução extrajudicial, nem as

“Rachid deixa um roteiro bem dirigido à injusta condenação dos camponeses, armado e desenvolvido em conivência com policiais e juízes”

torturas que sofreram, que constituem uma aberta violação aos direitos humanos”, frisou.

Já o presidente Horacio Cartes, o principal beneficiário do golpe contra Lugo, disse que lhe “honra” a nomeação, pois tem de Jalil Rachid “o melhor dos conceitos”. Além de ser filho de Bader Rachid, ex-presidente do Partido Colorado, do ditador Alfredo Stroessner, Jalil Rachid é sobrinho da assessora de Assuntos Internacionais da presidência, Leila Rachid, e mantém fortes vínculos com a família de Blas Riquelme, dirigente colorado durante a ditadura.

Deputado do Parlasul: “há parcialidade no julgamento”

“Juízes têm a intenção de condenar inocentes”, alerta Ricardo Canese



O deputado Ricardo Canese, representante paraguaio no Parlamento do Mercosul (Parlasul) pela Frente Guasú, denunciou nesta terça-feira (9/2/2016), em Assunção, a “parcialidade manifestada pelos juízes e promotores no julgamento dos camponeses de Curuguaty”. Para o parlamentar, a tendenciosidade contra os sem-terra, “aponta para um julgamento político inteiramente inconstitucional, que coloca os camponeses como verdadeiros presos políticos”.

Na avaliação de Canese, as testemunhas tornaram a data amplamente favorável ao pleno restabelecimento da verdade e da justiça. “É muito clara a intenção do tribunal de condenar inocentes, mas isso se choca com a realidade. O testemunho do médico forense que analisou os cadáveres foi taxativo ao dizer que os policiais mortos foram abatidos com armas de grosso calibre, com as quais os camponeses nunca contaram”, frisou.

À medida que os depoimentos vão sendo recolhidos, o quebra-cabeça vai se encaixando, demonstrando que os camponeses, assim como Lugo, foram vítimas de uma sangrenta armação. “Houve a ação de franco-atiradores para forçar

uma confrontação, que obteve êxito. Morreram 17 pessoas, seis policiais e 11 sem-terra. Podem ter sido contratados pelos latifundiários, pelos golpistas ou por ambos”, destacou o parlamentar paraguaio, admitindo a possibilidade da interferência direta da CIA. “Foi uma nítida tentativa de desestabilização que derrubou um governo progressista para abrir caminho à restauração neoliberal”, sustenta.

Neste momento, avalia Canese, “a solidariedade internacional é chave para dar visibilidade a um julgamento em que se pretende condenar sem provas, ao mesmo tempo em que se tenta esconder o que é desfavorável à tese da acusação”. Para Canese, há uma “ingerência evidente” dos poderes públicos do país, num jogo de cartas marcadas. “Há in-

“Houve a ação de franco-atiradores para forçar uma conflagração que obteve êxito. A ação abriu caminho para a restauração neoliberal”

tromissão do legislativo, que exigiu a averiguação das terras de Marina Kue, em Curuguaty, já no mês de janeiro de 2012; do judiciário, da promotoria, que quer condenar os

camponeses sem qualquer prova - sem que tenha investigado em nenhum momento as graves denúncias de execuções sumárias de camponeses - e, agora, abertamente do governo, quando o senhor Horacio Cartes nomeia o promotor do caso, Jalil Rachid, vice-ministro da Segurança”, acrescentou.

Segundo o parlamentar, nada é mais descarado do que “nomear alguém tão identificado e comprometido com a acusação para ser o chefe dos policiais que vão depor no caso”. “Este caso é praticamente uma obra de Rachid. Então é mais do que evidente a ingerência dos poderes públicos que, em sua grande maioria e com raras exceções, res-

pondem ao interesse do latifúndio, a esta estrutura que não quer a reforma agrária, que não quer que os camponeses reclamem terra, ainda mais num caso tão evidente como este

“A Justiça paraguaia é a mão forte e elástica do latifúndio e da oligarquia”

em que estamos falando de terras públicas”. Infelizmente, recordou, “a justiça paraguaia é a mão forte e

elástica do latifúndio, dos setores oligárquicos, de uma plutocracia que mantém o país afastado da democracia”.

PARTICIPAÇÃO ESTRANGEIRA NO GOLPE

Alertando para a forte participação estrangeira no golpe contra Lugo, o parlamentar lembra que há uma “aliança estratégica entre o latifúndio, com sua produção de soja e carne - os dois principais produtos de exportação do país - e as transnacionais de grãos e produtos para a soja, como a Monsanto, de sementes geneticamente modificadas, fertilizantes e pesticidas”. “São gente que busca frear a reforma agrária, a democratização da terra e manter a qualquer custo este modelo agroexportador, acentuando ainda mais a concentração de renda que tanto dano causa ao Paraguai e, particularmente, à população camponesa”, sublinhou.

“Precisamos somar forças e denunciar estas irregularidades amplamente. Necessitamos fazer com que sejam julgados e presos os assassinos dos camponeses - que ainda sequer foram investigados - e que os sem-terra sejam libertados imediatamente, já que não há uma única prova contra eles. Precisa haver uma investigação sobre quem manejava as armas de grosso calibre, dar nome aos que causaram a morte dos policiais”, concluiu o representante paraguaio no Parlasul.

Testemunho de médico forense inocenta camponeses

Os seis policiais foram mortos com “armas de grosso calibre”, aponta laudo

Os seis policiais militares do Grupo Especial de Operações (GEO) que morreram em Marina Kue, Curuguary foram abatidos com armas de “grosso calibre”, atestou o médico forense Floriano Irala. O testemunho comprova a inocência dos camponeses, pois além da força de elite do GEO, somente membros da Força de Operações da Polícia Especializada (FOPE) portavam fuzis Galil durante o “confronto” em que também tombaram 11 sem-terra.

O enfático e detalhado pronunciamento de Irala caiu como uma bomba no Palácio da Justiça, em Assunção, na terça-feira (9/2/2016). A declaração, sob juramento, abriu uma semana de depoimentos que colocaram por terra a chicana patrocinada pelo desgoverno de Horacio Cartes. Segundo o serviço das transnacionais e do latifúndio, 324 policiais fortemente armados teriam sido vítimas de uma “emboscada”.

Comprovadamente uma terra pública, destinada à reforma agrária, Marina Kue vinha sendo alvo de uma campanha midiática em favor da empresa Campos Morombi, grileira de milhares de hectares na região desde os tem-



Declarações sob juramento colocaram por terra a chicana patrocinada pelo governo Cartes

pos de Stroessner. A chantagem chegou até a Câmara dos Deputados, onde parlamentares servis ao agronegócio aprovaram em janeiro de 2012 uma ordem de “averiguação”, logo ilegalmente transformada em sangrento despejo.

Identificando um a um, esclarecendo caso a caso, o médico Floriano Irala foi explicando sobre o macabro destino reservado pelas “armas de grosso calibre” aos seis policiais do GEO: os suboficiais Godoy e Jorge Sanchez foram fulminados com uma bala certa; o subcomissário Erven Lovera, três; Wilson Cantero, cinco; Derlis Benitez, 11 e Osvaldo Sánchez, 13.

PROVAS DESMENTEM RACHID

O estudo de Floriano Irala se choca com a hipótese defendida pelo promotor Jalil Rachid, que atualmente controla a polícia e incide diretamente sobre mais de uma centena de depoentes no processo de Curuguaty.

De acordo com Jalil, o comandante da ação, Erven Lovera, teria sido morto pelos camponeses, dando início ao “confronto”. Irala declarou que tanto o subcomissário quanto os demais policiais a seu lado foram abatidos com armas automáticas. Armas de grosso calibre e de repetição - até 50 tiros, como o Galil israelense - que os sem-terra jamais sonharam ter. E que tiveram de enfrentar.

A Promotoria também vendeu para a opinião pública, durante mais de três anos, que os camponeses dispunham de bombas caseiras, “coquetéis molotov”, hoje comprovadamente lampiões com querosene. Já as perigosas “armadilhas” disseminadas para assassinar os policiais, repetidas à exaustão pelos conglomerados midiáticos, nada mais eram do que “ratoeiras” para matar pequenos animais silvestres

e encontravam-se amontoadas em uma barraca, sem terem nem ao menos como disparar. Ambas questões foram esclarecidas pelo criminalista Élvio Rojas Peña e viraram motivo de chacota.

SEM QUALQUER JUSTIFICATIVA

“Lovera e as lideranças dos camponeses estavam dialogando, se saudaram, se cumprimentaram e em questão de segundos ocorreram os disparos”, relatou o suboficial Jorge Arguello. Posicionado à frente de um grupo de policiais no momento em que tudo começou, Arguello não encontra nenhuma justificativa para a tragédia. O helicóptero de reconhecimento, disse, vinha sobrevoando baixo exatamente

“Lovera e as lideranças dos sem-terra estavam dialogando, se cumprimentaram e em questão de segundos ocorreram os disparos”

no local em que o comandante e os líderes dos camponeses se encontravam reunidos e fez três

advertências aos sem-terra. Logo, a aeronave saiu rapidamente e só se ouviu que o “confronto” havia iniciado, relatou.

Conforme os advogados dos camponeses, o movimento do helicóptero tanto poderia servir para identificar o local e o alvo para franco-atiradores, como os tiros em Lovera (lineares, na vertical, onde não estava protegido pelo colete à prova de balas) poderiam ter sido disparados da própria aeronave. Aqui convém ressaltar que o piloto do helicóptero, importante peça do quebra-cabeça, morreu em um “acidente” aeronáutico antes de depor. A trama se torna ainda mais intrigante quando é pública e notória a his-

tórica participação da CIA e do Pentágono em várias “ações de campo” no Paraguai, sempre com o argumento do “combate ao terrorismo”. Tal “parceria” foi paralisada apenas durante o governo Lugo.

“Lovera fez curso comigo nos EUA na área de inteligência e de antiterrorismo na Colômbia, além de outros cursos em Washington”, explicou o comissário Walter Saul Gomes Benítez, acrescentando que nestas oportunidades se aprendiam fundamentalmente “técnicas de como tirar informação”.

Per-
guntado pelo ad-
vogado Victor
Azuaga se eram
cursos patrocina-
dos pela CIA ou
pelo Pentágono,

***O suboficial de criminalística
Elvio Rojas confessou ter
guardadas mais de 200 fotos
e filmagens do resultado
do “enfrentamento”***

Benítez respondeu que só sabia que eram bancados pelo “Estado norte-americano”.

ESQUENTA O TEMPO

Esquentando ainda mais o tempo de Assunção, beirando os 40 graus, o suboficial de criminalística Elvio Rojas confessou ter guardadas mais de 200 fotografias e filmagens do resultado do “enfrentamento”, todas de sua própria autoria. Passados mais de três anos e meio do sangrento episódio, os materiais já deveriam ter sido entregues durante a etapa de coleta das evidências. Serão finalmente apresentados e anexados ao processo na próxima semana, como “novas provas”.

“O fato da Promotoria dirigida por Jalil Rachid não ter solicitado as fotografias e filmagens comprova que classificou só o que poderia incriminar os camponeses, que são

vítimas de um processo completamente viciado”, declarou o advogado Amélio Sisco. De acordo com Sisco, “são reiteradas as oposições feitas pela Promotoria para que não sejam incorporados novos elementos, pois demonstram o contrário de tudo que ela vem afirmando até agora, sendo comprobatórios da inocência dos camponeses”.

CENÁRIO MONTADO PARA A ACUSAÇÃO

Responsável pela inspeção dos corpos na área do enfrentamento, o médico forense Matias Arce disse que encontrou nove cadáveres, sendo que cinco mais ou menos juntos, próximos às barracas erguidas pelos sem-terra. Algumas horas depois foram achados mais dois corpos, a cerca de 40 metros de distância. Questionado pela defesa, o médico afirmou que os corpos haviam sido movidos de local antes da sua chegada, tendo encontrado a todos com a boca para cima - algo totalmente fora do comum - à exceção de um deles, de costas,

O médico afirmou que os corpos haviam sido movidos de local antes da sua chegada e todos estavam com a boca para cima - algo totalmente fora do comum

com o crânio esfacelado.

No dia seguinte ao morticínio, o promotor Jallil Rachid foi

indicado para ser o responsável da “causa”, que envolvia o começo do golpe que levaria à derrubada de Lugo, freando o processo de democratização da estrutura agrária.

Enquanto isso, a miséria pega pesado, particularmente no estômago da população indígena, enxotada pelos grandes proprietários rurais. Ao longo da semana, noticiaram os jornais, cães foram mortos para saciar a fome de alguns des-

tes miseráveis. Nem uma vírgula sobre o governo Cartes, responsável pela tragédia humanitária. E canina.

FOTOS E MAIS FOTOS

O médico Matias Arce também admitiu ter fotografado os cadáveres dos sem-terra e que as imagens se encontram gravadas em seu computador. A pedido da defesa, serão entregues e incorporadas ao processo.

O informe do médico forense sintetiza, “tecnicamente”, como foram encontrados os corpos dos 11 camponeses mortos: Delfín Ayala, ferido com orifício de entrada e saída (local não registrado); Fermín Paredes, vários orifícios: braço direito, região clavicular, abdômen e tórax; Arnaldo Ruiz, ferida no tórax, lado direito; Luciano Ortega, vários orifícios na cabeça com entrada e saída, três orifícios no tórax, no lado esquerdo do abdômen, dois orifícios de entrada no músculo esquerdo, braço direito com orifício de entrada e saída, vários orifícios no braço, tórax e joelho direito; Francisco Ayala, ferida de bala no lado esquerdo do pescoço com orifício de saída detrás da orelha, ombro direito, e na saída no tórax, lado esquerdo; Francisco Ayala, ferida de bala no lado esquerdo do pescoço, com orifício de saída detrás da orelha, ombro direito e na saída do tórax, no lado esquerdo; Andrés Riveros, ferida na clavícula esquerda, com orifício de saída na mesma altura; Adolfo Castro, explosão do crânio e ferida no ombro esquerdo a nível do tórax e outra em cima da mesma, igual que no antebraço esquerdo e músculo do mesmo lado, além de fratura do fêmur; Avelino Espínola, ferida no tórax, perna direita com orifício de entrada e saída; Delfín Frutos, ferida na cabeça, lado esquerdo do pescoço, ombro direito, axila e dedo indicador esquerdo; De

Los Santos Agüero, ferida nos músculos esquerdo e direito, e fratura do fêmur e Luis Paredes, ferida na cavidade bucal com saída detrás da orelha (indicando execução).

SEGUNDO EFETIVO DA FOPE

Trazendo novos elementos, o oficial inspetor Carlos Dario Garcia Valenzuela comunicou que fazia parte de um segundo efetivo da FOPE enviado para Curuguaty, mas que só chegou após o conflito. O policial disse que a partir das 13:30 horas seu contingente já dominava o local, quando um pouco mais tarde, “apareceu uma pessoa num veículo e começou a recolher materiais. Questionado, se retirou”. Mais, que às 16 horas, “outra pessoa comunicou que tinha ordem de seus patrões para incinerar tudo”. Esta pessoa era alguém da fazenda Campos Morombi, tida pelos agressores como os senhores do local.

“Nós deixamos que fizesse o que havia vindo fazer, queimar colchões, roupas e barracas”, relatou o oficial, reconhecendo com todas as letras que o local do crime ficou completamente comprometido. Valenzuela disse que, na oportunidade, foi encontrado um dos famosos cadernos de apontamentos de “colaboração financeira” e listagem de “vigilantes” com nomes, sobrenomes e apelidos, utilizados pela acusação para sustentar sua tese de “organização criminosa”. Para protegerem-se de uma tormenta, alegou, a tropa recebeu ordem de “permanecer na estância” de sexta até a quarta-feira seguinte. Foi nesta ocasião em que teriam “perdido” o tal caderno, indo a suposta prova, literalmente, por água abaixo.

Lendo o script entregue pela promotoria, a “psicóloga” que acompanha quatro dos policiais agressores extrapo-

lou. Segundo ela, o suboficial da GEO René Toledo Silva lhe disse que em 20 anos passou por muitos enfrentamentos, com narcotraficantes e todo tipo de delinquentes, mas jamais viu “criminosos tão sem compaixão” como os camponeses de Curuguaty.

Em contraposição às agressões da mercenária, o bispo do estado de Misiones, Monsenhor Mario Melanio Medina, denunciou o massacre como “uma montagem”. “Tudo foi orquestrado. Imaginem matar dois, três pássaros com um só tiro. Vamos culpar os camponeses, a Lugo e, na sequência, defender o que o governo Cartes está defendendo”, declarou o bispo de Misiones, reiterando que as terras ocupadas são do Estado e não da família Riquelme.

SOLIDARIEDADE CONTRA A INJUSTIÇA

Diante das ameaças do governo, de seus juízes e da mídia de trancafiarem os camponeses por até 30 anos, cresce a solidariedade com os presos políticos. Um bom exemplo é o da professora Margarita Durán Estrago, da Universidade Católica de Assunção, que está vendendo uma rifa em benefício dos familiares das vítimas de Curuguaty. Os prêmios são genuínos: um leitão, três galinhas caipiras, três quilos de queijo, três quilos de farinha de milho e duas dúzias de ovos caipiras.

“Após uma longa mobilização, os camponeses encontram-se em prisão domiciliar, em um albergue pós-penitenciário que é uma obra conjunta do Ministério do Trabalho e do Arcebispado de Assunção. O Estado não se responsabiliza pelos alimentos, só pelo transporte. Os defensores também são voluntários, não têm honorários e são do interior. Quando vêm para a capital, têm a hospedagem,

mas não a alimentação. Os camponeses também querem trazer seus familiares, que dão uma força no julgamento com a sua presença.



Professora Margarita Durán e a rifa para levantar fundos de solidariedade

Tudo isso tem um custo e a solidariedade torna-se fundamental”, sublinhou Margarita.

JULGAMENTO EM NOVO PATAMAR

“Esta foi uma semana excelente para o pleno restabelecimento da verdade”, comemorou o advogado Victor Azuaga, assinalando que “as testemunhas desmontaram teorias absurdas da acusação, como a de emboscada, já que as tropas do GEO e da FOPE é que cercaram os camponeses. Também caíram as teses das bombas incendiárias e das armadilhas”. Outras acusações como a de invasão de imóvel alheio e de organização criminosa igualmente se esvaem, apontou Azuaga, uma vez que a terra é pública e a organização social dos camponeses estava inscrita no Instituto Nacional de Desenvolvimento Rural e da Terra. Em outras palavras, os camponeses lutavam por seus direitos dentro da legalidade, buscavam terra para trabalhar. “O resultado destes dias coloca o julgamento em um novo patamar”, concluiu.

“Policiais liquidaram sem-terra e se mataram entre si”

Advogado Ricardo Paredes defende imediata libertação dos camponeses, presos políticos de Cartes



Em esclarecedora entrevista, o advogado Ricardo Carlos Paredes denuncia a grotesca manipulação no julgamento dos camponeses de Curuguaty. Ao longo da terceira semana de fevereiro (2016) pudemos ver que à medida em que as testemunhas - até mesmo as de acusação - vão depondo, a verdade vai aparecendo, reduzindo a margem de manobra dos juízes e da promotoria.

O que dizer da acusação feita pela promotoria de que foram os sem-terra que teriam buscado o enfrentamento?

A acusação feita pela promotoria fala de um grupo de pessoas sem-terra que emboscaram policiais. Teriam sido 324 policiais surpreendidos por camponeses mal armados portando quatro espingardas, dois rifles e 19 foices. Os rifles eram de ar comprimido, modificados para calibre 22. As espingardas eram de calibre 20, 28 e duas de calibre 12. O que quer dizer que o poder de fogo que tinham os camponeses era totalmente nulo. É uma quantidade de armas impossível de sustentar um tiroteio de fogo cruzado que, conforme a versão oficial, foi de longa duração. Além disso, são armas que requerem carga e recarga, tiro a tiro.

A desproporção numérica e bélica não é mais do que evidente?

No momento de perguntar aos peritos policiais temos visto que todas estas armas não conseguiam ser recarregadas, com exceção das de calibre 12, que tinham a capacidade de recarregar seis tiros. Fica evidenciada, portanto, a incapacidade de que camponeses mal armados pudessem ter entrado numa contenda bélica com centenas de policiais, que contavam com dois grupos de elite. Os fuzileiros do Grupo Especial de Operações portavam armas automáticas como fuzis Galil que, conforme o comissário Gómez assegurou em seu

Com os primeiros tiros, a descoordenação entre o GEO e a FOPE colocou os policiais em pânico

depoimento, podem dar de 45 a 50 tiros. Também havia pessoal da Força de Operações da Polícia Especializada, igualmente de elite. Temos certeza que, segundo testemunharam todos os policiais do GEO, se desconhecia a presença do outro grupo policial, seja antimotim ou tático na outra frente. Os do GEO ingressaram pelo Norte, mas desconheciam que pelo lado Sul ingressaria a outra força, resultando em duplo poder de fogo.

A GEO era comandada por Lovera, que morreu no local.

Exatamente. Todos os seis policiais que morreram eram do Grupo Especial de Operações. Os demais integrantes do GEO desconheciam a presença do outro grupo armado na zona, vindo pelo lado Sul. O que se percebe é que houve uma descoordenação entre os dois grupos e que no momento em que ocorreram os primeiros disparos entraram num

pânico geral. Esta situação de pânico fez com que entrassem em choque e disparassem para qualquer lado, sem orientação. O que tinham era um ponto de referência que eram os camponeses localizados à frente. Tanto é assim que todos dispararam para um mesmo ponto, onde se concentraram os mortos. Não é que os corpos estivessem disseminados por diferentes áreas, a maior parte ficou em um só perímetro. O fogo cruzado entre o Norte e o Sul convergiu para onde estava Lovera e o grupo de camponeses. Como resultado morrem 17 pessoas, seis policiais e 11 camponeses.

“O fogo cruzado entre os policiais do Norte e do Sul convergiu para onde estava Erven Lovera e o grupo de camponeses”

Quantas pessoas ficaram feridas?

Não temos este levantamento, mas não foram tantos. Em depoimento, disseram que a bala que extraíram do corpo do policial Melanio Gómez era de nove milímetros, justamente a arma regulamentar dos policiais, mas não trouxeram o projétil. Ele não ficou inválido, mas sofreu, ficou com os músculos e nervos afetados.

Afora mulheres e crianças, havia anciãos também...

Sim, um deles é Dom Felipe Benitez Balmori, de 60 anos, que foi preso por estar na hora e no local errado. Foi apenas pescar na barragem próxima ao acampamento e quando foi sair já era tarde. Quando viu aquele contingente policial também tratou de se proteger, mas não tinha mais do que uma

foice. Isso não impediu que o promotor Jalil Rachid, hoje vice-ministro da Segurança, tenha acusado especificamente a Dom Felipe de ser o responsável de tentar matar o comissário Elizardo Gamarra. A acusação foi precisa: tentativa de homicídio contra Gamarra, que recebeu disparos de armas de fogo, mas felizmente não morreu porque tinha colete à prova de balas. Disse que Dom Felipe estava próximo ao comissário, com a cara pintada, boné, máscara e com uma foice na mão. Por esta razão, de estar próximo, seria o responsável pelos disparos contra Gamarra. Esta é a acusação formalizada pelo atual vice-ministro. Então a seriedade da acusação se esvai, até parece brincadeira.

Lugo foi deposto e o pretexto foi o sangue derramado.

Desde que Lugo assumiu, começou a conspiração. Inclusive antes. Aqui a *vox populi* era que algo mau iria ocorrer em Ñacunday, que era uma ocupação muito maior, mais emblemática, mais midiática. O rei da soja, Tranquilino Favero, era o protagonista deste caso. Tudo indicava que algum problema iria ocorrer por lá, onde estavam ocupando terras públicas que não pertenciam a Favero. O fato é que o sangue acabou correndo em Marina Kue, derrubando um governo e colocando um freio no processo de democratização da terra.

O que estava em disputa naquele momento?

Havia uma mobilização dentro do governo Lugo pelo reconhecimento de terras públicas, ocupadas ilegalmente por pessoas, empresas ou políticos, para que fossem entregues aos camponeses. Terras tomadas desde o governo de Stroessner.

O fato é que governo Lugo não era bem visto pela oligarquia nacional, pela Associação Rural do Paraguai, das oleaginosas, dos sojeiros, pelos especuladores imobiliários, que são quem controlam os meios massivos de comunicação, formatam e propagam uma posição contrária à reforma agrária. A iniciativa de ouvir as reclamações camponesas não era bem vista. Havia um mal-estar a partir do momento em que as forças militares foram fazer um trabalho de medição das áreas. A oligarquia não aceitava que o Instituto Geográfico Militar fosse fazer um levantamento real do tamanho das propriedades e determinar o que era público e o que era privado. Inclusive na faixa fronteira, que são 50 quilômetros.

Faça um balanço dos testemunhos da semana.

A partir da declaração do médico forense que inspecionou o corpo dos seis policiais se pode determinar que a morte de todos eles foi resultado da ação de armas de grosso calibre. Os camponeses não dispunham destas armas potentes.

O testemunho do médico forense Floriano Irala Alvarenga colocou uma pá de cal nas mentiras que vinham sendo propagadas por “técnicos” da promotoria.

O depoimento do médico forense desmonta o do técnico do Ministério Público, Paulo Lemir, que pretende incriminar os camponeses com um informe dizendo que “provavelmente” os tiros estavam relacionados a espingardas. Um dos peritos ao ter uma premissa que devia corresponder a espingardas, começa a divagar, dizendo que corresponderiam a tal ou qual calibre, porém já tendo uma ten-

dência marcadamente incriminatória. A afirmação de Floriano Irala, em seu testemunho, esclarece totalmente que foram tiros de armas de grosso calibre e não de espingardas de fabricação caseira.

Se mataram policiais com armas de grosso calibre, imaginem camponeses...

É altíssima a probabilidade de que as mesmas armas que mataram os policiais tenham matado os camponeses: projéteis de armas automáticas, de grande potência e muito poder destrutivo. Vale lembrar que o médico que inspecionou os cadáveres disse que conhecia de armas porque foi soldado e que teve até uma distinção por seu destaque por parte do então presidente Alfredo Stroessner. Então não é só uma pessoa altamente qualificada para uma apreciação.

E a fábula do coquetel molotov?

O perito criminalístico também esclareceu que a garrafa

Os lampiões dos sem-terra foram apresentados como “coquetéis molotov” pela perita do Ministério Público

de vidro com combustível, que tinha uma mecha, não era um coquetel molotov como a acusação vinha divulgando falsamente de forma mal intencionada, mas uma lâmpada de querosene, que servia de iluminação. Vale lembrar que a perita do Ministério Público, Miriam Fernandes, havia afirmado, sob juramento, de que se tratava de uma bomba, de um coquetel molotov. Depois, quando foi perguntada sobre a origem da palavra, disse que não conhecia. Da mes-

ma forma alegou desconhecer a palavra lampião, que somente havia visto em forma ornamental, decorativa. Veja que não estamos falando de uma pessoa que desconhece o elemento inspecionado. Com as declarações, veio abaixo o pretenso trabalho científico.

Eu cheguei a ler e ouvir essa historieta como prova da periculosidade dos camponeses.

Era uma premissa de valor apriorístico, uma verdade. Afora a teoria dos coquetéis molotov, caiu por terra a denúncia das armadilhas feitas pelos sem-terra. O perito criminalista Élvio Rojas Peña, com mais de 20 anos de experiência, demonstrou que as armadilhas “caça-bobos” não tinham condição de explodir, já que não tinham agulha para disparar. Ele esclareceu perfeitamente que eram materiais de caça, de fabricação caseira, ratoeiras. Outra coisa, disse



Casas dos camponeses foram destruídas e incendiadas em Marina Kue no dia da matança: despejo criminoso

que foram coletadas de um só lugar, agrupadas, não disseminadas ao longo da área, como a mentira descarada propagandeada pela promotoria queria fazer crer. Rachid disse que estas armadilhas estavam dentro das barracas dos camponeses, escondidas debaixo dos colchões, caso os policiais cansados fossem tirar uma soneca. Em todo caso, nenhum fez uso deste expediente em serviço. Para completar, só umas poucas armadilhas tinham projéteis, não todas como disseram inicialmente, em diferentes barracas.

E as declarações da esposa de Lovera?

Há um vídeo da esposa de Lovera, Maria Estela, sua viúva. Ela disse que esteve presente no momento da autópsia e falou que os disparos que causaram a morte do marido

“Esposa de Lovera, Maria Estela esteve na autópsia e falou que ele foi morto por uma arma potente. São suas palavras, textuais”

foram produzidos por uma “arma potente”. Estas são palavras textuais, “arma potente”, com muito poder destrutivo porque

lhe destroçaram todos os seus órgãos. Três tiros ocorreram de forma linear, na vertical, na área não coberta pelo colete à prova de balas. Três pontos, todos na mesma direção, como são os tiros de fuzil. As espingardas dão tiros circulares e muitas delas não tinham sequer condição de disparar. Justamente porque os camponeses não tinham armas, foi incorporado ao processo, dias depois dos acontecimentos, uma espingarda Maverick calibre 12, roubada de um militar reformado. A arma foi encontrada atrás da igreja de Curuguaty.

O que dizer dos vícios do processo?

Este é um processo totalmente parcial. Não foi feita nenhuma investigação sobre o que efetivamente ocorreu, mas adaptações. Os fatos foram apontados até uma tese, a uma ideia, a uma premissa pré-estabelecida: a de que os camponeses são os culpados. É importante ressaltar que um membro da FOPE declarou que funcionários de Campos Morumbi, a empresa que alega ser proprietária da terra pública de Marina Kue, entraram para queimar as evidências.

Alguma avaliação sobre os franco-atiradores?

O ambiente era propício para a ação de franco-atiradores com mira telescópica. Se se trata de tirar vantagem, então tinham toda a possibilidade de fazer o primeiro disparo e retirar-se. Ao verem morrer seus dirigentes, camponeses e policiais partiriam para a revanche. Por isso nada está descartado. O problema é que a promotoria não fez a investigação. Por isso podemos terminar o julgamento sem saber o que realmente ocorreu em Curuguaty.

“O ambiente era propício para franco-atiradores com mira telescópica”

Então a suspeita cai sobre os beneficiários do golpe.

Quando não temos todas as peças do quebra-cabeça é preciso agir como os investigadores e ver quem são os beneficiários, suspeitar deles. O que ainda não sabemos é o *know-how*, como se fez.

“Latifúndio dos Riquelme é bunker da atividade delitiva”

Denúncia Dario Aguayo, advogado dos presos políticos

“**N**o Paraguai, o latifúndio Campos Morombi, de Blas Riquelme, pretendeu anexar, com o massacre de Curuguaty, os dois mil hectares das terras públicas de Marina Kue. Tudo para ampliar seu mar de maconha e soja transgênica”, denunciou Dario Aguayo Dominguez, advogado dos camponeses presos políticos do governo de Horacio Cartes. E sublinhou: “em Morombi está localizado um bunker da atividade delitiva”.



Vanguardia

Aguayo esclareceu que, “com 75 mil hectares, Morombi é uma grande plantação de drogas de biotecnologia colombiana”. “O que se produz ali é a variedade que se cultiva nas plantações mecanizadas, que, diga-se da passagem, é a quase totalidade da extensão do bem amealhado, algo que se

“Com 75 mil hectares, Morombi é uma grande plantação de drogas”

pode ver claramente por satélite”, explicou.

De acordo com o advogado, o governo Cartes tenta transformar a área em “reserva natural” somente para beneficiar criminosos. “Uma vez declarada reserva, a área está protegida por uma quantidade de perversos incentivos: não paga imposto imobiliário e outros tributos; não pode ser fracionada, nem expropriada ou ser objeto de usucapião, estando bem ampara-

da com uma ação penal pública”. Com tal decisão, alertou Aguayo, “todo o povo paraguaio está pagando pela proteção do bunker. Por isso, o decreto que declara a área como reserva natural deve ser derogado”.

O advogado denunciou a ação de franco-atiradores para forçar um “confronto” e justificar o sangrento despejo.

Para Aguayo, é preciso ter claro

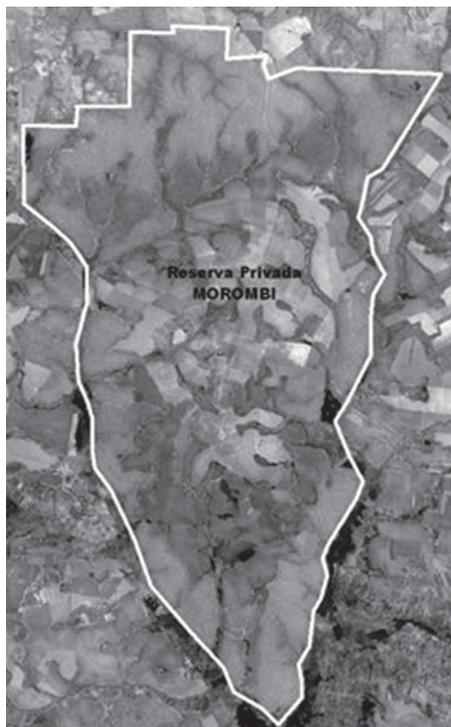


Imagem de satélite mostra em tons claros imensa plantação de drogas de biotecnologia colombiana

“LÁ FOI ENCONTRADA MUITA MACONHA”

“A família Riquelme é a verdadeira invasora destas terras. Ela deve ser sancionada com todo o rigor da lei, além do mais por terem sido encontrados em seu latifúndio 40 hectares de maconha. Isto é igual ou maior do que todo o centro da cidade de Assunção, se vê desde o alto”, declarou em seu testemunho o renomado economista, Domingo Laíno, presidente da Plataforma de Estudos e Investigação de Conflitos Camponeses e duas vezes candidato à presidência do Paraguai. Para Laíno, com a matança, “conseguiram defender o narcotráfico e destituir um presidente legitimamente eleito”.

que havia um “terceiro passageiro no helicóptero Robinson”. “Ele pode ser visto na foto, de óculos negros, fones de ouvido e vestido de parapara’i (roupa camuflada) da Força de Operações da Polícia Especializada (FOPE), armado com uma submetralhadora com mira telescópica. O cano é visível no lado de dentro da cabina antes de voar de Morombi a Marina Kue no dia do massacre”, assinalou. “Vejam as duas aberturas, uma em cada porta do helicóptero, do tamanho suficiente para disparar até com bazuca”, descreveu.

OCULTANDO PROVAS

O fato do atual vice-ministro de Segurança Interna e ex-promotor do caso, Jalil Rachid, tentar ocultar esta relevante

Solidaridad-PY



“São patéticas as mentiras de algumas testemunhas, em função da pressão e do medo das ameaças exercidas desde o vice-Ministério do Interior. Mostra inequívoca é o caso da sub-oficial inspectora Shirley Mabel Nuñez Benítez, que declarou ante o Tribunal no dia 18 de março que não viu que tipo de armas foi usado pelo pessoal tático da GEO, porque teria estado no outro extremo da formação. A foto agregada como prova da defesa mostra que Shirley se encontrava grudada na formação”



“Havia um terceiro passageiro no helicóptero Robinson. Ele pode ser visto na foto, de óculos negros, fones de ouvido e vestido de parapara’i (roupa camuflada) da FOPE, armado com uma submetralhadora com mira telescópica”

informação e negar ao tribunal o acesso às filmagens realizadas pelo helicóptero, sublinhou o advogado, é uma comprovação da sua parcialidade.

Embora negando a ocorrência dos disparos desde a aeronave, o comissário Roque Fleitas, chefe de Polícia da Agrupação Fluvial e Aéreo Policial, reconheceu que existia “muito material” e que os pilotos seriam “chamados à Justiça”. É sabido que o

“Os franco-atiradores da FOPE ingressaram por trás com armas de guerra Galil, M16 e AR-15, com miras telescópicas”



1
Grupo policial liderado por los comisarios Erven Lovera y Miguel Anoni. Treinta antimotines y 10 francotiradores de la GEO con armas de guerra encabezaron la columna.

2
Lugar donde Lovera y campesinos -en un número menor de 30- intentaron conversar y donde se produjo la muerte de 6 policías y 6 campesinos.

piloto Marcos del Rosario Agüero morreo antes de abrir a boca, espatifando-se em agosto de 2015 a bordo de uma aeronave com características semelhantes a que pilotava. Também o farto material jamais apareceu.



Grupo liderado por Elizardo Gamarra compuesto por francotiradores de la FOPE, GEO y GOE en un número mayor de 30 y apoyados por policías de la montada con sus armas reglamentarias.

1. Grupo policial liderado pelos comissários Erven Lovera e Miguel Anoni. 30 antimotins e 10 franco-atiradores da GEO com armas de guerra encabeçaram a coluna.

2. Lugar onde Lovera e camponeses - em número menor de 30 - tentaram conversar e onde ocorreu a morte de seis policiais e seis camponeses.

3. Grupo liderado por Elizardo Gamarra, composto por franco-atiradores da FOPE, GEO e GOE (policia nacional) - em número maior de 30 e apoiados pela polícia montada.

“O Robinson possui uma filmadora de alta potência que sempre levamos nos despejos para que o chefe das operações voe antes sobre os manifestantes, localize e observe tudo o que dispõem as pessoas em terra”, reconheceu o comissário.

Não bastasse o helicóptero, condenou Aguayo, durante o despejo “se executou umaçada com outros dez franco-atiradores da FOPE comandados por Víctor Franco que, por terra, se posicionaram detrás dos camponeses”. “Víctor Franco e seus homens entraram pelo monte e os milharais, muito antes que Erven Lovera - que comandava a ação e foi morto - completasse o cerco aos camponeses pelo lado sul”, frisou.

Portanto, enfatizou o advogado, “conforme pode se ver na foto tirada segundos anteriores à matança, antes que Lovera chegasse para dialogar, os franco-atiradores da FOPE ingressaram por trás, equipados com armas de guerra Galil, M16, AR-15 com miras telescópicas e se posicionaram”. Embora a polícia e a promotoria neguem, estão todos na fotografia.

Masacre de Curuguaty: murieron 11 campesinos y 6 policías

¿Qué pasó en Curuguaty?

La masacre ocurrió el 15 de junio de 2012 en las tierras públicas de “Marina Kue”, poseídas por no más de 70 campesinos organizados en la comisión de siembras “Naranjaty”, donde más de 324 policías intervinieron para un desalojo sin orden judicial. Al menos 30 efectivos tácticos (FOPE, GOE, GEO y de la Agrupación Especializada) portaban fusiles automáticos de guerra (ver en: <https://abohucunya.wordpress.com/2016/03/22/fotos-de-policia-armados-antes-de-la-masacre/>).

Luego de la masacre, muchos policías que participaron del proceso, afirmaron que recibieron disparos de fusiles automáticos, hecho confirmado por el forense Itala de Curuguaty (ver en: <http://www.abc.com.py/diario/impresa/suplementos/judicial/itague-sincronizado-y-desvirtuado-en-espeda-de-curuguaty-429129.html>), sin embargo la fiscalía solo encontró entre los campesinos cinco escopetas caseras de perdigones utilizadas para cacería y un revólver (ver en: <https://abohucunya.wordpress.com/2016/03/13/informe-sobre-las-contradicciones-del-juicio-de-curuguaty/>).

Contradicciones del juicio

La acusación fiscal afirma que los efectivos policiales ingresaron al lugar sin portar armas y fueron víctimas de una emboscada planificada por las campesinas y los campesinos. Sin embargo, en la fotografía principal se ve dos columnas policiales cercando al pequeño grupo de campesinos y las fotos en formación de los agentes con armas de guerra, pistolas y revólveres reglamentarios antes de la intervención.

Según la propia fiscalía y los policías que declararon en el juicio, los jefes policiales que sobrevolaron en helicóptero minutos antes, sabían exactamente cuál era la cantidad y ubicación de los campesinos en el lugar (ver en: <https://abohucunya.wordpress.com/2016/03/13/verano-de-diálogo-presu-entre-jefes-policiales/>).

Varios policías llamados por la fiscalía para declarar dijeron no saber quiénes dispararon ni de dónde salieron los disparos.

El médico forense de la fiscalía de Curuguaty, Florianio Itala, declaró en juicio que pudo ver que todos los policías recibieron balas de fusiles automáticos y, por ejemplo, en el caso de Erven Lovera, cuatro disparos certeros de balas de grueso calibre, uno de ellos en la nuca, y un refilón (ver en: <https://abohucunya.wordpress.com/2016/04/02/declaracion-del-de-trala-aberenga-en-tema-fotografias-a-abohucunya-erven-lovera/>).

Como en el momento la fiscalía no ordenó hacer una autopsia a los cuerpos, la defensa solicitó realizar una necropsia para certificar el tipo de balas y el tribunal negó esa posibilidad, igualmente se solicitó las placas radiográficas, pero se perdieron de manos de la fiscalía.

Existe una preocupación internacional y nacional sobre QUÉ PASÓ EN CURUGUATY, expresada en las opiniones vertidas por los gobiernos de Alemania y EEUU en el Consejo de Derechos Humanos de la ONU (ver en: <https://abohucunya.wordpress.com/2016/03/26/comiso-de-ah-ah-informe-del-gg-epo-macizo-susano/>), y en la carta de los Obispos de Paraguay en que solicitan NO CONDENAR A INOCENTES.

Investigación y acusación

En el caso de la masacre, la fiscalía no investigó los hechos, asumiendo de manera anticipada una teoría. Simplemente ocultó fotografías, videos, radiografías, casquillos de bala automática y testimonios, porque contradican su teoría que acusa a los campesinos (ver en: <https://abohucunya.wordpress.com/2016/03/09/acusacion-fiscal-caso-masacre-curuguaty-marina-kue/>).

Doce campesinos están acusados por invasión de inmueble, asociación criminal y homicidio doloso en grado de tentativa, mientras que ningún agente policial ha sido investigado por las 11 muertes en Marina Kue.

La Fiscalía oculta pruebas sobre las muertes de los 6 policías, sus familiares merecen saber la verdad.

Agricultores exigem fim do privilégio a bancos e transnacionais

Acampados na capital, defendem medidas imediatas de apoio aos pequenos produtores rurais

“Horacio, Horacio, fora do Palácio”, entoaram mais de 25 mil manifestantes acampados em frente ao Congresso Nacional do Paraguai no dia 14 de abril (2016), exigindo medidas de apoio à agricultura camponesa, familiar e indígena, fomento à “solidariedade cooperativa” e o fim do privilégio dado aos bancos e transnacionais.

O Ministério da Agricultura havia oferecido crédito para 70 mil famílias produzirem cana-de-açúcar, sálvia e gergelim, mas distribuiu sementes em mal estado, nunca ofertou a assistência técnica prometida e os preços projetados foram “mal calculados” porque não se previu a sua queda no “mercado”. Como a produção caiu e as famílias não puderam saldar as dívidas contraídas junto aos bancos, pedem o seu cancelamento para continuar produzindo.



Pequenos agricultores repudiam governo traidor



Bandeira gigante toma as principais ruas de Assunção

lisada pelo presidente Horacio Cartes. Somando apoios nos mais diferentes setores da sociedade, ampliam a pressão sobre o legislativo e o executivo, a quem acusam de corrupção e traição à Pátria.



Élvio Benítez: “Cartes é um idiota útil aos estrangeiros”

Vindos de todas as regiões do país, muitos agricultores estão concentrados com suas esposas e filhos debaixo de lonas, com que enfrentam o calor escaldante de Assunção desde o último dia 4. Com determinação e dignidade, compartilham a comida feita à lenha nos gigantescos panelões, exigem o cancelamento das dívidas, a modificação da lei das cooperativas e a legalização dos assentamentos, completamente para-

Membro da coordenação intersetorial que dirige os protestos, Élvio Benítez denuncia que “Cartes age como um idiota útil”. “Com apoio da imprensa reacionária, seu governo atua para fortalecer os banqueiros e grandes empresas estrangeiras como a Monsanto e a Cargill,

transnacionais que contaminam o solo e deixam os campos atolados em dívidas”. Élvio frisou que “o povo tem o direito constitucional de levantar-se para fazer com que as instituições funcionem”. “Lutamos para que o Estado trabalhe em função do interesse comum e não de alguns poucos privilegiados, como faz esta política mafiosa”, sublinhou.

GASOLINA NO INCÊNDIO

Declarações de representantes do governo jogaram ainda mais gasolina no incêndio que se alastra do campo para a cidade. Cartes disse que os agricultores são “sem-vergonhas, oportunistas e folgados, que não gostam de trabalhar”. Responsabilizou os pequenos produtores por terem se endividado junto a banqueiros e especuladores, esquecendo-se de que foi o próprio governo quem estimulou a que contraíssem dívidas para depois, frente aos percalços do clima e da falta de investimento do poder público em infraestrutura, não garantir preço mínimo para a safra.

“Cartes deixa de cobrar cerca de US\$ 500 milhões anuais dos sojeiros e se nega a repassar US\$ 150 milhões para 70 mil pequenos agricultores”

“É inconcebível que o governo Cartes deixe de cobrar cerca de US\$ 500 milhões anuais de impostos de exportação dos sojeiros, entregue US\$ 1 milhão aos empresários do setor de transportes e se negue a repassar US\$ 150 milhões para 70 mil pequenos agricultores que estão enfrentando sérias dificuldades para sobreviver”, ressaltou Victor Ferreira, secretário-geral da Central Unitária dos Trabalhadores Autêntica (CUT-A).

De acordo com o jornalista e advogado paraguaio Benjamín Fernández Bogado, “o setor sojeiro tem um lucro anual de 72%, sem nenhuma tributação sobre esse lucro, enquanto nos países vizinhos se paga mais de 30%”. No mundo, sublinhou, “um lucro de 72% só se equipara com aquilo que é ganho com a exploração do trabalho escravo, com o tráfico de armas ou de drogas”. Bogado explicou que os US\$ 500 milhões que deveriam ser arrecadados com a cobrança do imposto, “poderiam resolver tranquilamente o problema dos camponeses paraguaios”.

VITAMINANDO O AGRONEGÓCIO

Conforme Ernesto Benítez, da Coordenadora dos Produtos Agropecuários de São Pedro do Norte, “a taxa de juros cobrada pelos bancos é altíssima, o que inviabiliza o pagamento para obrigar o pequeno agricultor a entregar a sua terrinha e as poucas cabeças de gado que eventualmente te-



Assembleia no acampamento: compromisso comunitário

Leonardo Wexell Severo

188

nha”. “Dos cerca de 40 milhões de hectares do país, temos apenas dois milhões nas mãos de pequenos agricultores, cujas propriedades variam de um a 20 hectares. É isso o que o grande capital quer para vitaminar o agronegócio, voltado para a exportação. O Paraguai alimenta hoje 80 milhões de pessoas no mundo, enquanto nosso povo sofre com o alto preço dos alimentos e a expulsão de centenas de milhares de famílias do campo”, destacou Ernesto.

DÍVIDA VIRA BOLA DE NEVE

Com a ameaça de ter seu pequeno pedaço de terra confiscado, Ermelinda Merina se deslocou até Assunção acompanhada do marido e de quatro filhos. Determinada, ela disse que irá continuar no acampamento “até que haja uma



Ermelinda Merina: “juros ameaçam deixar a propriedade na mão do banco privado em pouco tempo”

resposta satisfatória”. A dívida contraída virou uma bola de neve, relatou, “com a taxa de juros ameaçando deixar a propriedade na mão do banco privado em pouco tempo”. “Plantamos nos nossos 11 hectares mandioca, feijão, milho e gengibre. Com a mudança do tempo e a seca, perdemos quase tudo e agora só vemos a dívida crescer”, frisou.

Plantador de erva-mate, Hernan Victorino Caceres cultivava uma propriedade de apenas quatro hectares a 400 quilômetros da capital guarani. “O preço da erva-mate baixou e

resposta satisfatória”. A dívida contraída virou uma bola de neve, relatou, “com a taxa de juros ameaçando deixar a propriedade na mão do banco privado em pouco tempo”. “Plantamos nos nossos 11 hecta-



Congresso Democrático do Povo promoveu debate em frente ao Panteão dos Heróis, no centro de Assunção

os impostos são muito altos. Como as estradas são de terra e muito mal conservadas, os especuladores se aproveitam. Lutamos para mudar esta situação”, acrescentou.

GRÁVIDAS DORMINDO NO CHÃO

Solidária ao movimento, a atual senadora e ex-ministra da Saúde do governo Lugo, Esperanza Martínez, foi até o acampamento e saudou a fibra dos milhares de agricultores que se uniram para fazer valer os seus direitos. “Vocês que não dormem ou dormem no chão com suas crianças e mulheres grávidas estão dando exemplo. Diante do desrespeito e do descaso do governo, esta é uma resposta pacífica de quem quer construir um país para todos”, enfatizou.

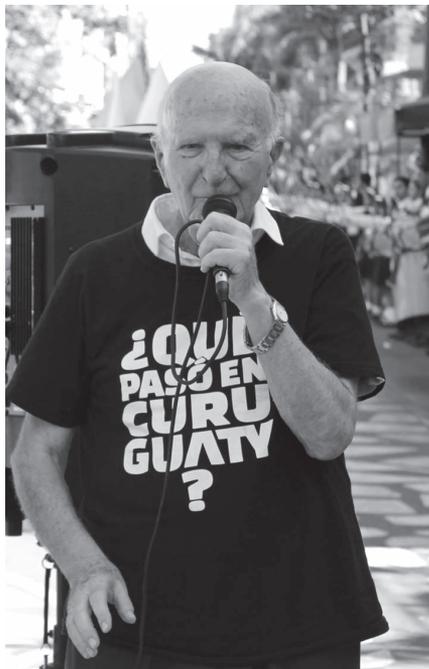
O ministro do Interior, Francisco de Vargas, foi além das acusações e xingamentos de Cartes, ameaçando abertamente a segurança e a própria vida dos agricultores, alegando que estavam “buscando o caos” tentando “provocar um novo Curuguaty”.

ABSOLVIÇÃO, JÁ

Ao mesmo tempo em que o ministro vomitava diatribes, apresentações musicais, manifestações eclesíásticas e de rua se multiplicavam por todo o Paraguai marcando a campanha pela “absolvição, já” dos presos políticos de Curuguaty.

Entre outros cantores, Ricardo Flecha, Pachín Centurión, Anita Benítez e Claudia Miranda levantaram sua voz pela “verdade e a justiça” em frente ao Panteão dos Heróis.

“Não podemos deixar que camponeses inocentes sejam condenados por um crime que não cometeram”, declarou Pai Oliva, sacerdote católico que aos 87 anos é a principal referência cristã na luta pelos direitos humanos no país. “Atendendo aos interesses da família Riquelme, que se dizia dona da propriedade, 324 policiais fortemente armados, inclusive com helicóptero, foram deslocados até o local para cumprir uma ordem de averiguação que se transformou em despejo. Como 60 camponeses, com mulheres, crianças e armas para matar coelhos



“Não podemos deixar que camponeses inocentes sejam condenados”, afirmou Pai Oliva

poderiam ter emboscado a tantos policiais, como alega a promotoria, quando as fotografias mostram justamente o contrário?”, questionou. O sacerdote sustenta que “os documentos apontam contradições tão flagrantes que demonstram que as coisas não ocorreram assim. Os camponeses são vítimas de um plano demente”.

Para Guillermina Kanonnikoff, histórica lutadora pelos direitos humanos no Paraguai, “a absolvição é a única medida possível diante de um julgamento completamente prostituído, de uma farsa que trata os camponeses como terroristas”.

“A absolvição é a única medida possível diante de um julgamento completamente prostituído”

“Em seus depoimentos os policiais recebem ordens para seguir mentindo e é ainda mais indignante quando fiscais e juízes

querem fechar os olhos diante das tremendas evidências”, frisou. De acordo com Kanonnikoff, que conseguiu garantir que os torturadores e assassinos de seu marido pela ditadura de Alfredo Stroessner fossem condenados, “as barbaridades processuais do caso Curuguaty representam um atropelo à



Guillermina Kanonnikoff e Ricardo Flecha erguem a voz pelos camponeses repudiando a farsa processual



Missa lotada: oração e ação

Episcopal Paraguaia, defendeu indígenas que reclamavam a ocupação de suas terras ancestrais pela família Riquelme. A respeito da posse de Marina Kue, Montalberti reiterou que existe um decreto assinado pelo ex-presidente da República, Nicanor Duarte, em que consta a aceitação do imóvel. “A simples aceitação da doação pela Presidência é o suficiente para que seja considerado que a propriedade foi entregue, como em qualquer contrato”, concluiu.

“Rachid foi se refugiar no Ministério do Interior porque está insustentável a infâmia lançada contra os inocentes”

“Rachid foi se refugiar no Ministério do Interior porque a cada dia está mais insustentável a infâmia lançada contra camponeses inocentes”, declarou o advogado Amélio Sisco, frisando que, se caso houvesse a condenação, “outras matanças se produziram, porque o objetivo é parar a luta pela terra”.

inteligência”. “Está visível que o objetivo é perseguir quem luta pela reforma agrária para manter intocados os interesses dos grandes latifundiários”, acrescentou.

O ex-presidente do Indert, Juan Carlos Ramírez Montalbetti, denunciou um litígio ocorrido em 1991, quando, como advogado da Conferência

Narcotráfico integra o quebra-cabeça

Jornalista e investigador argentino José Maria Quevedo depõe e questiona parcialidade do Ministério Público

Com passo firme e olhar determinado, o jornalista argentino José Maria Quevedo entrou na sala do Tribunal de Sentença do Palácio de Justiça de Assunção para dar seu testemunho sobre o massacre de Marina Kue.

Participante do minucioso levantamento realizado pela Plataforma de Estudo e Investigação de Conflitos Campesinos (PEICC), José Maria Quevedo se dirigiu ao local do massacre onde colheu durante meses inúmeros depoimentos, montando o quebra-cabeça e calcificando convicções sobre a armadilha.

De forma pausada, pois a exposição necessitava ser traduzida para o guarani, o jornalista fez uma contundente e

Nanduti



Perto do local onde ocorreu a matança, em agosto de 2012, a Secretaria Nacional Antidrogas (Senad) encontrou 40 hectares de maconha já pronta para colher. Casualidade?

qualificada denúncia sobre as execuções à queima-roupa de camponeses feridos, da adulteração da cena do crime - com policiais colocando armas ao lado dos cadáveres das suas vítimas - da evidente manipulação de informações e ocultação de provas por parte do ex-promotor do processo e atual vice-ministro da Segurança Interna, Jalil Rachid.

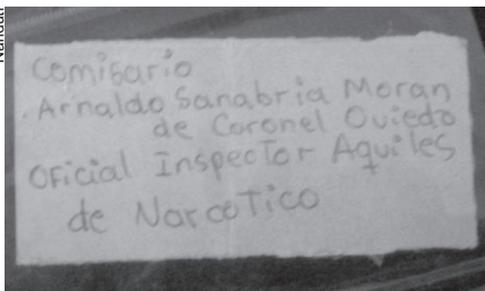


Nanduti

Como testemunha do caso, Quevedo ridicularizou a farsa

Na avaliação de Quevedo, entre os muitos questionamentos a serem feitos está a razão de nunca ter havido uma investigação profunda sobre o envolvimento do narcotráfico na matança, já que se encontraram nas proximidades do local 40 hectares de maconha. Esta é a reflexão feita até pelo então ministro da Secretaria Nacional Antidrogas (Senad) e atual ministro do Interior, Francisco de Vargas.

Diante da relevância da declaração de Quevedo, a defesa solicitou que a testemunha aportasse mais elementos sobre a participação de narcotraficantes na matança, sendo imediatamente interrompida pela promotoria. Os juízes do Tribunal de Sentença se alinharam à oposição do Ministério Público. A fim de que a informação convenientemente abafada viesse à tona, a defesa pediu uma reposição, já que o processo só dá voz à versão da promotoria e não investiga o assassinato dos camponeses. Os juízes rechaçaram o pedido dizendo que irão julgar tão somente as acusações contra os sem-terra e que o tribunal não irá pautar nem a causa das mortes dos camponeses nem o que não tenha sido investigado, uma vez que para isso existiriam, hipoteticamente, “outros canais”.



Bilhete entregue por um membro do alto mando militar a Néstor Castro denuncia os mandantes da chacina

- recebido por uma das vítimas, Néstor Castro, que teve a mandíbula fraturada.

Desde que acompanho o processo, o testemunho de Quevedo foi o que mais exortou à reflexão. Sempre é bom lembrar que, no caso, estamos falando de fazer justiça a camponeses privados da liberdade há quase quatro anos, ameaçados de serem sentenciados a mais de duas décadas de prisão.

Pela riqueza de dados e a didática com que expôs o crime, reproduzimos a seguir a essência do artigo em que José Maria Quevedo desnudou a grotesca fraude montada contra inocentes.

CURUGUATY: A PISTA NARCO JAMAIS INVESTIGADA

Dois meses depois do procedimento que pôs fim à vida de 17 paraguaios, a Secretaria Nacional Antidrogas (Senad) encontrou uma propriedade de 40 hectares de maconha, pronta para colher, a escassos 30 quilômetros do lugar onde foi produzida a matança. O então secretário antidrogas Francisco de Vargas defendeu que se devia investigar a possível existência de vínculos entre o achado e o massacre. O pro-

motor Jalil Rachid relativizou as declarações do ministro e descartou esta hipótese.

O homem é alto, ruivo e veste uniforme policial. As estrelas em seu braço denotam um cargo de importância. O camponês Néstor Castro tem a mandíbula destrocada por um balaço. Aguarda na Polícia Judicial para ser enviado a La Esperanza (penitenciária localizada na capital). O homem se aproxima e lhe entrega um cartãozinho. “Vocês são inocentes. Estas são as pessoas que organizaram o massacre”, lhe diz.

***O homem se aproxima e
lhe entrega um cartãozinho:
“Vocês são inocentes.
Estas são as pessoas que
organizaram o massacre”***

Castro guarda cuidadosamente o cartão num de seus bolsos.

Um mês depois decide entregar esta prova ao doutor Domingo Laino, presidente da Plataforma de Estudos e Investigação de Conflitos Camponeses que atende juridicamente os processados e investiga as causas do massacre.

O cartão diz: “Comissário Arnaldo Sanabria Moran, de Coronel Oviedo. Oficial inspetor Aquiles, da Narcótico”.

Arnaldo Sanabria foi chefe da operação militar que redundou no massacre de 15 de junho. Chama a atenção que Fernando Lugo o tenha nomeado comandante após a renúncia de Paulino Rojas. Segundo o relato dos policiais do Grupo de Operações Especiais que sobreviveram, Sanabria foi um dos efetivos que, ante a negativa de Erven Lovera, mais insistiu que o procedimento se realizasse.

Aquiles Villalba Flores é um obscuro personagem cujo nome e vínculos com as máfias do narcotráfico e do contrabando saltaram à luz do dia em 2015. Foi dito que era parente dos Villalba (Cristina, a atual deputada e ex-governadora



Cristina Villalba confraternizando com “Neneco” Acosta: “Honra Colorada”

de Canindeyú e ‘Cabrito’, intendente da Paloma) e ainda que esta informação acabou sendo errada, sua proximidade ao clã foi confirmada.

Ezequiel de Souza, capturado na Paloma com 2.000 quilos de cocaína em novembro de 2014, revelou aos senadores Wiens e Giuzzio, que os narcos podiam operar na zona somente se contavam com a autorização de Carlos ‘Cabrito’ Villalba e que Aquiles era sua mão direita. Pese à gravidade da denúncia, nem Aquiles nem ‘Cabrito’ foram investigados.

“CORREDOR DA ILEGALIDADE”

Entre as reservas Mbaracayú e Morombi existe um corredor que os agentes fiscais da zona denominam “o corredor da ilegalidade”. Drogas, armas, madeira, tudo passa por aí sem nenhum tipo de controle. Consultado, o promotor de Curuguaty, Cristian Roig, disse que se trata de uma zona onde manda o ilegal e os vínculos entre políticos, policiais e traficantes fazem com que o trabalho do Ministério Público seja impossível.

Roig acrescentou que este organismo foi tomado por filhos e parentes de políticos que têm como principal tarefa proteger as máfias. Este dado serviria talvez para explicar porque para investigar o massacre que se produziu em terras apropriadas pelo ex-presidente do Partido Colorado, Blas



Leila Rachid, tia de Jalil, assessora Cartes e é conselheira em Itaipu

Também permitiria entender porque o mantém à frente da causa, em que pese à parcialidade com que tem conduzido o caso. Além disso, Jalil é sobrinho de Leila Rachid, hoje conselheira de Itaipu, ex-ministra de Relações Exteriores de Nicanor Duarte Frutos, amiga pessoal de Sarah Cartes e ex-integrante da equipe de transição do presidente Horacio Cartes.

O curioso (ou nem tanto) é que enquanto Jalil se ocupava da investigação em Curuguaty, em Assunção, Leila fazia lobby nos meios de comunicação contra o protocolo de Ushuaia II (um dos seis pontos do libelo acusatório contra Fernando Lugo), questionava a presença dos chanceleres de Unasul no Paraguai e Bader (como membro do conselho assessor da Junta de Governo colorada) se encarregava de convencer a Lilian Samaniego da necessidade de julgar e destituir Lugo.

Riquelme, o promotor geral Javier Díaz Verón designou ao premiado agente Jalil Amir Rachid Lichi, filho do também ex-titular da ANR (Associação Nacional Republicana, nome dos colorados), Bader Rachid Licchi.

“O promotor de Curuguaty, Cristian Roig, disse que na zona manda o ilegal e os vínculos entre políticos, policiais e traficantes”

O ex-deputado colorado por Canindeyú, Julio Colman, revelou a este jornalista e ao advogado espanhol Aitor Mar-

Após o massacre, Cartes pediu ao ex-deputado Julio Colman que cuidasse de Jalil: “é filho de um amigo”

tínez Jiménez que em 2012, após o massacre e em ocasião de uma visita à Curuguaty, Horacio Cartes lhe pediu textualmente que “cuidasse de Jalil”. “É o filho de um amigo”, lhe haveria dito o então pré-candidato à presidência.

NARCOS E POLÍTICOS: OBJETIVO COMUM?

Os vínculos da política com o narcotráfico se tornaram visíveis após o assassinato do jornalista Pablo Medina (um dos poucos repórteres que esteve no dia do massacre em Marina Kue). O autor intelectual do crime, Vilmar “Neneco” Acosta Marques, era prefeito de Ypehú e um dos capos do tráfico de maconha na zona. Neneco pertence ao movimento Honra Colorada, do presidente Horacio Cartes, e sua chefe política é a deputada Cristina Villalba. Fotos em reuniões sociais com a deputada confirmam seu pertencimento ao “clã”.

De quem eram os 40 hectares de maconha encontrados na propriedade reivindicada pelos Riquelme? A quem prejudicava a recuperação de Marina Kue por parte dos camponeses e a instalação ali de um novo assentamento? Perguntas que o promotor Jalil Rachid jamais se fez. (Ou se fez?)

O certo é que o agente do Ministério Público não somente descartou a hipótese de De Vargas, como também considerou os Riquelme (que reivindicam como sua a propriedade onde se encontrou a plantação) “vítimas”.

Mesmo que tenham se passado três anos, Ignacio Vera

ainda segue temendo por sua vida. Na manhã de 15 de junho de 2012 recebeu um aviso: “Não vá a Marina Kue. Ião te matar”, lhe disseram. Segundo Vera, seu nome figurava numa lista que estava em poder da polícia. Na dita lista havia outros quatro nomes: Erven Lovera, Ninfa Aguilar, Avelino “Pindu” Espindola e Rubén Villalba. Lovera e Pindú morreram em Marina Kue. Rubén Villalba recebeu um tiro. A bala lhe roçou o crânio e conseguiu escapar vivo do tiroteio. Advertido, Ignacio Vera preferiu não participar do procedimento no qual deveria ter estado como funcionário do Instituto Nacional de Desenvolvimento Rural e da Terra. Ninfa Aguilar se posicionou numa distância prudente da zona zero e também salvou sua vida. Poucos dias depois foi afastada da causa e removida para Santaní. No dia 17 de agosto de 2015 foi nomeada juíza.

Pelos atores envolvidos, a região onde se produziu e os interesses em jogo,

“Pelos interesses em jogo, pela região e pelos atores envolvidos, a pista narco já deveria ter sido investigada”

a pista narco deveria ter sido investigada desde o princípio.

Em março de 2013 e mediante uma resolução, o Comitê de Direitos Humanos da ONU recomendou ao Paraguai “assegurar a investigação imediata, independente e imparcial da morte de 17 pessoas por ocasião da averiguação de Curuguaty, assim como de todos os fatos vinculados que tenham sido denunciados pelas vítimas, em particular torturas, detenções arbitrárias, execuções extrajudiciais e possíveis violações do referido processo, incluindo o caso do adolescente condenado e das duas mulheres em estado avançado de gravidez em prisão preventiva”.

No entanto, o promotor geral Javier Díaz Verón não somente não levou em conta a opinião do Comitê, como respaldou a decisão de Jalil Rachid de não investigar as denúncias apresentadas pelos familiares das vítimas da ocupação e por organizações da sociedade civil.

Tanto para a comunidade internacional como para a cidadania para-

guaia que acompanha de perto o caso, o massacre de Curuguaty deve ser investigado novamente. Desta vez por um promotor imparcial e probo, sem vínculos com as partes, que busque esclarecer os fatos e não encobrir os verdadeiros responsáveis.

No momento de ser julgada, a causa também não deveria cair nas mãos de um Tribunal de Sentença que tenha como presidente um juiz como Ramón Trinidad Zelaya, que sendo promotor foi afastado por suspeita de receber subornos e como magistrado foi acusado de liberar narcotraficantes, um deles Cecilio Cabral-Ramoa, aliás “Ligeirinho”, integrante da gangue dos Acosta Marques, segundo dados encontrados no computador de Pablo Medina.



Jornalista Pablo Medina também foi assassinado em Curuguaty: “queima de arquivo” pelos narcos



“A História é nossa e a fazem os povos”

*Seguiremos em frente iluminados pelo sorriso de Jorgito
e o compromisso de Soledad*

É complexa a tarefa de encerrar um livro cujas palavras ainda estão sendo escritas com o sangue vertido por sentenças de bandidos - com e sem toga -, grafadas em faixas, cartazes e muros que cobram justiça.

O que nos anima é que a palavra liberdade soa forte quando é sublinhada generosamente. Quando é sustentada por rifas e contribuições solidárias para garantir até mesmo a subsistência básica dos presos e de suas famílias. Da mesma forma, nos entusiasma a dedicação incontestável dos advogados que assumiram a causa com ardor militante.

Desde 2012, sempre que retornei da Pátria Guarani deixei um pouco de mim, trazendo a palpitante esperança de que, juntos, venceremos o crime institucionalizado. Que motor mais potente e energizante pode existir que a confiança na grandeza dos seres humanos? Na capacidade de entrega, de amar e se identificar com os semelhantes? Na repulsa à



Jorgito na comemoração do seu aniversário de três anos

pequenez de um sistema que concentra renda e poder, renegando à Humanidade o papel de lixeira de cartéis e monopólios?

No último regresso trouxe o sorriso contagiante de Jorgito na comemoração de seu aniversário de três anos em meio à farra dos balões, brincadeiras e doces. Filho de



Soledad Barret

Luis Olmedo e Dolores Peralta, o pequeno permanece recluso, acompanhando os pais. Conhece como ninguém a *guarderia*, a creche do Palácio de Justiça. De lá, retorna para o local onde estão todas as demais vítimas - à exceção de Rubén Villalba - aguardando o julgamento.

Penso em Jorgito e repito Taiguara: “e que as crianças cantem livres sobre os muros e ensinem sonho ao que não pode amar sem dor, e que o passado abra os presentes pro futuro, que não dormiu e preparou o amanhecer...”

Que estas linhas também honrem a trajetória da jovem Soledad Barret, militante comunista paraguaia de 28 anos, que deu sua vida pela nossa liberdade. Companheira do Cabo Anselmo - agente infiltrado na Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) - a combatente internacionalista foi morta em Recife no dia 7 de janeiro de 1973. Ela foi entregue, grávida, ao tristemente célebre delegado Sérgio Fleury. Torturado, o corpo de Soledad foi encontrado com o feto a seus pés.

Espero que, acima de tudo, este livro-reportagem sirva como uma exaltação à vida e à construção de um novo tempo, na forma que nos ensinou o presidente chileno Salvador Allende ao tombar de pé sem dar trégua à canalha imperial: “não se detêm os processos sociais nem com o crime nem com a força. A história é nossa e a fazem os povos”.

El poder de la palabra

Si digo pan
Y mi poema no convoca
A los hambrientos a la mesa,
Es porque la palabra ya no sirve
Y la poesía exige otro lenguaje.

Si digo amor
Y mi poema no provoca
Una tormenta de besos y canciones,
Es porque la palabra perdió su magia
Y la poesía debe buscar una nueva voz.

Si digo vida
Y mi poema no revienta
Un alba de luceros y primaveras,
Es porque la palabra quedó sin dioses
Y la poesía debe estar al servicio del hombre.

Si digo libertad
Y mi poema no revoluciona
La conciencia de los sedientos de paz,
Es porque la palabra dejó de ser instrumento
Y la poesía está obligada a cambiar de poetas.

Gilberto Ramírez Santacruz

SOBRE O AUTOR

Leonardo Wexell Severo é gaúcho de Rosário do Sul, colorado e corintiano. Redator-especial do jornal Hora do Povo, é assessor da presidência da Confederação Sindical Internacional (CSI) e da secretaria de Relações Internacionais da Central Única dos Trabalhadores (CUT), colaborador do Brasil de Fato, da Revista Diálogos do Sul e da Agência Latino-Americana de Informação (Alai). Bacharel em Comunicação Social pela Universidade Federal de Santa Maria-RS, cursou Política e Economia na Escola Júlio Antonio Mella, em Havana-Cuba, sendo pós-graduado em Política Internacional pela Faculdade de Sociologia e Política de São Paulo. Participou de cursos de extensão na Escola Superior de Guerra (ESG), no Rio de Janeiro. Presidiu o Diretório Central dos Estudantes das FMU-FIAM-FAAM, sendo expulso pela direção da empresa após ter liderado manifestações vitoriosas contra o aumento das mensalidades. Foi membro da executiva da União Nacional dos Estudantes (UNE) na gestão que comandou as mobilizações pelo impeachment de Fernando Collor. Integrou brigadas internacionais para a colheita do café na Nicarágua Sandinista e de solidariedade à Cuba Socialista. Representou o Brasil na delegação em apoio ao povo palestino, durante a segunda intifada, quando entrevistou o presidente Yasser Arafat, tendo contribuído com artigo no livro “O Apartheid de Israel”, de Nathaniel Braia. Acompanhando o processo revolucionário venezuelano, representou o Canal Comunitário de São Paulo no momento da implantação da Lei de Responsabilidade Social em Rádio e Televisão naquele país. Membro da delegação brasileira, participou da cobertura dos Fóruns Sociais Mundiais e Regionais (Caracas, Nairóbi, Re-

Leonardo Wexell Severo

cife, Belém, Assunção, Dakar, Túnis e Porto Alegre) e dos congressos da Confederação Sindical das Américas (Panamá) e da Confederação Sindical Internacional (Berlim). Participou com o coletivo Co-



Ana Bella Vera

Com o representante paraguaio no Parlasul, deputado Ricardo Canese

municaSul de comunicação colaborativa dos processos eleitorais da Venezuela (Hugo Chávez e Nicolás Maduro), Bolívia (Evo Morales) e Equador (Rafael Correa), estando presente ao lado das lutas do movimento sindical na Argentina, El Salvador, Peru, Guatemala, Honduras e Uruguai, escrevendo artigos e contribuindo na produção de vídeos. É autor dos livros “Bolívia nas ruas e urnas contra o imperialismo” (Editora Limiar, 2008), “Latifúndio Midiota - Crimes, crises e trapaças” (Editora Papiro, 2012) e “A CIA contra a Guatemala - Movimentos sociais, mídia e desinformação” (Editora Papiro, 2015). É editor, em parceria com Valdo Albuquerque, do livro “A Regulamentação do Artigo 192: Desenvolvimento e Cidadania” (Editora Papiro, 2010), publicado conjuntamente pelo Sinal (Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central) e pelo Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada). Integra o coletivo de comunicação da Coordenadora das Centrais Sindicais do Cone Sul (CCSCS) e é diretor do Sindicato dos Escritores do Estado de São Paulo. Observador Internacional do caso Curuguaty, cadastrado junto ao Tribunal de Sentença, em Assunção, acompanha o processo judicial desde 2012, tendo publicado dezenas de artigos e reportagens sobre o tema no Brasil e no exterior.

Leonardo Wexell Severo

208